

SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS	2
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	4
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	8
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	10
NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS	11
1. CONTEXTO OPERACIONAL	11
2. BASE DE PREPARAÇÃO	14
3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO	16
4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES	17
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	18
6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	18
7. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA	19
8. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS	20
9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	21
10. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS	23
11. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO	24
12. ATIVOS DE CONTRATO	28
13. INVESTIMENTOS	31
14. IMOBILIZADO	43
15. INTANGÍVEIS	46
16. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL	48
17. FORNECEDORES	50
18. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	50
19. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES	51
20. ENCARGOS REGULATÓRIOS	55
21. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO	55
22. PROVISÕES	56
23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS	62
24. RECEITAS	63
25. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	66
26. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	70
27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	71
28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	74
29. SEGMENTOS OPERACIONAIS	85
DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS	87
RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS – ITR	102

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

ATIVO

(Em milhares de reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	248.567	211.608	160.665	136.208
Títulos e valores mobiliários	6	1.033.279	372.678	647.784	128.175
Consumidores e revendedores	7	840.000	1.033.281	724.067	912.315
Concessionários - transporte de energia	7	92.393	95.815	92.477	95.898
Tributos compensáveis	8	396.758	51.182	385.448	43.700
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9a	406.004	364.562	403.455	363.049
Dividendos a receber	27	26.192	112.043	92.782	112.337
Ativo financeiro da concessão	11	582.067	439.582	327.898	189.017
Ativos de contrato	12	159.016	171.849	159.016	171.849
Instrumentos financeiros derivativos	28	589.555	234.766	589.555	234.766
Outros		130.219	151.187	122.007	157.122
TOTAL DO CIRCULANTE		4.504.050	3.238.553	3.705.154	2.544.436
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e valores mobiliários	6	79.182	916	49.639	315
Consumidores e revendedores	7	2.973	5.942	229	573
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9c	7.102	5.100	-	-
Tributos compensáveis	8	276.853	676.051	248.426	647.934
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9a	3.067	3.067	-	-
Depósitos vinculados a litígios	10	168.755	364.277	159.155	350.051
Instrumentos financeiros derivativos	28	2.691.936	1.456.178	2.691.936	1.456.178
Outros		57.422	64.472	56.665	64.061
Ativo financeiro da concessão	11	3.982.574	4.125.488	1.753.749	1.907.837
Ativos de contrato	12	1.442.480	1.024.385	1.442.480	1.024.385
Investimentos	13	4.020.667	4.041.565	7.477.290	7.341.485
Imobilizado	14	2.420.425	2.448.487	1.783.268	1.822.191
Intangível	15	139.913	155.587	27.282	28.260
Operações de arrendamento mercantil - direito de uso	16	46.171	52.984	45.213	51.581
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		15.339.520	14.424.499	15.735.332	14.694.851
TOTAL DO ATIVO		19.843.570	17.663.052	19.440.486	17.239.287

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

PASSIVO

(Em milhares de reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	19	246.985	224.102	62.075	45.876
Debêntures	19	655.573	693.996	655.573	693.996
Fornecedores	17	377.972	422.312	358.459	396.317
Imposto de renda e contribuição social	9b	65.566	133.868	-	-
Impostos, taxas e contribuições	18	137.428	51.248	113.531	39.008
Encargos regulatórios	20	164.231	168.785	153.895	157.638
Obrigações pós-emprego	21	67.850	62.550	67.850	62.550
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	27	781.769	781.769	781.769	781.769
Salários e encargos sociais		54.799	51.020	53.886	50.048
Operações de arrendamento mercantil - obrigações	16	13.769	16.724	13.163	16.097
Outras obrigações		185.238	169.138	149.096	155.490
TOTAL DO CIRCULANTE		2.751.180	2.775.512	2.409.297	2.398.789
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	19	8.169.057	5.997.355	8.169.057	5.997.355
Debêntures	19	492.673	971.330	492.673	971.330
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9c	478.530	403.108	457.837	382.560
Impostos, taxas e contribuições	18	144	352	72	72
Encargos regulatórios	20	55.043	45.298	47.078	39.983
Obrigações pós-emprego	21	1.390.903	1.372.337	1.390.903	1.372.337
Provisões	22	411.641	400.457	411.398	400.205
Instrumentos financeiros derivativos (opções de venda)	28	505.641	482.841	505.641	482.841
Operações de arrendamento mercantil - obrigações	16	34.960	38.335	34.541	37.502
Outras obrigações		52.623	39.926	20.814	20.112
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		11.591.215	9.751.339	11.530.014	9.704.297
TOTAL DO PASSIVO		14.342.395	12.526.851	13.939.311	12.103.086
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23				
Capital social		2.600.000	2.600.000	2.600.000	2.600.000
Reservas de lucros		2.758.087	2.757.210	2.758.087	2.757.210
Ajustes de avaliação patrimonial		(225.436)	(221.009)	(225.436)	(221.009)
Lucros acumulados		368.524	-	368.524	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.501.175	5.136.201	5.501.175	5.136.201
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		19.843.570	17.663.052	19.440.486	17.239.287

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 2019

(Em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		Jan a Jun/2020	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2020	Jan a Jun/2019
RECEITA LÍQUIDA	24	3.789.694	4.197.573	3.377.207	3.678.080
CUSTOS OPERACIONAIS					
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA	25				
Encargos de uso da rede básica de transmissão		(98.288)	(92.253)	(72.320)	(67.052)
Energia elétrica comprada para revenda		(1.785.145)	(1.699.161)	(1.780.952)	(1.696.797)
		(1.883.433)	(1.791.414)	(1.853.272)	(1.763.849)
OUTROS CUSTOS	25				
Pessoal e administradores		(129.182)	(141.518)	(123.186)	(130.944)
Materiais		(4.785)	(9.028)	(2.646)	(6.556)
Serviços de terceiros		(57.307)	(58.277)	(37.601)	(38.703)
Depreciação e amortização		(95.866)	(103.487)	(66.308)	(68.862)
Provisões operacionais, líquidas	25c	(16.175)	(13.954)	(16.172)	(14.649)
Custo de construção de infraestrutura de transmissão	25e	(74.044)	(82.989)	(74.044)	(82.989)
Outros custos operacionais		(12.840)	(9.245)	(7.618)	(8.418)
		(390.199)	(418.498)	(327.575)	(351.121)
CUSTOS TOTAIS		(2.273.632)	(2.209.912)	(2.180.847)	(2.114.970)
LUCRO BRUTO		1.516.062	1.987.661	1.196.360	1.563.110
DESPESAS OPERACIONAIS					
Despesas com vendas	25b	(16.297)	(19.077)	(4.021)	(10.453)
Despesas gerais e administrativas		(49.345)	(56.986)	(49.345)	(56.986)
Outras despesas operacionais		(105.125)	(805.576)	(95.944)	(805.067)
		(170.767)	(881.639)	(149.310)	(872.506)
Resultado de equivalência patrimonial		(2.395)	8.753	229.063	340.720
Ajuste referente à desvalorização em investimentos	13	-	-	(8.459)	-
Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos		1.342.900	1.114.775	1.267.654	1.031.324
Receitas financeiras	26	1.855.143	1.014.197	1.838.800	982.802
Despesas financeiras	26	(2.678.518)	(455.351)	(2.666.203)	(445.307)
Resultado antes dos impostos		519.525	1.673.621	440.251	1.568.819
Imposto de renda e contribuição social correntes	9d	(81.131)	(583.680)	-	(477.828)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9d	(73.420)	(164.228)	(75.277)	(165.278)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		364.974	925.713	364.974	925.713
Lucro por ação – R\$	23	0,13	0,32	0,13	0,32

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 2019

(Em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		Abr a Jun /2020	Abr a Jun /2019	Abr a Jun /2020	Abr a Jun /2019
RECEITA LÍQUIDA	24	1.898.028	2.242.697	1.732.907	1.978.481
CUSTOS OPERACIONAIS					
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA	25				
Encargos de uso da rede básica de transmissão		(48.854)	(46.168)	(35.775)	(33.806)
Energia elétrica comprada para revenda		(871.396)	(916.241)	(867.560)	(920.250)
		(920.250)	(962.409)	(903.335)	(954.056)
OUTROS CUSTOS	25				
Pessoal e administradores		(71.415)	(72.787)	(67.163)	(66.787)
Materiais		(3.080)	(4.814)	(1.863)	(2.935)
Serviços de terceiros		(39.114)	(39.515)	(28.831)	(28.460)
Depreciação e amortização		(47.605)	(60.264)	(33.076)	(33.885)
Provisões operacionais, líquidas	25c	(9.250)	(11.549)	(9.295)	(11.392)
Custo de construção de infraestrutura de transmissão	25e	(26.846)	(54.902)	(26.846)	(54.902)
Outros custos operacionais		(10.974)	(10.020)	(6.070)	(8.451)
		(208.284)	(253.851)	(173.144)	(206.812)
CUSTOS TOTAIS		(1.128.534)	(1.216.260)	(1.076.479)	(1.160.868)
LUCRO BRUTO		769.494	1.026.437	656.428	817.613
DESPESAS OPERACIONAIS					
Despesas com vendas	25b	(12.754)	(2.379)	(478)	(1.686)
Despesas gerais e administrativas		(6.986)	(9.652)	(6.986)	(9.652)
Outras despesas operacionais		(51.751)	(754.241)	(43.698)	(754.004)
		(71.491)	(766.272)	(51.162)	(765.342)
Resultado de equivalência patrimonial	13	(7.852)	(27.926)	67.930	137.848
Ajuste referente à desvalorização em Investimentos	13	-	-	(8.459)	-
Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos		690.151	232.239	664.737	190.119
Receitas financeiras	26	517.292	850.301	509.323	828.244
Despesas financeiras	26	(650.994)	(226.095)	(647.403)	(221.704)
Resultado antes dos impostos		556.449	856.445	526.657	796.659
Imposto de renda e contribuição social correntes	9d	(31.482)	(376.971)	-	(317.324)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9d	(155.956)	(136.977)	(157.646)	(136.838)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		369.011	342.497	369.011	342.497
Lucro por ação – R\$	23	0,13	0,12	0,13	0,12

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 2019

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Jun/2020	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2020	Jan a Jun/2019
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	364.974	925.713	364.974	925.713
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	<u>364.974</u>	<u>925.713</u>	<u>364.974</u>	<u>925.713</u>

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 2019

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/2020	Abr a Jun/2019	Abr a Jun/2020	Abr a Jun/2019
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	369.011	342.497	369.011	342.497
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	<u>369.011</u>	<u>342.497</u>	<u>369.011</u>	<u>342.497</u>

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	2.600.000	2.362.614	17.522	-	4.980.136
Reserva de incentivos fiscais	-	(1.166)	-	1.166	-
Lucro líquido do período	-	-	-	925.713	925.713
Realização do custo atribuído de imobilizado	-	-	(7.525)	7.525	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019	2.600.000	2.361.448	9.997	934.404	5.905.849
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	2.600.000	2.757.210	(221.009)	-	5.136.201
Reserva de incentivos fiscais (1)	-	877	-	(877)	-
Lucro líquido do período	-	-	-	364.974	364.974
Realização do custo atribuído de imobilizado	-	-	(4.427)	4.427	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020	2.600.000	2.758.087	(225.436)	368.524	5.501.175

(1) Ajustes de períodos anteriores a serem determinados na Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre a destinação dos resultados de 2020.

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 2019

(Em milhares de reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		Jan a Jun/2020	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2020	Jan a Jun/2019
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do período		364.974	925.713	364.974	925.713
Ajustes por:					
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa:					
Depreciação e amortização	25	104.175	113.935	74.617	79.310
Baixas de valor residual líquido de ativos financeiros da concessão, ativos de contrato, imobilizado e intangível		2.317	2.516	1.324	1.874
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos de contrato	12	11.175	-	11.175	-
Ajuste na expectativa do fluxo de caixa dos ativos financeiros e de contrato da concessão	11 e 12	(228.351)	(274.405)	(81.939)	(98.254)
Equivalência patrimonial	13	2.395	(8.753)	(229.063)	(340.720)
Ajuste referente à desvalorização em investimentos	13	-	-	8.459	-
Provisão para perda no valor recuperável de intangível	15	8.459	-	-	-
Juros e variações monetárias		484.156	377.121	480.190	369.581
Variação cambial de empréstimos e financiamentos	19	2.167.950	(63.904)	2.167.950	(63.904)
Ajustes decorrentes da revisão periódica da RAP	11 e 12	(429.840)	-	(429.840)	-
Amortização do custo de transação de empréstimos e financiamentos	19	5.982	5.784	5.982	5.784
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9c	73.420	164.228	75.277	165.278
Recuperação de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS, incluindo atualização financeira	8a	(7.859)	(665.818)	(7.549)	(640.163)
Provisões para perdas operacionais, líquidas	25c	32.472	721.062	20.193	713.133
Variação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos (Swap)	28	(1.800.960)	(613.394)	(1.800.960)	(613.394)
Variação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos (Opções de venda)	28	22.800	21.946	22.800	21.946
Provisão para ressarcimento pela suspensão do fornecimento de energia – Renova		-	(62.575)	-	(62.575)
Obrigações pós-emprego	21	52.901	50.230	52.901	50.230
		866.166	693.686	736.491	513.839
(Aumento) redução de ativos					
Consumidores e revendedores		179.953	(314.498)	184.571	(315.354)
Tributos compensáveis		(4.717)	4.412	(889)	7.781
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(13.154)	(16.856)	(7.079)	(7.355)
Concessionários e transporte de energia		3.422	(8.619)	3.421	(8.624)
Depósitos vinculados a litígios		198.063	25.387	193.342	2.895
Dividendos recebidos		104.856	96.419	104.856	273.637
Ativos financeiros da concessão	11	224.276	215.866	92.642	88.518
Ativos de contrato		17.305	(19.914)	17.305	(19.914)
Outros		30.614	38.739	42.511	26.943
		740.618	20.936	630.680	48.527
(Aumento) redução de passivos					
Fornecedores		(44.340)	(49.701)	(37.858)	(19.375)
Impostos, taxas e contribuições		87.012	(808)	75.561	(3.838)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	9	81.131	588.740	-	480.617
Salários e contribuições sociais		3.779	(454)	3.838	(421)
Encargos regulatórios		5.191	13.855	3.352	13.681
Obrigações pós-emprego	21	(29.035)	(36.648)	(29.035)	(36.648)
Adiantamento de clientes		-	(40.894)	-	(40.894)
Outros		23.463	2.115	(11.098)	(3.005)
		127.201	476.205	4.760	390.117
Caixa gerado pelas atividades operacionais		1.733.985	1.190.827	1.371.931	952.483
Imposto de renda e contribuição social pagos		(144.394)	(319.436)	-	(187.385)
Juros pagos de empréstimos, financiamentos e debêntures	19	(428.540)	(430.614)	(428.540)	(430.614)
Liquidação de instrumentos financeiros derivativos (Swap)		177.086	42.459	177.086	34.653
Juros pagos de arrendamentos	16	(213)	(3.740)	(208)	(3.660)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		1.337.924	479.496	1.120.269	365.477

	Nota	Consolidado		Controladora	
		Jan a Jun/2020	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2020	Jan a Jun/2019
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aportes em investimentos	13b	(75)	(20.794)	(75)	(20.794)
Redução de capital em investida		-	-	-	15.500
Mútuo com partes relacionadas	27	-	46.599	-	46.599
Imobilizado	14	(63.225)	(34.413)	(28.321)	(18.021)
Intangível	15	(1.072)	(932)	(1.072)	(924)
Títulos e valores mobiliários		(738.867)	(90.898)	(568.933)	(78.913)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(803.239)	(100.438)	(598.401)	(56.553)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos		-	(42.947)	-	(42.500)
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	19	(488.920)	(319.927)	(488.920)	(319.927)
Pagamentos de arrendamentos	16	(8.806)	(7.686)	(8.491)	(7.452)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(497.726)	(370.560)	(497.411)	(369.879)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		36.959	8.498	24.457	(60.955)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		211.608	301.696	136.208	226.830
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO PERÍODO		248.567	310.194	160.665	165.875

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

REFERENTES AO PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2020

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

a) A Companhia

A Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Companhia”, “Cemig GT” ou “Cemig Geração e Transmissão”) é uma Sociedade Anônima de Capital Aberto, CNPJ nº 06.981.176/0001-58, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em bolsa de valores. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais.

A Companhia tem por objeto social: (i) estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar Sistemas de Geração, Transmissão e Comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito ou a empresas das quais mantenha o controle acionário; (ii) desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes, com vistas à exploração econômica e comercial; (iii) prestar serviço de consultoria, dentro de sua área de atuação, a empresas no Brasil e no exterior e (iv) exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social.

A Companhia possui também participação em 82 usinas, sendo 75 hidrelétricas, 6 eólicas e 1 solar e linhas de transmissão pertencentes, na maior parte, à Rede Básica do Sistema Brasileiro de Geração e Transmissão, com capacidade instalada de 5.786 MW (informações não revisadas pelos auditores independentes).

A Companhia possui participação societária em empresas controladas individualmente ou em conjunto e coligadas, cujos objetivos principais são a construção e a operação de sistemas de produção e comercialização de energia elétrica.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia e suas controladas em continuarem operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

b) Covid-19

Contexto geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou como pandemia a situação de disseminação do Covid-19, reforçando as recomendações de medidas restritivas como estratégia de combate ao vírus, em nível mundial. Essas medidas, consubstanciadas, principalmente, no distanciamento social, impactaram negativamente muitas entidades, afetando seus processos de produção, interrompendo suas cadeias de suprimentos, causando escassez de mão-de-obra e fechamento de lojas e instalações. As economias mundiais vêm se esforçando no desenvolvimento de medidas para enfretamento da crise econômica causada pela pandemia, especialmente por meio de seus bancos centrais e autoridades fiscais, mas o crescimento da recessão econômica parece inevitável e seus efeitos ainda não são mensuráveis.

Medidas implementadas pela Companhia

A Cemig criou em 23 de março de 2020, o Comitê Diretor de Gestão da Crise do Coronavírus, com o objetivo de garantir maior agilidade na tomada de decisões tendo em vista a rápida evolução do cenário, que tem se tornado mais abrangente, complexo e sistêmico.

Em linha com as recomendações para manutenção do distanciamento social, a Companhia implementou um plano de contingência operacional e uma série de medidas preventivas para manter a saúde e segurança da sua força de trabalho, incluindo: realização diária de contato “in loco” com as equipes em serviço por técnicos de Segurança e de Enfermagem, integração diária com o serviço social das contratadas para monitoramento da evolução de casos suspeitos, alteração e escalonamento de horários para reduzir aglomerações, restrição a viagens nacionais e internacionais, uso de meios remotos de comunicação, adoção de home-office para uma parcela relevante dos empregados, distribuição de máscaras para os colaboradores que estão em atividades em suas instalações ou em atendimento externo e exigência do mesmo procedimento para as empresas contratadas.

Os canais virtuais de comunicação com os consumidores foram mantidos, assim como os atendimentos essenciais nos endereços de consumo, garantindo o fornecimento de energia adequado.

Para mitigação dos impactos da crise econômica, a Companhia tem sido diligente no sentido de proteger a sua liquidez, implementando as seguintes medidas, entre outras:

- revisão de seu programa de investimentos e de despesas;
- negociação de seus contratos com seus consumidores livres;
- diferimento dos recolhimentos de tributos e encargos trabalhistas, conforme autorização legal.

Impacto nas demonstrações financeiras

Considerando a severidade das restrições aos negócios e à interação social durante a pandemia, combinada aos movimentos das taxas de juros e câmbio, a Companhia estima que os resultados da retração econômica impactarão negativamente a sua posição patrimonial, sendo ainda difícil estimar os efeitos finais sobre a sua situação patrimonial e resultados.

Nesse cenário, a intervenção nas políticas de mercado e as iniciativas para reduzir a transmissão do Covid-19 levaram à redução no consumo de energia elétrica. Essa redução impacta a receita com fornecimento de energia da Companhia, além de aumentar as expectativas de inadimplência dos consumidores.

Em 30 de junho de 2020, a partir da observação dos impactos econômicos da pandemia, a Companhia avaliou as premissas utilizadas para cálculo do valor justo e valor recuperável de seus ativos financeiros e não financeiros, identificando os seguintes efeitos:

- A Companhia avaliou se a maior pressão nas taxas de câmbio combinada à ausência de liquidez no mercado financeiro terá impacto negativo no instrumento financeiro derivativo contratado para proteger as suas operações dos riscos advindos da variação da moeda estrangeira. Diante das condições de mercado atuais, a variação no valor justo do instrumento derivativo, que considera projeções futuras de taxa cambial e juros, não foi suficiente para compensar a exposição à variação cambial do instrumento de dívida, gerando uma perda líquida de R\$367 milhões no resultado do primeiro semestre de 2020. As projeções de longo prazo indicam uma depreciação do dólar em relação à cotação atual, que caso venha a se confirmar, representará uma diminuição nas despesas de variação cambial da Companhia.
- Na mensuração da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, a Companhia está avaliando as circunstâncias da pandemia Covid-19 e as medidas tomadas para reduzir o impacto da retração econômica sobre a inadimplência.
- As premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor recuperável de seus investimentos relevantes em controladas, controladas em conjunto e coligadas não foram influenciadas significativamente pela pandemia Covid-19, uma vez que os fluxos de caixa destas investidas são majoritariamente advindos da exploração econômica de longo prazo de direitos de operação comercial de atividade regulada. Portanto, não foram registrados ajustes adicionais para redução ao valor recuperável das suas investidas controladas, coligadas e controladas em conjunto, em razão do atual cenário econômico.
- A Companhia efetuou também uma avaliação na tentativa de identificar o comportamento das taxas de juros e de desconto que são base para o cálculo das Obrigações Pós-Emprego, e entendeu que neste momento, devido à alta volatilidade do mercado, não é possível concluir se as taxas atuais refletem uma alteração nos fundamentos macroeconômicos que indicassem a necessidade de recálculo do passivo atuarial para as informações contábeis intermediárias.
- Apesar das incertezas relacionadas aos desdobramentos da crise no longo prazo, a Companhia não tem a expectativa que os efeitos negativos sobre as projeções possam comprometer a viabilidade de realização de seus ativos fiscais diferidos.

Os impactos da pandemia Covid-19 divulgados nessas informações contábeis intermediárias foram baseados nas melhores estimativas da Companhia. A Companhia estima que os efeitos da pandemia poderão afetar temporariamente a sua situação patrimonial em 2020, porém, não se espera impactos significativos no longo prazo. Com base nas projeções de mercado e nos efeitos mensuráveis da crise, a Companhia observou os seguintes efeitos durante o primeiro semestre de 2020:

- A Companhia vem estabelecendo negociações com os seus clientes e fornecedores de energia elétrica, visando preservar sua liquidez no período da crise.
- A administração da Companhia também efetuou a análise de sensibilidade do valor justo de ativos e passivos financeiros refletindo as condições e taxas atuais de mercado projetadas cujos impactos estão apresentados na nota explicativa nº 28.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de Conformidade

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas de acordo com o International Accounting Standard nº 34, Interim Financial Reporting emitido pelo International Accounting Standards Board – IASB, Pronunciamento Contábil nº 21 (R1) - “CPC 21”, que abrange as demonstrações intermediárias e com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras, aprovadas pelo Conselho de Administração em 19 de março de 2020.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

O Conselho de Administração da Companhia autorizou a emissão destas Informações Contábeis Intermediárias em 14 de agosto de 2020.

2.2 Correlação entre as Notas Explicativas divulgadas nas Demonstrações Financeiras Anuais e as Informações Contábeis Intermediárias

Número das notas explicativas		Título das notas explicativas
31/12/2019	30/06/2020	
1	1	Contexto operacional
2	2	Base de preparação
3	3	Princípios da consolidação
4	4	Das concessões e autorizações
5	29	Segmentos operacionais
6	5	Caixa e equivalentes de caixa
7	6	Títulos e valores mobiliários
8	7	Consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia
9	8	Tributos compensáveis
10	-	Créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS – Ação judicial com trânsito em julgado
11	9	Imposto de renda e contribuição social
12	10	Depósitos vinculados a litígios
13	11	Ativos financeiros da concessão
14	12	Ativos de contrato
15	13	Investimentos
16	14	Imobilizado
17	15	Intangíveis
18	16	Operações de arrendamento mercantil
19	17	Fornecedores
20	18	Impostos, taxas e contribuições
21	19	Empréstimos, financiamentos e debêntures
22	20	Encargos regulatórios
23	21	Obrigações pós-emprego
24	22	Provisões
25	23	Patrimônio líquido e remuneração aos acionistas
26	24	Receitas
27	25	Custos e despesas operacionais
28	26	Receitas e despesas financeiras
29	27	Transações com partes relacionadas
30	28	Instrumentos financeiros e gestão de riscos
33	30	Eventos subsequentes

As notas explicativas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019 que foram suprimidas nas informações contábeis intermediárias pelo fato de não apresentarem alterações relevantes e/ou não serem aplicáveis às informações contábeis intermediárias são as seguintes:

Número das notas	Título das notas explicativas
31	Seguros
32	Obrigações contratuais

3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As datas das informações contábeis intermediárias das sociedades controladas, utilizadas para a consolidação e das controladas em conjunto e coligadas utilizadas para o cálculo de equivalência patrimonial, coincidem com as da Companhia. As práticas contábeis são aplicadas de maneira uniforme àquelas utilizadas pela controladora.

A Companhia utiliza os critérios de consolidação integral e a sua participação direta é como segue:

Sociedades Controladas	Forma de avaliação	30/06/2020 e 31/12/2019
		Participação direta (%)
Cemig Baguari Energia S.A.	Consolidação	100,00
Cemig Geração Três Marias S.A.	Consolidação	100,00
Cemig Geração Salto Grande S.A.	Consolidação	100,00
Cemig Geração Itutinga S.A.	Consolidação	100,00
Cemig Geração Camargos S.A.	Consolidação	100,00
Cemig Geração Sul S.A.	Consolidação	100,00
Cemig Geração Leste S.A.	Consolidação	100,00
Cemig Geração Oeste S.A.	Consolidação	100,00
Sá Carvalho S.A.	Consolidação	100,00
Horizontes Energia S.A.	Consolidação	100,00
Rosal Energia S.A.	Consolidação	100,00
Cemig PCH S.A.	Consolidação	100,00
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.	Consolidação	100,00
Cemig Geração Poço Fundo S.A.	Consolidação	100,00
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada S.A.	Consolidação	100,00
Cemig Trading S.A.	Consolidação	100,00
Central Eólica Praias de Parajuru S.A.	Consolidação	100,00
Central Eólica Volta do Rio S.A.	Consolidação	100,00

4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES

A Companhia, incluindo suas subsidiárias integrais e as participações em consórcio, detém junto à Aneel, as seguintes concessões e autorizações:

	Empresa detentora da concessão	Contrato de concessão*	Data de Vencimento
GERAÇÃO			
Usinas Hidrelétricas			
Emborcação (1) (2)	Cemig GT	07/1997	07/2025
Nova Ponte (1) (2)	Cemig GT	07/1997	07/2025
Santa Luzia (1)	Cemig GT	07/1997	02/2026
Irapé (1)	Cemig GT	14/2000	02/2035
Queimado (Consórcio) (1)	Cemig GT	06/1997	01/2033
Salto Morais (1)	Cemig GT	02/2013	07/2020
Rio de Pedras (1)	Cemig GT	02/2013	09/2024
Luiz Dias (1)	Cemig GT	02/2013	08/2025
Poço Fundo (1)	Cemig GT	02/2013	08/2025
São Bernardo (1)	Cemig GT	02/2013	08/2025
Xicão (1)	Cemig GT	02/2013	08/2025
Rosal (1)	Rosal Energia	01/1997	05/2032
Machado Mineiro (1)			07/2025
Salto Voltão (1)	Horizontes Energia	Resolução 331/2002	10/2030
Salto Paraopeba (1)			10/2030
Salto do Passo Velho (1)			10/2030
PCH Pai Joaquim (1)	Cemig PCH	Resolução autorizativa 377/2005	04/2032
Sá Carvalho (1)	Sá Carvalho	01/2004	12/2024
Três Marias (3)	Cemig Geração Três Marias	08/2016	01/2046
Salto Grande (3)	Cemig Geração Salto Grande	09/2016	01/2046
Itutinga (3)	Cemig Geração Itutinga	10/2016	01/2046
Camargos (3)	Cemig Geração Camargos	11/2016	01/2046
Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau (3)	Cemig Geração Sul	12/2016 e 13/2016	01/2046
Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras (3)	Cemig Geração Leste	14/2016 e 15/2016	01/2046
Cajurú, Gafanhoto e Martins (3)	Cemig Geração Oeste	16/2016	01/2046
Usinas Termelétricas			
Igarapé (1) (6)	Cemig GT	07/1997	08/2024
Usinas Eólicas			
Central Geradora Eólica Praias de Parajuru (4)	Parajuru	Resolução 526/2002	09/2032
Central Geradora Eólica Volta do Rio (4)	Volta do Rio	Resolução 660/2001	01/2031
TRANSMISSÃO			
Rede Básica (5)	Cemig GT	006/1997	01/2043
Subestação – SE Itajubá (5)	Cemig GT	79/2000	10/2030

* A Companhia produz energia por meio de hidroelétricas de potencial igual ou inferior a 5MW e, assim, nos termos da Lei 9.074/95, estão dispensadas de concessão, permissão ou autorização, e não possuem prazo final de concessão.

- Referem-se a contratos de concessão de geração de energia que não estão no escopo do ICPC 01/IFRIC 12, cujos ativos de infraestrutura encontram-se registrados como ativo imobilizado uma vez que o poder concedente não controla a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço, sendo sua energia comercializada principalmente no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”).
- Em 17 de julho de 2020, a Companhia protocolou o seu interesse pela prorrogação das concessões destas Usinas, no regime de produção independente, fora do regime de cotas, com o objetivo de garantir o seu direito de opção às modificações legislativas em curso, ligadas às medidas de modernização do setor elétrico. Contudo, a decisão ocorrerá após a divulgação pelo MME e pela Aneel das condições para a prorrogação, as quais deverão ser submetidas à deliberação dos órgãos de governança da Companhia.
- Referem-se a contratos de concessão de geração de energia cuja receita referente à bonificação de outorga está classificada como ativo financeiro da concessão.
- Referem-se a concessões, mediante autorização, de geração de energia eólica na modalidade de produção independente, comercializada no âmbito do Proinfa. Os ativos vinculados ao direito de exploração são registrados no imobilizado. Os direitos de autorização de exploração, que são considerados nas informações contábeis intermediárias da controladora como investimentos, são classificados no balanço consolidado na rubrica intangíveis, conforme interpretação técnica ICPC 09.
- Referem-se a contratos de concessão de transmissão de energia que, de acordo com a IFRS 15/CPC 47, são classificados como ativo de contrato por estarem sujeitos à satisfação de obrigações de desempenho na prestação do serviço de transmissão de energia elétrica.
- Em 06 de dezembro de 2019, a Aneel suspendeu, por meio de Despacho, a operação comercial da Usina de Igarapé, mediante pleito da Companhia pela extinção antecipada da concessão desta Usina.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Contas bancárias	4.133	8.644	1.021	2.503
Aplicações financeiras:				
Certificados de Depósitos Bancários (CDB) (1)	40.578	184.682	31.849	127.419
Overnight (2)	203.856	18.282	127.795	6.286
	244.434	202.964	159.644	133.705
	248.567	211.608	160.665	136.208

- (1) Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – Cetip, que variam entre 90,00% a 103,00% em 30 de junho de 2020 (65,00% a 103,00% em 31 de dezembro de 2019) conforme operação. Para esses CDBs, a Companhia e suas controladas possuem operações compromissadas afirmando, em suas respectivas notas de negociação, o compromisso de recompra do título pelo banco, à vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente.
- (2) As operações de *overnight* consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada de 2,15% a.a. em 30 de junho de 2020 (4,39% a.a. em 31 de dezembro de 2019) e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia e de suas controladas ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

A exposição da Companhia e de suas controladas a riscos de taxas de juros e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 28.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Circulante				
Letras financeiras (LF's) – Bancos (1)	769.937	323.761	482.668	111.308
Letras financeiras do Tesouro (LFTs) (2)	260.004	47.268	162.995	16.250
Debêntures (3)	-	1.573	-	541
Outros	3.338	76	2.121	76
	1.033.279	372.678	647.784	128.175
Não circulante				
Letras financeiras (LFs) – Bancos (1)	70.603	-	44.261	-
Debêntures (3)	8.579	916	5.378	315
	79.182	916	49.639	315
	1.112.461	373.594	697.423	128.490

- (1) As Letras Financeiras – Bancos (LF's) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (Cetip). As LF's que compõem a carteira possuem taxa de remuneração que variam entre 102,00% a 127,00% do CDI em 30 de junho de 2020 (101,95% a 113,00% em 31 de dezembro 2019).
- (2) As Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa Selic diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.
- (3) Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem ao seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures possuem taxa de remuneração que variam entre 106,75% a 109,00% do CDI em 30 de junho de 2020 (108,25% a 113,00% do CDI em 31 de dezembro de 2019).

A classificação destes títulos e valores mobiliários e as aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas nas notas explicativas nº 28 e 27, respectivamente.

7. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA

	Saldos a vencer		Vencidos			Consolidado	
	Faturado	Não faturado	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Há mais de 360 dias	30/06/2020	31/12/2019
Industrial	37.243	188.482	35.010	32.652	42.893	336.280	333.282
Comércio, serviços e outras	21.311	67.967	15.136	417	-	104.831	111.091
Produtor rural	-	-	45	-	-	45	-
Suprimento a outras concessionárias	2.053	237.497	22.871	6.176	8.871	277.468	257.724
Concessionários – transp. de energia	9.408	71.320	4.543	2.456	4.666	92.393	95.815
Câmara Comerc. Energia Elétrica – CCEE	15.111	6.011	-	166.710	-	187.832	385.558
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(3.199)	(20.310)	(39.974)	(63.483)	(48.432)
	85.126	571.277	74.406	188.101	16.456	935.366	1.135.038
Ativo circulante						932.393	1.129.096
Consumidores e revendedores						840.000	1.033.281
Concessionários – Transp. energia						92.393	95.815
Ativo não circulante						2.973	5.942
Consumidores e revendedores						2.973	5,942

	Saldos a vencer		Vencidos			Controladora	
	Faturado	Não faturado	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Há mais de 361 dias	30/06/2020	31/12/2019
Industrial	22.490	167.879	26.954	3.309	18.548	239.180	248.023
Comércio, serviços e outras	21.311	67.967	15.136	417	-	104.831	111.092
Produtor rural	-	-	45	-	-	45	-
Suprimento a outras concessionárias	2.053	200.143	16.631	670	30	219.527	195.623
Concessionários – transp. de energia	9.436	71.376	4.543	2.456	4.666	92.477	95.898
Câmara Comerc. Energia Elétrica – CCEE	15.111	-	-	166.710	-	181.821	375.752
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(959)	(1.500)	(18.649)	(21.108)	(17.602)
	70.401	507.365	62.350	172.062	4.595	816.773	1.008.786
Ativo circulante						816.544	1.008.213
Consumidores e revendedores						724.067	912.315
Concessionários – Transp. energia						92.477	95.898
Ativo não circulante						229	573
Consumidores e revendedores						229	573

A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de crédito relacionado a consumidores e revendedores está divulgada na nota explicativa nº 28.

A provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua movimentação no período é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2018	24.486	24.486
Constituição de provisão, líquida (nota 25c)	19.077	10.453
Baixa	(14.461)	(14.461)
Saldo em 30 de junho de 2019	29.102	20.478
Saldo em 31 de dezembro de 2019	48.432	17.602
Constituição de provisão, líquida (nota 25c)	16.297	4.021
Baixa	(1.246)	(515)
Saldo em 30 de junho de 2020	63.483	21.108

8. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Circulante				
ICMS a recuperar	23.213	21.792	17.862	17.294
Cofins	288.422	5.560	283.615	3.196
PIS/Pasep	63.028	1.612	61.751	867
INSS	14.991	15.041	14.991	15.041
Outros	7.104	7.177	7.229	7.302
	396.758	51.182	385.448	43.700
Não circulante				
ICMS a recuperar (1)	22.236	21.914	22.236	21.914
Cofins	208.786	537.040	185.843	514.351
PIS/Pasep	45.401	116.666	40.347	111.669
Outros	430	431	-	-
	276.853	676.051	248.426	647.934
	673.611	727.233	633.874	691.634

(1) Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no ativo não circulante, são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e intangível e podem ser compensados em 48 meses.

a) Créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS

Em 08 de maio de 2019, transitou em julgado, no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, a Ação Ordinária movida pela Companhia, com decisão favorável à autora, reconhecendo o direito desta excluir o ICMS da base de cálculo do PIS/Pasep e Cofins com efeitos retroativos ao prazo de 5 anos do início do processo judicial, ou seja, desde julho de 2003.

Dessa forma, encontram-se registrados os créditos de PIS/Pasep e Cofins referentes aos valores pagos dessas contribuições incidentes sobre o ICMS no período de julho de 2003 a maio de 2019.

Adicionalmente, transitaram em julgado com decisão favorável às empresas, as ações judiciais da mesma natureza movidas pelas subsidiárias integrais Sá Carvalho S.A., Cemig Geração Poço Fundo S.A. (anteriormente denominada Usina Termelétrica Barreiro S.A.) e Horizontes Energia S.A..

Em 12 de maio de 2020, a Receita Federal deferiu o pedido de habilitação dos créditos de PIS/Pasep e Cofins oriundos da ação judicial transitada em julgada em favor da Companhia em 2019.

A Companhia recuperará os créditos tributários por meio de compensação do saldo a receber com os valores a pagar, mensalmente, dentro do prazo prescricional de 5 anos, tendo iniciado as compensações no mês de maio de 2020.

Diante disso, a Companhia transferiu para o ativo circulante o valor dos créditos cuja expectativa de compensação não ultrapassa o prazo de 12 meses, nos montantes de R\$60.859 e R\$280.321 para PIS/Pasep e Cofins, respectivamente.

Os efeitos dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS, incluindo sua atualização pela Selic, foram reconhecidos no resultado da Companhia em 2019, pelo montante líquido de tributos, atualizado até 31 de dezembro de 2019, de R\$427.055. Deste montante, R\$413.616 foram reconhecidos em receitas operacionais, R\$233.438 como receitas financeiras (líquidas de PIS/Pasep e Cofins), além de IRPJ e CSLL, no montante total de R\$219.999.

Esses créditos tributários são atualizados pela Selic até a sua compensação, sendo o efeito líquido no resultado financeiro consolidado e individual, em 30 de junho de 2020, de R\$7.859 e R\$7.549, respectivamente, conforme nota explicativa nº 26.

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Os saldos de imposto de renda e contribuição social referem-se a créditos das declarações fiscais de anos anteriores, retenções na fonte realizadas no período corrente e às antecipações que serão compensadas com tributos federais a pagar a serem apurados ao final do período fiscal.

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Circulante				
Imposto de renda	284.921	239.443	282.931	238.261
Contribuição social	121.083	125.119	120.524	124.788
	406.004	364.562	403.455	363.049
Não circulante				
Imposto de renda	2.461	2.461	-	-
Contribuição social	606	606	-	-
	3.067	3.067	-	-

Os saldos de imposto de renda e contribuição social registrados no ativo não circulante são decorrentes, principalmente, das retenções na fonte sobre a energia vendida no âmbito do Proinfa por empresas optantes pelo lucro presumido, cuja expectativa de compensação ultrapassa doze meses.

b) Imposto de renda e contribuição social a recolher

Os saldos de imposto de renda e contribuição social registrados no passivo circulante referem-se, principalmente, aos tributos devidos pela Companhia e suas controladas sujeitas ao lucro real, que devem recolher mensalmente os tributos por estimativa, bem como pelas controladas optantes pelo lucro presumido, cujos recolhimentos ocorrem em bases trimestrais.

	Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019
Circulante		
Imposto de renda	48.725	98.712
Contribuição social	16.841	35.156
	65.566	133.868

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia e suas controladas possuem ativos e passivos fiscais diferidos, constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, às alíquotas de 25% e 9%, conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
ATIVO				
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	556.754	-	556.754	-
Obrigações pós-emprego	453.649	444.411	453.649	444.411
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	14.208	11.075	7.177	5.984
Provisões para contingências	113.811	110.374	113.760	110.319
Provisão put SAAG	171.918	164.166	171.918	164.166
Provisão para perdas em investimentos	272.905	277.300	272.905	277.300
Outras provisões	49.880	46.080	49.880	46.080
Concessão onerosa	8.479	8.194	8.479	8.194
Outros	20.340	21.210	20.317	21.176
	1.661.944	1.082.810	1.654.839	1.077.630
PASSIVO				
Valor justo como custo atribuído na adoção das IFRS	(228.293)	(231.833)	(209.300)	(212.319)
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa dos ativos da concessão	(635.854)	(514.801)	(635.854)	(514.801)
Valor justo de participações societárias	(142.549)	(146.852)	(142.549)	(146.852)
Atualização de depósitos judiciais	(391)	(385)	-	-
Instrumentos financeiros derivativos (<i>swap</i>)	(1.115.707)	(574.921)	(1.115.707)	(574.921)
Outros	(10.578)	(12.026)	(9.266)	(11.297)
	(2.133.372)	(1.480.818)	(2.112.676)	(1.460.190)
Total líquido	(471.428)	(398.008)	(457.837)	(382.560)
Total do ativo	7.102	5.100	-	-
Total do passivo	(478.530)	(403.108)	(457.837)	(382.560)

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(461.731)	(436.071)
Efeitos alocados ao resultado	(164.228)	(165.278)
Outros	349	-
Saldo em 30 de junho de 2019	(625.610)	(601.349)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(398.008)	(382.560)
Efeitos alocados ao resultado	(73.420)	(75.277)
Saldo em 30 de junho de 2020	(471.428)	(457.837)

d) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa nominal de imposto de renda (alíquota de 25%) e da contribuição social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na demonstração de resultado é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Jun/2020	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2020	Jan a Jun/2019
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	519.525	1.673.621	440.251	1.568.819
Imposto de renda e contribuição social – despesa nominal (crédito fiscal) (34%)	(176.639)	(569.031)	(149.685)	(533.398)
Efeitos fiscais incidentes sobre:				
Incentivos fiscais	7	8.986	-	8.933
Resultado de equivalência patrimonial	(6.952)	(2.237)	74.914	112.877
Multas indedutíveis	(386)	(4)	(386)	(4)
Contribuições e doações indedutíveis	(38)	(329)	(38)	(313)
Diferença de base de cálculo - lucro presumido x lucro real	29.336	45.709	-	-
PECLD com partes relacionadas	-	(233.931)	-	(233.931)
Outros	121	2.929	(82)	2.730
Imposto de renda e contribuição social – despesa efetiva	(154.551)	(747.908)	(75.277)	(643.106)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(81.131)	(583.680)	-	(477.828)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(73.420)	(164.228)	(75.277)	(165.278)
	(154.551)	(747.908)	(75.277)	(643.106)
Alíquota efetiva	29,75%	44,69%	17,10%	40,99%

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/2020	Abr a Jun/2019	Abr a Jun/2020	Abr a Jun/2019
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	556.449	856.445	526.657	796.659
Imposto de renda e contribuição social – despesa nominal (crédito fiscal) (34%)	(189.193)	(291.191)	(179.063)	(270.864)
Efeitos fiscais incidentes sobre:				
Incentivos fiscais	3	2.354	-	2.304
Resultado de equivalência patrimonial	(6.343)	(13.698)	21.613	45.384
Multas indedutíveis	(226)	(2)	(226)	(2)
Contribuições e doações indedutíveis	-	(16)	-	-
Diferença de base de cálculo - lucro presumido x lucro real	8.184	19.489	-	-
PECLD com partes relacionadas	-	(233.931)	-	(233.931)
Outros	137	3.047	30	2.947
Imposto de renda e contribuição social – despesa efetiva	(187.438)	(513.948)	(157.646)	(454.162)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(31.482)	(376.971)	-	(317.324)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(155.956)	(136.977)	(157.646)	(136.838)
	(187.438)	(513.948)	(157.646)	(454.162)
Alíquota efetiva	33,68%	60,01%	29,93%	57,01%

10. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Trabalhistas	32.934	32.100	32.306	31.477
Fiscais				
Imposto de renda sobre juros sobre capital próprio (JCP)	17.378	17.226	16.062	15.910
PIS/Pasep e Cofins (1)	7.341	207.469	-	195.409
IR/INSS - Indenização do anuênio (2)	67.029	66.483	67.029	66.483
IPTU	11.742	11.423	11.740	11.421
CSLL (3)	19.839	18.062	19.839	18.062
Outros	1.184	2.513	940	2.357
	124.513	323.176	115.610	309.642
Outros				
Bloqueio judicial	3.434	974	3.402	942
Regulatórios	3.080	3.002	3.080	3.002
Outros	4.794	5.025	4.757	4.988
	11.308	9.001	11.239	8.932
	168.755	364.277	159.155	350.051

- Refere-se aos depósitos relacionados ao questionamento judicial sobre a constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo dessas contribuições. Maiores detalhes abaixo.
- Ver mais detalhes na nota explicativa nº 22 – Provisões (Indenização do anuênio).
- Depósito judicial no âmbito do processo que discute a tributação de CSLL sobre doações e patrocínio de caráter cultural e artístico, despesas com multas punitivas e de tributos com exigibilidade suspensa.

Levantamento de depósitos judiciais

Em 13 de fevereiro de 2020, a Companhia realizou o levantamento do depósito judicial referente à ação que questionava a incidência do PIS/Pasep e Cofins sobre o ICMS, no montante atualizado total de R\$196.169. O levantamento do depósito judicial das demais controladas será requerido no âmbito dos processos que discutem a matéria, à medida do trânsito em julgado das ações por elas movidas.

11. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Transmissão - Indenização a receber (11.1)	1.265.445	1.280.652	1.265.445	1.280.652
Geração - Indenização a receber (11.2)	816.202	816.202	816.202	816.202
Geração - Bonificação pela outorga (11.3)	2.482.994	2.468.216	-	-
	4.564.641	4.565.070	2.081.647	2.096.854
Circulante	582.067	439.582	327.898	189.017
Não circulante	3.982.574	4.125.488	1.753.749	1.907.837

A movimentação dos ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura é como segue:

	Consolidado			Controladora		
	Geração	Transmissão	Total	Geração	Transmissão	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	3.225.132	1.296.314	4.521.446	816.202	1.296.314	2.112.516
Atualização financeira	176.151	71.164	247.315	-	71.164	71.164
Recebimentos	(127.348)	(88.518)	(215.866)	-	(88.518)	(88.518)
Transferências – Ativo de contrato (nota 12)	-	44.082	44.082	-	44.082	44.082
Saldos em 30 de junho de 2019	3.273.935	1.323.042	4.596.977	816.202	1.323.042	2.139.244
Saldos em 31 de dezembro de 2019	3.284.418	1.280.652	4.565.070	816.202	1.280.652	2.096.854
Atualização financeira	146.412	67.252	213.664	-	67.252	67.252
Recebimentos	(131.634)	(92.642)	(224.276)	-	(92.642)	(92.642)
Ajuste decorrente da revisão periódica da RAP	-	10.183	10.183	-	10.183	10.183
Saldos em 30 de junho de 2020	3.299.196	1.265.445	4.564.641	816.202	1.265.445	2.081.647

11.1 Transmissão - Indenização a receber

Em 20 de abril de 2016, foi emitida a Portaria nº 120 do MME que determinou que os valores homologados pela Aneel por meio de Despachos, relativos às instalações da Rede Básica do Sistema Elétrico – RBSE, ainda não amortizadas, não depreciadas ou não indenizadas pelo poder concedente, vinculadas aos contratos de concessão renovados nos termos da Lei 12.783/2013, passassem a compor a Base de Remuneração Regulatória das concessionárias de transmissão de energia elétrica a partir do processo tarifário de 2017. Esse dispositivo determinou o recebimento por meio da Receita Anual Permitida - RAP dos valores relativos à RBSE.

Com fundamento nos regulamentos da Aneel e Ministério de Minas e Energia - MME, especialmente a Portaria MME 120/2016 e Resolução Aneel 762/2017, a parcela dos direitos da Companhia para qual exige-se apenas a passagem do tempo antes do seu recebimento foi classificada como ativo financeiro, em conformidade ao IFRS 9 / CPC 48.

Assim, a parcela não paga desde a prorrogação das concessões, referentes ao período de 1º de janeiro de 2013 até 30 de junho de 2017, a ser recebida no prazo de 8 anos, considerada componente financeiro, é classificada como ativo financeiro, tendo em vista que não mais envolve a construção de ativos de infraestrutura e representa exclusivamente as parcelas não pagas no período de 2013 a 2017, atualizadas pelo custo de capital regulatório do negócio de transmissão.

A classificação dessa parcela como ativo financeiro se fundamenta na inexistência de ativos vinculados ao componente financeiro da RBSE para os quais pudesse ser exigida obrigação de performance para o seu recebimento. Nesse contexto, a Companhia tem o direito incondicional ao recebível, previsto no art. 15 da Lei 12.783/2013, bem como nos regulamentos da Aneel, exigindo-se, basicamente, somente a passagem do tempo para o recebimento da contraprestação devida. O ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado, nos termos da IFRS 09/ CPC 48, considerando que é remunerado pelo custo de capital regulatório previamente definido pela Aneel, por meio da Resolução 762/2017 e é mantido em modelo de negócio cujo objetivo é o recebimento dos fluxos de caixa contratuais, que constituem o pagamento de principal e juros sobre o principal em aberto.

Em relação às instalações da RBSE vinculadas ao contrato de concessão da Companhia, a Aneel homologou, por meio do Despacho nº 2.181, em 16 de agosto de 2016, o valor de R\$892.050, na data base de dezembro de 2012, correspondente à parcela dos ativos reversíveis ainda não amortizados para fins de indenização, que foi, assim, registrado como um ativo financeiro, com prazo e taxa de juros definidos nos regulamentos da Aneel, de acordo com suas características.

A indenização a ser recebida, atualizada até 30 de junho de 2020, no montante de R\$1.265.445 (R\$1.280.652 em 31 de dezembro de 2019) é classificada como ativo financeiro, pelo custo amortizado, de acordo com a IFRS 9/CPC 48, conforme segue:

Parcelas de remuneração e depreciação não pagas desde as prorrogações das concessões

As parcelas de remuneração e depreciação não pagas desde as prorrogações das concessões até a revisão tarifária de 2017, no valor de R\$794.648 (R\$832.915 em 31 de dezembro de 2019) são atualizadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e remuneradas pelo Custo Médio Ponderado de Capital do segmento de transmissão definido pela Aneel nas metodologias de Revisão Tarifária Periódica das Receitas das Concessionárias, a ser pago pelo prazo de 8 anos por meio da RAP, com início em julho de 2017.

Em 30 junho de 2020, o resultado da Revisão Periódica da RAP – RTP foi homologado por meio da Resolução Homologatória nº 2.712/2020, ocasionando o ajuste de R\$10.183 na componente financeira da RAP, decorrente, principalmente, da alteração retrospectiva, a partir de 1º de julho de 2018, do Custo Médio Ponderado de Capital do segmento de transmissão. Mais informações sobre a Revisão Periódica da RAP na nota explicativa nº 12.

Indenização dos ativos de transmissão - atualização pelo custo de capital regulatório

Em 10 de abril de 2017, foi concedida tutela antecipada em favor da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Livres, da Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro e da Associação Brasileira dos Produtores de Ferroligas e de Silício Metálico no âmbito do processo judicial promovido por essas entidades em face da Aneel e da União visando à suspensão dos efeitos sobre as tarifas da correção pelo custo de capital próprio real das parcelas não pagas entre 2013 e 2017 dos ativos da “Rede Básica”, devidos aos agentes do setor elétrico que fizeram a adesão aos termos da Lei 12.783/13.

A tutela antecipada foi em caráter parcial, com efeitos relacionados à suspensão da inclusão nas tarifas dos consumidores dessas Associações da parcela da indenização correspondente a remuneração do custo do capital próprio real incorporado desde a prorrogação das concessões, que corresponde a R\$470.797 em 30 de junho de 2020 (R\$447.737 em 31 de dezembro de 2019), atualizado pela variação do IPCA, somado ao custo médio de capital regulatório (WACC regulatório).

Em junho de 2020, em função da cassação da maioria das liminares e em cumprimento aos Pareceres de Força Executória emanados pela Procuradoria Federal junto à ANEEL, foram calculados os efeitos provocados pela reversão destas liminares, para incorporação da remuneração pelo custo de capital próprio real à receita das transmissoras a partir do ciclo 2020-2021, considerando todos os efeitos retroativos, inclusive, quando da instrução processual da Revisão Periódica da RAP de 2018. A Aneel, neste momento, homologou, de forma precária e provisória, a inclusão da remuneração pelo custo de capital próprio real atualizado apenas pelo IPCA do período entre os ciclos tarifários 2017-2018 e 2019-2020, tendo em vista a necessidade de maior aprofundamento acerca das condições jurídicas para análise do recurso da Companhia, que requer a inclusão também da remuneração pelo WACC regulatório dos períodos em que o seu recebimento esteve suspenso, no montante aproximado de R\$86.042.

A Companhia entende que o tratamento dispensado a esse componente, que inclui a atualização pelo IPCA somado ao custo médio ponderado de capital regulatório do período de junho de 2017 a junho de 2020, reflete adequadamente as regulamentações emitidas pelo Poder Concedente e não espera quaisquer perdas relativas à parcela que ainda está sendo discutida junto à Aneel.

A diferença gerada pela incorporação da remuneração pelo custo de capital próprio, decorrente do efetivamente pago e o devido entre os ciclos 2017-2018 a 2019-2020, será incorporada à RAP por meio de Parcela de Ajuste, em três ciclos. O valor total desse parâmetro a ser recebido no ciclo de 2020-2021, que inclui a competência do ciclo corrente, no valor de R\$65.945, alcança o montante aproximado de R\$131.075.

11.2 Geração - Indenizações a receber

A partir de agosto de 2013, ocorreu o término das concessões para diversas usinas operadas pela Companhia sob o Contrato de Concessão nº 007/1997, passando a Companhia a ter direito à indenização dos ativos ainda não amortizados, conforme previsto no contrato de concessão. Os saldos contábeis correspondentes a esses ativos estão reconhecidos no ativo financeiro, pelo método do valor justo por meio do resultado, e totalizam R\$816.202 em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

Central geradora	Data de vencimento das concessões	Capacidade instalada (MW)	Saldo líquido dos ativos com base no custo histórico	Saldo líquido dos ativos com base no custo atribuído
Lote D				
UHE Três Marias	jul/15	396	71.694	413.450
UHE Salto Grande	jul/15	102	10.835	39.379
UHE Itutinga	jul/15	52	3.671	6.589
UHE Camargos	jul/15	46	7.818	23.095
PCH Piau	jul/15	18,01	1.531	9.005
PCH Gafanhoto	jul/15	14	1.232	10.262
PCH Peti	jul/15	9,4	1.346	7.871
PCH Dona Rita	set/13	2,41	534	534
PCH Tronqueiras	jul/15	8,5	1.908	12.323
PCH Joasal	jul/15	8,4	1.379	7.622
PCH Martins	jul/15	7,7	2.132	4.041
PCH Cajuru	jul/15	7,2	3.576	4.252
PCH Paciência	jul/15	4,08	728	3.936
PCH Marmelos	jul/15	4	616	4.265
Outras				
UHE Volta Grande	fev/17	380	25.621	70.118
UHE Miranda	dez/16	408	26.710	22.546
UHE Jaguará	ago/13	424	40.452	174.203
UHE São Simão	jan/15	1.710	1.762	2.711
		3.601,70	203.545	816.202

Conforme previsto na Resolução Normativa Aneel nº 615/2014, os laudos de indenização das usinas, anteriormente operadas pela Companhia, que foram incluídas no Lote D e da Usina Volta Grande foram entregues à Aneel e a Companhia não espera perdas na realização desses ativos.

Em 30 de junho de 2020, os investimentos realizados após a entrada em operação das Usinas Jaguará, São Simão e Miranda, nos valores de R\$174.203, R\$2.711 e R\$22.546, respectivamente, encontram-se classificados na rubrica Ativos Financeiros da Concessão e a definição dos valores finais a serem indenizados está em processo de discussão junto à Aneel. A Administração da Companhia não espera perdas na realização desses valores.

No ano de 2019 foi aberta a audiência pública 003/2019 para obter subsídios para o aprimoramento da regulamentação de critérios e procedimentos de cálculo dos investimentos em bens reversíveis não amortizados ou não depreciados de concessões de geração prorrogadas ou não, nos termos da Lei nº 12.783/2013, tendo sido divulgada a Nota Técnica nº 096/2019, em 30 de setembro de 2019. Contudo a Resolução Normativa sobre o assunto ainda não foi votada pela diretoria da Aneel.

11.3 Geração - Bonificação pela outorga

A bonificação paga pela outorga por 30 anos dos contratos de concessão de nºs 08 ao 16/2016, referentes às 18 usinas hidrelétricas do Lote D do Leilão nº 12/2015, vencido pela Companhia, foi de R\$2.216.353, tendo sido reconhecida como um ativo financeiro, avaliado ao custo amortizado, em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago, atualizado pelo IPCA e somado aos juros remuneratórios (cujo total equivale à taxa interna de retorno do projeto) durante o período de vigência da concessão.

A movimentação destes ativos financeiros é como segue:

SPE	Usinas	Saldo em 31/12/2019	Atualização	Recebimento	Saldo em 30/06/2020
Cemig Geração Três Marias S.A.	Três Marias	1.402.425	78.463	(70.727)	1.410.161
Cemig Geração Salto Grande S.A.	Salto Grande	440.158	24.755	(22.305)	442.608
Cemig Geração Itutinga S.A.	Itutinga	164.799	10.604	(9.483)	165.920
Cemig Geração Camargos S.A.	Camargos	123.585	7.892	(7.059)	124.418
Cemig Geração Sul S.A.	Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau	161.490	11.123	(9.933)	162.680
Cemig Geração Leste S.A.	Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras	109.757	8.443	(7.542)	110.658
Cemig Geração Oeste S.A.	Cajurú, Gafanhoto e Martins	66.002	5.132	(4.585)	66.549
Total		2.468.216	146.412	(131.634)	2.482.994

SPE	Usinas	Saldo em 31/12/2018	Atualização	Recebimento	Saldo em 30/06/2019
Cemig Geração Três Marias S.A.	Três Marias	1.369.900	95.560	(68.423)	1.397.037
Cemig Geração Salto Grande S.A.	Salto Grande	429.910	30.116	(21.578)	438.448
Cemig Geração Itutinga S.A.	Itutinga	160.601	12.554	(9.174)	163.981
Cemig Geração Camargos S.A.	Camargos	120.452	9.357	(6.830)	122.979
Cemig Geração Sul S.A.	Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau	157.217	13.003	(9.609)	160.611
Cemig Geração Leste S.A.	Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras	106.697	9.685	(7.297)	109.085
Cemig Geração Oeste S.A.	Cajurú, Gafanhoto e Martins	64.153	5.876	(4.437)	65.592
Total		2.408.930	176.151	(127.348)	2.457.733

A energia das usinas está sendo comercializada, desde janeiro de 2017, na proporção de 70% no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e 30% no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

12. ATIVOS DE CONTRATO

Em conformidade ao IFRS 15 / CPC 47 – Receita de Contrato de Cliente, os ativos reconhecidos em contrapartida à receita de construção da infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigação de desempenho de construção, operação e manutenção, são classificados como ativos de contrato e apresentam os seguintes saldos em 30 de junho de 2020:

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Transmissão – Ativos reincorporados à base de remuneração de ativos	505.564	347.691	505.564	347.691
Transmissão – Ativos remunerados por tarifa	1.095.932	848.543	1.095.932	848.543
	1.601.496	1.196.234	1.601.496	1.196.234
Circulante	159.016	171.849	159.016	171.849
Não circulante	1.442.480	1.024.385	1.442.480	1.024.385

A movimentação dos ativos de contrato é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.129.310
Adições	82.989
Atualização financeira	19.256
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa contratual da concessão	7.834
Recebimentos	(63.075)
Baixa	(1.824)
Transferências para o imobilizado (nota 14)	(22)
Transferências para o ativo financeiro (nota 11)	(44.082)
Saldo em 30 de junho de 2019	1.130.386
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.196.234
Adições	74.044
Ajuste na expectativa do fluxo de caixa contratual da concessão – Revisão Periódica da RAP	419.657
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo de contrato da concessão	14.687
Recebimentos	(91.349)
Baixa	(602)
Ajustes perda por redução ao valor recuperável (1)	(11.175)
Saldo em 30 de junho de 2020	1.601.496

(1) A perda no valor recuperável dos ativos de contrato, registrada em outras despesas, se refere ao saldo dos custos dos ativos que não foram incorporados à base de remuneração e para os quais a Companhia não tem expectativa de recuperação, no montante de R\$11.175.

Revisão tarifária periódica da RAP

Em 30 de junho de 2020, a Aneel homologou o resultado da Revisão Tarifária Periódica – RTP por meio da Resolução Homologatória nº 2.712/2020, fixando o reposicionamento da Receita Anual Permitida – RAP, a ser aplicado sobre a receita vigente em 1º de julho de 2018. Para a RAP da Companhia foi fixado o reposicionamento tarifário líquido de 9,13%, composto de: (i) -10,25% decorrente da reavaliação dos ativos oriundos de reforços e melhorias (base incremental); (ii) 0,51% para os ativos reincorporados à base de remuneração e (iii) 37,89% referente à revisão do componente financeiro da RAP e alteração do custo médio de capital regulatório (WACC).

Os ativos registrados nesta rubrica são como segue:

Saldo remanescente da RBSE a ser recebido por meio da RAP

A parcela econômica da RAP, referente às instalações da RBSE (Rede Básica), consubstanciada na quota de reintegração regulatória incorporada à base de remuneração, nos termos da Portaria MME 120/2016 e Resolução Aneel 762/2017, é classificada como ativo de contrato, à medida que a satisfação da obrigação de performance vinculada à construção desses ativos ocorre durante a sua vida útil (disponibilidade da rede).

O direito à contraprestação vinculado a esses ativos depende da disponibilidade da rede, uma vez que foram reincorporados à base de remuneração mediante a renovação do contrato de concessão, nos termos da Lei 12.783/2013, e serão recebidos pelo prazo remanescente de sua vida útil, à medida da prestação dos serviços de operação e manutenção. Assim, o ativo é reconhecido de acordo com a IFRS 15/CPC 47, como ativo de contrato, representando o desempenho concluído antes do direito ao recebimento da contraprestação, que ocorrerá durante a utilização da infraestrutura construída, pelo período de sua vida útil, em conformidade à Resolução Aneel 762/2017, concomitantemente à prestação de serviços de operação e manutenção, necessários à disponibilidade da rede.

Como resultado, a parcela econômica da RAP foi recalculada de acordo com as regras regulatórias aplicáveis, ocasionando o ajuste positivo de R\$220.943 no resultado do período findo em 30 de junho de 2020 da Companhia.

Esses valores, originados da adesão aos termos da Lei 12.783/13 e dos ajustes decorrentes da RTP da RAP, alcançam o montante de R\$505.564 em 30 de junho de 2020 (R\$347.691 em 31 de dezembro de 2019) e estão sendo recuperados por meio da RAP.

Ativos remunerados por tarifa

Para os novos ativos de melhorias e reforços implantados pelas concessionárias de transmissão, a Aneel calcula parcela adicional de Receita Anual Permitida – RAP, conforme metodologia definida nos Procedimentos de Regulação Tarifária – Proret.

De acordo com o Proret, a receita estabelecida nas Resoluções é devida às transmissoras a partir da data da entrada em operação comercial do empreendimento. Nos períodos entre revisões, as receitas associadas às melhorias e aos reforços têm caráter provisório, sendo redefinidas no processo de revisão subsequente à entrada em operação comercial do empreendimento, com efeitos retroativos à data de entrada em operação. Em 30 de junho de 2020, o saldo a receber é de R\$1.095.932 (R\$848.543 em 31 de dezembro de 2019).

Os ativos de melhoria e reforços referentes ao período de janeiro de 2013 a janeiro de 2018 foram remensurados pelo Banco de Preço Referenciado Aneel, de acordo com os requisitos regulatórios em razão da Revisão Periódica da RAP, homologada pela Aneel em 30 de junho de 2020. O resultado obtido com a remensuração desta Base de Remuneração ocasionou o ajuste positivo de R\$198.714 no resultado da Companhia.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, concede o direito à contraprestação vinculada à performance de sua finalização, atrelada ao cumprimento das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente à passagem do tempo, sendo o reconhecimento e mensuração da receita e dos custos relacionados à formação deste ativo por meio dos gastos incorridos.

13. INVESTIMENTOS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Coligadas				
Madeira Energia (usina Santo Antônio)	141.675	166.617	141.675	166.617
FIP Melbourne (usina Santo Antônio)	364.679	384.809	364.679	384.809
Controladas em conjunto				
Hidrelétrica Cachoeirão	52.665	53.728	52.665	53.728
Guanhães Energia	130.723	131.076	130.723	131.076
Hidrelétrica Pipoca	32.771	30.730	32.771	30.730
Lightger	48.580	46.487	48.580	46.487
Baguari Energia	158.341	157.499	158.341	157.499
Aliança Norte (usina Belo Monte)	655.246	671.166	655.246	671.166
Amazônia Energia (usina Belo Monte)	1.003.569	1.027.860	1.003.569	1.027.860
Aliança Geração	1.244.066	1.191.550	1.244.066	1.191.550
Retiro Baixo	188.352	180.043	188.352	180.043
Controladas				
Cemig Baguari	-	-	17	19
Cemig Geração Três Marias S.A.	-	-	1.484.512	1.407.996
Cemig Geração Salto Grande S.A.	-	-	472.415	446.318
Cemig Geração Itutinga S.A.	-	-	186.968	183.617
Cemig Geração Camargos S.A.	-	-	148.760	136.140
Cemig Geração Sul S.A.	-	-	182.623	179.275
Cemig Geração Leste S.A.	-	-	134.918	126.802
Cemig Geração Oeste S.A.	-	-	80.903	72.648
Rosal Energia S.A.	-	-	130.463	127.994
Sá Carvalho S.A.	-	-	126.535	123.929
Horizontes Energia S.A.	-	-	63.750	57.397
Cemig PCH S.A.	-	-	103.095	97.731
Cemig Geração Poço Fundo S.A.	-	-	3.869	3.638
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.	-	-	56.091	28.263
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada S.A.	-	-	3.326	3.359
Cemig Trading S.A.	-	-	45.370	31.027
Central Eólica Praias de Parajuru S.A.	-	-	144.322	149.260
Central Eólica Volta do Rio S.A.	-	-	88.686	124.507
Total do Investimento	4.020.667	4.041.565	7.477.290	7.341.485
Usina Hidrelétrica Itaocara – Passivo a descoberto	(22.153)	(21.810)	(22.153)	(21.810)
Total	3.998.514	4.019.755	7.455.137	7.319.675

Em 31 de dezembro de 2019, a controlada em conjunto Usina Hidrelétrica Itaocara S.A. apresentou patrimônio líquido negativo. Consequentemente, após reduzir a zero o saldo contábil de sua participação, a Companhia reconheceu uma perda na extensão de suas obrigações contratuais assumidas junto à investida e os outros acionistas, que em 30 de junho de 2020 alcançou o montante de R\$22.153 (R\$21.810 em 31 de dezembro de 2019).

Para o período findo em 30 de junho de 2020, a Administração da Companhia considerou que o choque econômico causado pela pandemia do Covid-19 (Nota 1.c) poderia trazer indicativos de possível desvalorização de ativos, em conformidade ao previsto no IAS 36/ CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Entretanto, considerando que a pandemia trouxe efeitos conjunturais, e a expectativa de longo prazo de realização dos ativos não sofreu nenhuma alteração, a Administração da Companhia e de suas controladas concluiu que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, até o momento, não houve necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável na Companhia e suas controladas em razão do atual cenário econômico.

Adicionalmente, em relação ao acima destacado, a Administração da Companhia analisou o risco de continuidade operacional de seus investimentos relevantes, tendo levado em consideração, substancialmente, a garantia de receitas das transmissoras, a proteção contra redução por força maior dos contratos regulados da geração, bem como as ações legais que vem sendo tomadas pelo Governo Federal e Aneel, concluindo assim pela segurança de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas.

a) Direito de exploração da atividade regulada

No processo de alocação do preço de aquisição das controladas em conjunto e coligadas, foi identificado, basicamente, o ativo intangível referente ao direito de exploração da atividade regulada. Esse ativo está apresentado em conjunto com o custo histórico dos investimentos na tabela acima. A amortização destes ativos ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões de forma linear.

Os direitos de autorização de geração de energia eólica concedidos às controladas Parajuru e Volta do Rio, nos montantes de R\$56.965 (R\$60.072 em 31 de dezembro de 2019) e R\$55.050 (R\$66.606 em 31 de dezembro de 2019), respectivamente, são considerados no balanço individual da controladora como investimentos e são classificados no balanço consolidado da Companhia na rubrica intangíveis, conforme interpretação técnica ICPC 09. Esses ativos de concessão são amortizados pelo método linear, durante o prazo da concessão. Para mais informações, ver nota explicativa nº 15.

A movimentação desses ativos está demonstrada a seguir:

Consolidado	31/12/2018	Amortização	30/06/2019	31/12/2019	Amortização	30/06/2020
Retiro Baixo	31.966	(695)	31.271	30.576	(694)	29.882
Madeira Energia (Usina Santo Antônio)	18.000	(368)	17.632	17.263	(368)	16.895
Aliança Geração	377.534	(12.655)	364.879	352.225	(12.655)	339.570
Aliança Norte (Usina Belo Monte)	52.575	(986)	51.589	50.603	(986)	49.617
	480.075	(14.704)	465.371	450.667	(14.703)	435.964

Controladora	31/12/2018	Amortização	30/06/2019	31/12/2019	Amortização	Impairment	30/06/2020
Retiro Baixo	31.966	(695)	31.271	30.576	(694)	-	29.882
Central Eólica Praias de Parajuru	66.286	(3.107)	63.179	60.072	(3.107)	-	56.965
Central Eólica Volta do Rio (1)	95.819	(4.107)	91.712	66.606	(3.097)	(8.459)	55.050
Madeira Energia (Usina Santo Antônio)	18.000	(368)	17.632	17.263	(368)	-	16.895
Aliança Geração	377.534	(12.655)	364.879	352.225	(12.655)	-	339.570
Aliança Norte (Usina Belo Monte)	52.575	(986)	51.589	50.603	(986)	-	49.617
	642.180	(21.918)	620.262	577.345	(20.907)	(8.459)	547.979

(1) Em virtude de análise dos indicativos e realização do teste de impairment, a Companhia reconheceu provisão para perda no valor recuperável dos direitos de autorização de geração de energia eólica de Volta do Rio, em 30 de junho de 2020. Mais informações na nota explicativa nº 15.

b) Movimentação dos investimentos em empresas coligadas, controladas e controladas em conjunto:

Consolidado	Saldo em 31/12/2019	Equivalência patrimonial	Aportes	Dividendos	Outros	Saldo em 30/06/2020
Hidrelétrica Cachoeirão	53.728	3.750	-	(4.813)	-	52.665
Guanhães Energia	131.076	(353)	-	-	-	130.723
Hidrelétrica Pipoca	30.730	3.864	-	(1.823)	-	32.771
Madeira Energia (usina Santo Antônio)	166.617	(25.026)	-	-	84	141.675
FIP Melbourne (usina Santo Antônio)	384.809	(20.130)	-	-	-	364.679
Baguari Energia	157.499	11.482	-	(10.640)	-	158.341
Lightger	46.487	3.822	-	(1.729)	-	48.580
Amazônia Energia (usina Belo Monte)	1.027.860	(24.366)	75	-	-	1.003.569
Aliança Norte (usina Belo Monte)	671.166	(15.920)	-	-	-	655.246
Aliança Geração	1.191.550	52.516	-	-	-	1.244.066
Retiro Baixo	180.043	8.309	-	-	-	188.352
Total do Investimento	4.041.565	(2.052)	75	(19.005)	84	4.020.667
Usina Hidrelétrica Itaocara – Passivo a descoberto	(21.810)	(343)	-	-	-	(22.153)
Total	4.019.755	(2.395)	75	(19.005)	84	3.998.514

Consolidado	Saldo em 31/12/2018	Equivalência patrimonial	Aportes	Dividendos	Saldo em 30/06/2019
Hidrelétrica Cachoeirão	49.213	5.310	-	(3.421)	51.102
Guanhães Energia	111.838	(343)	19.766	-	131.261
Hidrelétrica Pipoca	30.629	818	-	(2.220)	29.227
Madeira Energia (usina de Santo Antônio)	270.090	(38.820)	-	-	231.270
FIP Melbourne (usina de Santo Antônio)	470.022	(32.062)	-	-	437.960
Baguari Energia	162.224	9.953	-	(13.563)	158.614
Lightger	42.191	6.030	-	(2.991)	45.230
Amazônia Energia (usina de Belo Monte)	1.012.636	(3.798)	75	-	1.008.913
Aliança Norte (usina de Belo Monte)	663.755	(3.587)	953	-	661.121
Aliança Geração	1.216.860	60.904	-	-	1.277.764
Retiro Baixo	170.720	4.666	-	-	175.386
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	5.130	(318)	-	-	4.812
Total do investimento	4.205.308	8.753	20.794	(22.195)	4.212.660

Controladora	Saldo em 31/12/2019	Equivalência patrimonial	Aportes	Dividendos	Outros	Saldo em 30/06/2020
Hidrelétrica Cachoeirão	53.728	3.750	-	(4.813)	-	52.665
Guanhães Energia	131.076	(353)	-	-	-	130.723
Hidrelétrica Pipoca	30.730	3.864	-	(1.823)	-	32.771
Madeira Energia (usina de Santo Antônio)	166.617	(25.026)	-	-	84	141.675
FIP Melbourne (usina Santo Antônio)	384.809	(20.130)	-	-	-	364.679
Baguari Energia	157.499	11.482	-	(10.640)	-	158.341
Central Eólica Praias Parajuru	149.260	(4.938)	-	-	-	144.322
Central Eólica Volta do Rio (1)	124.507	(27.362)	-	-	(8.459)	88.686
Lightger	46.487	3.822	-	(1.729)	-	48.580
Amazônia Energia (usina Belo Monte)	1.027.860	(24.366)	75	-	-	1.003.569
Aliança Norte (usina Belo Monte)	671.166	(15.920)	-	-	-	655.246
Aliança Geração	1.191.550	52.516	-	-	-	1.244.066
Retiro Baixo	180.043	8.309	-	-	-	188.352
Cemig Baguari	19	(2)	-	-	-	17
Cemig Ger.Três Marias S.A.	1.407.996	79.139	-	(2.623)	-	1.484.512
Cemig Ger.Salto Grande S.A.	446.318	26.097	-	-	-	472.415
Cemig Ger. Itutinga S.A.	183.617	11.174	-	(7.823)	-	186.968
Cemig Geração Camargos S.A.	136.140	14.699	-	(2.079)	-	148.760
Cemig Geração Sul S.A.	179.275	10.595	-	(7.247)	-	182.623
Cemig Geração Leste S.A.	126.802	15.044	-	(6.928)	-	134.918
Cemig Geração Oeste S.A.	72.648	9.158	-	(903)	-	80.903
Rosal Energia S.A.	127.994	14.504	-	(12.035)	-	130.463
Sá Carvalho S.A.	123.929	20.030	-	(17.424)	-	126.535
Horizontes Energia S.A.	57.397	8.206	-	(1.853)	-	63.750
Cemig PCH S.A.	97.731	11.561	-	(6.197)	-	103.095
Cemig Geração Poço Fundo S.A.	3.638	231	-	-	-	3.869
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.	28.263	27.966	-	(138)	-	56.091
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada S.A.	3.359	758	-	(791)	-	3.326
Cemig Trading S.A.	31.027	14.598	-	(255)	-	45.370
Total do Investimento	7.341.485	229.406	75	(85.301)	(8.375)	7.477.290
Itaocara – Passivo a descoberto	(21.810)	(343)	-	-	-	(22.153)
Total	7.319.675	229.063	75	(85.301)	(8.375)	7.455.137

(1) Em virtude de análise dos indicativos e realização do teste de impairment, a Companhia reconheceu provisão para perda no valor recuperável dos direitos de autorização de geração de energia eólica de Volta do Rio, em 30 de junho de 2020. Mais informações na nota explicativa nº 15.

Controladora	Saldo em 31/12/2018	Equivalência Patrimonial	Aportes	Dividendos	Outros (1)	Saldo em 30/06/2019
Hidrelétrica Cachoeirão	49.213	5.310	-	(3.421)	-	51.102
Guanhães Energia	111.838	(343)	19.766	-	-	131.261
Hidrelétrica Pipoca	30.629	818	-	(2.220)	-	29.227
Madeira Energia (usina de Santo Antônio)	270.090	(38.820)	-	-	-	231.270
FIP Melbourne (usina Santo Antônio)	470.022	(32.062)	-	-	-	437.960
Baguari Energia	162.224	9.953	-	(13.563)	-	158.614
Central Eólica Praias Parajuru	145.880	(1.251)	-	(12)	-	144.617
Central Eólica Volta do Rio	180.976	(7.900)	-	-	-	173.076
Lightger	42.191	6.030	-	(2.991)	-	45.230
Amazônia Energia (usina Belo Monte)	1.012.636	(3.798)	75	-	-	1.008.913
Aliança Norte (usina Belo Monte)	663.755	(3.587)	953	-	-	661.121
Aliança Geração	1.216.860	60.904	-	-	-	1.277.764
Retiro Baixo	170.720	4.666	-	-	-	175.386
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	5.130	(318)	-	-	-	4.812
Cemig Baguari	36	(14)	-	-	-	22
Cemig Ger.Três Marias S.A.	1.395.614	94.725	-	(79.434)	-	1.410.905
Cemig Ger.Salto Grande S.A.	440.083	34.510	-	(26.358)	-	448.235
Cemig Ger. Itutinga S.A.	178.545	24.797	-	(22.450)	-	180.892
Cemig Geração Camargos S.A.	131.570	16.984	-	(14.157)	-	134.397
Cemig Geração Sul S.A.	176.424	24.655	-	(23.460)	-	177.619
Cemig Geração Leste S.A.	120.686	16.345	-	(16.205)	-	120.826
Cemig Geração Oeste S.A.	69.898	9.624	-	(7.039)	-	72.483
Rosal Energia S.A.	124.897	12.660	-	(9.447)	-	128.110
Sá Carvalho S.A.	94.447	38.721	-	-	-	133.168
Horizontes Energia S.A.	54.953	7.698	-	-	-	62.651
Cemig PCH S.A.	92.987	1.800	-	-	-	94.787
Cemig Geração Poço Fundo S.A.	18.406	1.295	-	(728)	(15.500)	3.473
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.	26.755	27.404	-	-	-	54.159
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada S.A.	2.841	597	-	(532)	-	2.906
Cemig Trading S.A.	28.135	29.317	-	(176)	-	57.276
Total do Investimento	7.488.441	340.720	20.794	(222.193)	(15.500)	7.612.262

(1) A movimentação apresentada na coluna "Outros" refere-se à redução do capital social da investida, aprovada em Assembleia Geral Extraordinária – AGE realizada em 11 de fevereiro de 2019, com efeitos a partir de 20 de abril de 2019, conforme estabelecido pela Lei 6.404/1976.

c) As principais informações sobre as coligadas, controladas e controladas em conjunto estão apresentadas abaixo, sendo que não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia:

Sociedades	Quantidade de ações	Em 30 de junho de 2020			Em 31 de dezembro de 2019		
		Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido	Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido
Coligadas							
Madeira Energia (Usina Santo Antônio)	12.034.025.147	15,51	10.619.786	3.156.678	15,51	10.619.786	3.704.760
Controladas em conjunto							
Hidrelétrica Cachoeirão	35.000.000	49,00	35.000	107.480	49,00	35.000	109.649
Guanhães Energia	548.626.000	49,00	548.626	266.782	49,00	548.626	267.503
Hidrelétrica Pipoca	41.360.000	49,00	41.360	66.880	49,00	41.360	62.715
Baguari Energia (1)	26.157.300.278	69,39	186.573	228.197	69,39	186.573	226.984
Lightger	79.078.937	49,00	79.232	99.143	49,00	79.232	94.871
Aliança Norte (Usina Belo Monte)	41.893.675.837	49,00	1.208.071	1.235.977	49,00	1.208.071	1.266.453
Amazônia Energia (Usina Belo Monte) (1)	1.322.597.723	74,50	1.322.698	1.347.072	74,50	1.322.598	1.379.678
Aliança Geração	1.291.582	45,00	1.291.488	2.002.729	45,00	1.291.488	1.857.905
Retiro Baixo	225.350.000	49,90	225.350	317.576	49,90	225.350	299.532
Renova (1) (2)	41.719.724	36,23	N/D	N/D	36,23	2.919.019	(1.090.547)
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	69.282.514	49,00	69.283	(45.211)	49,00	69.283	(44.510)
Controladas							
Cemig Baguari	306.000	100,00	306	17	100,00	306	19
Cemig Ger.Três Marias S.A.	1.291.423.369	100,00	1.291.423	1.484.512	100,00	1.291.423	1.407.996
Cemig Ger.Salto Grande S.A.	405.267.607	100,00	405.268	472.415	100,00	405.268	446.318
Cemig Ger. Itutinga S.A.	151.309.332	100,00	151.309	186.968	100,00	151.309	183.617
Cemig Geração Camargos S.A.	113.499.102	100,00	113.499	148.760	100,00	113.499	136.140
Cemig Geração Sul S.A.	148.146.505	100,00	148.147	182.623	100,00	148.147	179.275
Cemig Geração Leste S.A.	100.568.929	100,00	100.569	134.918	100,00	100.569	126.802
Cemig Geração Oeste S.A.	60.595.484	100,00	60.595	80.902	100,00	60.595	72.648
Rosal Energia S.A.	46.944.467	100,00	46.944	130.463	100,00	46.944	127.994
Sá Carvalho S.A.	361.200.000	100,00	36.833	126.535	100,00	36.833	123.929
Horizontes Energia S.A.	39.257.563	100,00	39.258	63.750	100,00	39.258	57.397
Cemig PCH S.A.	45.952.000	100,00	45.952	103.095	100,00	45.952	97.731
Cemig Geração Poço Fundo S.A.	1.402.000	100,00	1.402	3.869	100,00	1.402	3.638
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.	486.000	100,00	486	56.091	100,00	486	28.263
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada S.A.	1.000.000	100,00	1.000	3.326	100,00	1.000	3.359
Cemig Trading S.A.	1.000.000	100,00	1.000	45.370	100,00	1.000	31.027
Central Eólica Praias de Parajuru S.A.	70.560.000	100,00	70.560	87.357	100,00	71.835	89.188
Central Eólica Volta do Rio S.A.	117.230.000	100,00	117.230	33.637	100,00	138.867	57.901

(1) Controle compartilhado por acordo de acionistas;

(2) Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia reduziu a zero o saldo do investimento nessa investida em virtude da apresentação, naquela data, de patrimônio líquido negativo. Adicionalmente, até a data de emissão dessas informações contábeis intermediárias, a investida não havia concluído suas informações contábeis intermediárias referentes ao período findo em 30 de junho de 2020, motivo pelo qual suas informações contábeis não estão sendo divulgadas.

Madeira Energia S.A. (“MESA”) e FIP Melbourne

A MESA é a holding da empresa Santo Antônio Energia S.A. (“SAESA”), que tem por objetivo a operação e manutenção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio Energia e seu sistema de transmissão, em trecho do Rio Madeira, assim como a condução de todas as atividades necessárias à operação da referida hidrelétrica e de seu sistema de transmissão associado. A MESA tem entre seus acionistas Furnas, Odebrecht Energia, SAAG e a Companhia.

No período findo em 30 de junho de 2020, a MESA apresentou prejuízo de R\$548.082 (R\$454.708 em 30 de junho de 2019) e excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante de R\$187.926 (R\$427.060 em 31 de dezembro de 2019). Deve-se observar que as hidrelétricas constituídas sob o formato de *Project Finance* estruturalmente apresentam capital circulante líquido negativo nos primeiros anos de operação, pois são constituídas com elevados índices de alavancagem financeira. Em contrapartida, contam com contratos firmes de vendas de energia de longo prazo como suporte e garantia de pagamento de suas dívidas. Para equalização da situação do capital circulante negativo, a MESA, além de alcançar a regularidade de sua geração operacional de caixa por meio dos contratos de venda de longo prazo, conta com os impactos positivos do reperfilamento de suas dívidas, que ajustou o fluxo de pagamento à sua real capacidade de geração de caixa, de modo que não fique dependente de aportes adicionais dos acionistas.

Procedimento de arbitragem

Em 2014, a Companhia e a SAAG Investimentos S.A. (SAAG), empresa veículo por meio da qual a Companhia possui participação indireta na MESA, iniciaram procedimento arbitral sigiloso na Câmara de Arbitragem do Mercado questionando: (a) aumento de capital aprovado na MESA parcialmente destinado ao pagamento de pleitos do Consórcio Construtor Santo Antônio (“CCSA”), no valor de aproximadamente R\$678 milhões, com fundamento na falta de apuração dos valores supostamente devidos e de aprovação prévia pelo Conselho de Administração, como exigem o Estatuto e o Acordo de Acionistas da MESA, bem como na existência de créditos desta contra o CCSA, passíveis de compensação, em montante superior aos pleitos, e (b) contra o ajuste para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*), no valor de R\$678.551, referente a determinados créditos da MESA contra o CCSA, com fundamento em que tais créditos, por força de disposição contratual expressa, são devidos em sua totalidade.

A sentença da Câmara de Arbitragem do Mercado reconheceu integralmente o direito da Companhia e da SAAG e determinou a anulação dos atos impugnados. Como reflexo dessa decisão, a MESA reverteu o *impairment* e registrou um ajuste para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD), no valor de R\$678.551, nas suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017. Em 30 de junho de 2020, a investida confirma sua expectativa com relação a recuperação destes ativos, mantendo a Perda Estimada para Crédito de Liquidação Duvidosa - PECLD no valor de R\$678.551.

Para dirimir a questão da responsabilidade do CCSA pelo ressarcimento dos custos de recomposição de lastro e a utilização do limitador contratual, a coligada requereu, perante a International Chamber of Commerce (“ICC”), a instauração de processo arbitral em face do CCSA, que se encontra em andamento. Este processo é revestido de confidencialidade, nos termos do Regulamento Arbitral da ICC.

Adicionalmente, a SAAG e a Companhia instauraram Procedimento Arbitral, na qualidade de acionistas da Madeira, visando desconstituir o aumento de capital aprovado em assembleia geral extraordinária ocorrida em 28 de agosto de 2018. Este processo é revestido de confidencialidade, nos termos do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado.

Renova Energia S.A. – Em recuperação judicial (“Renova”)

A controlada em conjunto Renova, atualmente em processo de recuperação judicial, vem incorrendo em prejuízos recorrentes e apresentando capital circulante líquido negativo, patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) e margem bruta negativa ao longo do período findo em 30 de junho de 2020.

Em decorrência da apresentação de patrimônio líquido negativo da investida, a Companhia reduziu a zero o saldo contábil de seu investimento na Renova, em 31 de dezembro de 2018, e não foram reconhecidas perdas adicionais, considerando a inexistência de obrigações legais ou construtivas perante esta investida.

Adicionalmente, a Companhia provisionou, em 30 de junho de 2019, uma perda estimada na realização dos créditos decorrentes de contratos de compra e venda de energia e termos de reconhecimento de dívida que possuía junto a esta controlada em conjunto pelo valor integral do saldo a receber, no montante de R\$688 milhões.

Pedido de recuperação judicial ajuizado pela Renova

Em 16 de outubro de 2019, foi deferido pelo Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca do Estado de São Paulo o pedido de recuperação judicial ajuizado pela Renova e pelas demais empresas do grupo (“Grupo Renova”), determinando, entre outras medidas: (i) nomeação de uma empresa independente para atuar como administradora judicial; (ii) suspensão das ações e execuções contra as empresas do Grupo Renova pelo prazo de 180 dias, nos termos do artigo 6º da Lei 11.101/2005; (iii) apresentação de contas até o dia 30 de cada mês enquanto perdurar o processo de recuperação judicial, sob pena de afastamento dos controladores e substituição dos administradores das empresas do Grupo Renova, nos termos do artigo 52, IV da Lei 11.101/2005; (iv) dispensa de apresentação das certidões negativas para que as empresas do Grupo Renova exerçam suas atividades; e (v) determinação de expedição de edital, nos termos do § 1º do artigo 52 da Lei 11.101/2005, com prazo de 15 dias para apresentação de habilitações e/ou divergências de créditos no âmbito da recuperação judicial.

Em 17 de dezembro de 2019, a Renova protocolou o seu primeiro Plano de Recuperação Judicial e em 07 de julho de 2020, buscando uma estrutura de recuperação judicial que melhor atenda aos interesses dos credores e das recuperandas, a Renova protocolou dois novos Planos de Recuperação Judicial, sendo o primeiro referente exclusivamente às Sociedades do Projeto Alto Sertão III - Fase A, vinculadas ao financiamento originalmente obtido junto ao BNDES, e o segundo, contemplando a investida e as demais Sociedades em recuperação judicial do Grupo Renova, ambos em trâmite perante 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca do Estado de São Paulo. O plano de recuperação judicial encontra-se em fase de discussão podendo ainda sofrer aperfeiçoamentos e mudanças até a realização da Assembleia Geral de Credores prevista para ocorrer em setembro de 2020. Até a presente data, não foram mensurados os possíveis efeitos do plano de recuperação judicial da controlada em conjunto sobre os seus saldos contábeis.

No contexto da recuperação judicial, a Renova celebrou com a Cemig (controladora da Cemig GT) empréstimo do tipo “*debtor-in-possession*” (“DIP”), no montante total de R\$36.500, cujos recursos, na modalidade de mútuo pós concursal, foram autorizados pelo juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca do Estado de São Paulo, e são garantidos por alienação fiduciária de ações de uma empresa constituída por um projeto eólico de propriedade da Renova, além de possuírem prioridade no recebimento no decorrer do processo de recuperação judicial. Adicionalmente, em 25 de outubro de 2019, a Cemig GT concedeu à Renova um adiantamento para futuro aumento de capital no valor de R\$5.000.

Em 02 de maio de 2020, o juiz da Recuperação Judicial determinou a requalificação como capital próprio dos montantes repassados à Renova pela Cemig a título de empréstimos do tipo DIP, no montante total de R\$36.500, com garantia real constituída e registrada. A Cemig apresentou Embargos de Declaração, os quais foram rejeitados pelo juiz. Está em andamento o recurso de agravo contra a decisão do juiz de primeira instância, que está suspensa por decisão do Tribunal ao receber o referido agravo. A probabilidade de perda foi classificada como possível pelos assessores jurídicos da Cemig. Em razão das incertezas acerca da situação financeira da investida, a Cemig reconheceu, no segundo trimestre de 2020, perda no valor recuperável pelo montante total atualizado de seus créditos junto à Renova, de R\$37.361.

Em 20 de março de 2020, o Conselho de Administração da Renova aprovou o aceite da oferta vinculante realizada pela ARC Capital Ltda. (“ARC”), em conjunto com a G5 Administradora de Recursos Ltda. (“G5”), e da XP Vista Asset Management Ltda. (“XP”) de financiamento para a conclusão das obras do Complexo Eólico Alto Sertão III - Fase A, bem como para as despesas operacionais correntes da Companhia (“Oferta Vinculante”), cujas condições finais para celebração ainda se encontram em negociação pelas partes.

A Companhia, suportada pela opinião de seus consultores legais, considerando a inexistência de obrigações legais ou construtivas perante a controlada em conjunto Renova, concluiu que a recuperação judicial ajuizada por esta investida não produzirá nenhum impacto adicional em suas informações contábeis intermediárias.

Amazônia Energia S.A. e Aliança Norte Energia S.A.

A Amazônia Energia e a Aliança Norte são acionistas da Norte Energia S.A. (“NESA”), sociedade titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará. Essa participação indireta da Companhia na NESA, por meio das controladas em conjunto mencionadas acima, é de 11,69%.

Em 30 de junho de 2020, a NESA apresenta capital circulante líquido negativo de R\$1.763.409 e ainda despenderá quantias em projetos previstos pelo seu contrato de concessão, mesmo após a conclusão da construção e plena operação da UHE Belo Monte. De acordo com estimativas e projeções, a situação do capital circulante líquido negativo, assim como as demandas para futuros investimentos na UHE, serão suportadas pelas receitas de operações futuras e/ou captação de financiamentos bancários.

Em 21 de setembro de 2015, a NESA obteve decisão liminar determinando à Aneel “até a análise do pleito liminar formulado no processo de origem, que se abstenha de aplicar à agravante quaisquer penalidades ou sanções em decorrência da não entrada em operação da UHE Belo Monte na data estabelecida no cronograma original do projeto, incluindo aquelas previstas em Resolução Normativa da Aneel nº 595/2013 e no Contrato de Concessão 01/2010-MME da UHE Belo Monte”. A probabilidade de perda foi classificada como possível pelos assessores jurídicos da NESA, e o valor da perda estimada em Belo Monte até 30 de junho de 2020 é de aproximadamente R\$2.047.000 (R\$1.962.000 em 31 de dezembro de 2019).

Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

Investidas controladas em conjunto:

Norte Energia S.A. (“NESA”) – investimento através da Amazônia Energia e Aliança Norte

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas da NESA e determinados executivos desses outros acionistas. No contexto acima, o Ministério Público Federal iniciou investigações sobre irregularidades envolvendo empreiteiros e fornecedores da NESA e de seus outros acionistas, as quais ainda estão em curso. No momento, não há como determinar os resultados das referidas investigações, e seus respectivos desdobramentos, que podem, eventualmente, trazer consequências futuras à investida, além das baixas do ativo da infraestrutura no montante R\$183.000 registrada pela NESA em 2015, levando em consideração os resultados da investigação interna independente conduzida por ela e seus outros acionistas, cujos ajustes foram refletidos na Companhia por meio do resultado de equivalência patrimonial naquele mesmo ano.

Em 9 de março de 2018, foi deflagrada a “Operação Buona Fortuna”, em razão da 49ª fase da Operação Lava Jato. Segundo notícias veiculadas, a operação investiga pagamento de propina do Consórcio construtor de Belo Monte formado pelas empresas Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Odebrecht, OAS e J. Malucelli. A Administração da NESA entende que, até o momento, não há fatos novos que tenham sido divulgados pela 49ª fase da operação Lava Jato que requeiram procedimentos de investigação interna adicionais aos que já foram efetuados.

A administração da Companhia com base no conhecimento que possui dos fatos acima descritos e nos procedimentos independentes executados, entende que as conclusões apresentadas no relatório da investigação independente estão adequadas e, portanto, nenhum ajuste foi efetuado em suas informações contábeis intermediárias, e quaisquer alterações futuras no cenário existente terão seus impactos refletidos, apropriadamente, nas demonstrações financeiras da Companhia.

Madeira Energia S.A. (“MESA”)

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal (MPF) que envolvem outros acionistas indiretos da MESA e determinados executivos desses outros acionistas indiretos. No contexto acima, o MPF iniciou investigações sobre irregularidades envolvendo empreiteiros e fornecedores da MESA e de seus outros acionistas, as quais ainda estão em curso. Como resposta a alegações de possíveis atividades ilegais, a investida e seus outros acionistas iniciaram investigação interna independente.

A investigação interna independente, concluída em fevereiro de 2019, salvo novos desdobramentos futuros de eventuais acordos de leniência a serem celebrados por terceiros e/ou de termos de colaboração firmados por terceiros com as autoridades brasileiras, não encontrou evidências objetivas que permitam afirmar suposta existência de pagamentos indevidos por parte da MESA que devam ser considerados para eventual baixa contábil, repasse ou majoração de custos para fazer frente às vantagens indevidas e vinculação da MESA aos atos de seus fornecedores, nos termos das delações e colaborações tornadas públicas.

A administração da Companhia com base no conhecimento que possui dos fatos acima descritos e nos procedimentos independentes executados, entende que as conclusões apresentadas no relatório da investigação independente estão adequadas e, portanto, nenhum ajuste foi efetuado em suas informações contábeis intermediárias, e quaisquer alterações futuras no cenário existente terão seus impactos refletidos, apropriadamente, em suas demonstrações financeiras.

Renova Energia S.A. (“Renova”)

Desde 2017, a Renova é parte de uma investigação conduzida pela Polícia Civil do Estado de Minas Gerais e outras autoridades públicas relacionada a determinados aportes efetuados pelos acionistas controladores, incluindo a Companhia, e aportes efetuados em anos anteriores pela Renova em determinados projetos em desenvolvimento.

Em 11 de abril de 2019, no âmbito da 4ª fase da operação “Descarte”, a Polícia Federal, a Receita Federal e o Ministério Público Federal promoveram a operação “E o Vento Levou”, que resultou em mandado de busca e apreensão na sede da investida Renova em São Paulo, para apurar eventuais contratos superfaturados e sem a devida prestação de serviços mantidos por esta investida em períodos anteriores a 2015. Em 25 de julho de 2019, foi iniciada a segunda fase da operação.

Os inquéritos policiais da Operação “E o Vento Levou” e da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais ainda não foram concluídos. Dessa forma, novas informações relevantes podem ser reveladas no futuro. Caso venha a ser ajuizada ação criminal em face de agentes que lesaram a investida, a Renova tem a intenção de auxiliar a acusação em eventuais processos criminais e, posteriormente, requerer a reparação civil pelos danos sofridos.

Em razão dessas investigações, concomitantemente, os órgãos de governança da Renova instauraram uma investigação interna, conduzida por empresa independente com o suporte de escritório de advocacia externo, cujo escopo compreendeu a avaliação de eventual existência de irregularidades, incluindo descumprimentos à legislação brasileira relacionada a atos de corrupção e lavagem de dinheiro, ao Código de Ética e às políticas de integridade da Renova. Adicionalmente, foi constituído na Renova um comitê de monitoramento que, em conjunto com o Comitê de Auditoria, acompanharam essa investigação. A investigação interna foi concluída em 20 de fevereiro de 2020 e não foram identificadas provas concretas de atos de corrupção ou de desvios para campanhas políticas.

Todavia, os investigadores independentes identificaram irregularidades na condução dos negócios e efetivação de contratos pela Renova, incluindo (i) pagamentos sem evidência de contraprestação de serviços no montante global aproximado de R\$40 milhões, (ii) pagamentos em desconformidade com as políticas internas da empresa e boas práticas de governança no montante global aproximado de R\$137 milhões e (iii) falhas nos controles internos da investida.

Como resultado da análise acima mencionada, a Renova concluiu que parte desses valores (R\$35 milhões) correspondem a gastos que resultaram em ativos efetivos da investida e, assim, não seria necessário o reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável. O valor restante, de R\$142 milhões, já havia sido lançado contra o resultado em períodos anteriores, não produzindo efeitos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e nas informações contábeis intermediárias de 30 de junho de 2020.

Em resposta às irregularidades encontradas, e com base nas recomendações do Comitê de monitoramento e de assessores jurídicos, o Conselho de Administração da Renova deliberou tomar todos os atos necessários para preservar os direitos da investida, dar continuidade às medidas visando à obtenção do ressarcimento dos prejuízos causados e reforçar os seus controles internos.

Uma vez que o saldo do investimento mantido na Renova em 30 de junho de 2020 é zero e que não foram assumidas pela Companhia e suas controladas obrigações contratuais ou construtivas perante a controlada em conjunto, não são esperados que efeitos resultantes do processo de recuperação judicial, das investigações e das atividades operacionais dessa investida possam impactar significativamente as informações contábeis intermediárias da Companhia, mesmo que eventualmente ainda não tenham sido registrados pela controlada em conjunto.

Outras investigações

Em adição ao mencionado acima, existem investigações sendo conduzidas pela Promotoria Pública do Estado de Minas Gerais e pela Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, com o objetivo de identificar possíveis irregularidades nos investimentos da Companhia na Guanhães e na MESA. Adicionalmente, em 11 de abril de 2019, agentes da Polícia Federal estiveram na sede da Companhia para cumprir um mandato de busca e apreensão expedido pela Justiça Federal de São Paulo, em conexão com a operação intitulada “E o Vento Levou”, conforme descrito anteriormente.

Esses procedimentos estão sendo realizados por meio da análise de documentos solicitados pelas autoridades públicas e por oitivas de testemunhas.

Procedimentos internos relativos a riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Considerando as investigações por parte das autoridades públicas que estão sendo realizadas na Companhia, na sua controladora Cemig e em determinadas investidas, conforme descrito acima, os órgãos de governança da Cemig autorizaram a contratação de empresa especializada para analisar os procedimentos internos relacionados a esses investimentos. Essa investigação independente foi supervisionada por Comissão Especial de Investigação cuja criação foi aprovada pelos órgãos de governança da Companhia.

No segundo semestre de 2019, a Cemig (controladora da Companhia) assinou acordo de cooperação com a Securities and Exchange Commission (SEC) e U.S. Department of Justice (DoJ). A Cemig tem atendido às solicitações e pretende continuar contribuindo com a SEC e o DoJ.

A investigação interna e independente foi concluída e o seu relatório final foi entregue em 08 de maio de 2020, sendo que não foram identificadas evidências objetivas de atos ilegais nos investimentos realizados pela Companhia submetidos à investigação. Portanto, não houve impacto como resultado dessas investigações nas informações contábeis intermediárias da Companhia em 30 de junho de 2020, tampouco em suas demonstrações financeiras de exercícios anteriores.

Em razão da finalização das investigações para as quais a Comissão Especial de Investigação (CEI) foi constituída, com a entrega do relatório final pela empresa especializada, os órgãos de governança da Companhia decidiram extinguir a referida Comissão. Na hipótese de haver eventuais necessidades futuras, em razão de desdobramentos da matéria, a Comissão poderá ser recomposta.

A Companhia avaliará qualquer mudança nos cenários futuros e eventuais impactos, quando aplicável, que possam afetar as demonstrações financeiras e permanece colaborando com as autoridades públicas nacionais e internacionais nas suas análises relacionadas às investigações em curso.

14. IMOBILIZADO

Consolidado	30/06/2020			31/12/2019		
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Em serviço	7.275.159	(5.006.674)	2.268.485	7.244.763	(4.929.379)	2.315.384
Terrenos	247.453	(21.085)	226.368	247.453	(19.178)	228.275
Reservatórios, barragens e adutoras	3.294.978	(2.239.375)	1.055.603	3.279.784	(2.199.659)	1.080.125
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.091.486	(826.893)	264.593	1.091.605	(818.120)	273.485
Máquinas e equipamentos	2.607.664	(1.890.839)	716.825	2.592.087	(1.864.599)	727.488
Veículos	20.616	(18.442)	2.174	20.616	(17.687)	2.929
Móveis e utensílios	12.962	(10.040)	2.922	13.218	(10.136)	3.082
Em curso	151.940	-	151.940	133.103	-	133.103
Ativos em curso	151.940	-	151.940	133.103	-	133.103
Imobilizado líquido	7.427.099	(5.006.674)	2.420.425	7.377.866	(4.929.379)	2.448.487

Controladora	30/06/2020			31/12/2019		
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Em serviço	6.164.226	(4.458.261)	1.705.965	6.153.927	(4.404.015)	1.749.912
Terrenos	243.194	(20.749)	222.445	243.194	(18.867)	224.327
Reservatórios, barragens e adutoras	3.017.821	(2.104.938)	912.883	3.003.075	(2.069.552)	933.523
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.013.073	(790.292)	222.781	1.013.385	(782.773)	230.612
Máquinas e equipamentos	1.857.028	(1.514.192)	342.836	1.860.907	(1.505.381)	355.526
Veículos	20.401	(18.227)	2.174	20.401	(17.473)	2.928
Móveis e utensílios	12.709	(9.863)	2.846	12.965	(9.969)	2.996
Em curso	77.303	-	77.303	72.279	-	72.279
Ativos em curso	77.303	-	77.303	72.279	-	72.279
Imobilizado líquido	6.241.529	(4.458.261)	1.783.268	6.226.206	(4.404.015)	1.822.191

A movimentação do ativo imobilizado é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2019	Adição	Transferência (2)	Baixa	Depreciação	Saldo em 30/06/2020
Em serviço	2.315.384	13.381	30.032	(740)	(89.572)	2.268.485
Terrenos (1)	228.275	-	-	-	(1.907)	226.368
Reservatórios, barragens e adutoras	1.080.125	-	15.194	-	(39.716)	1.055.603
Edificações, obras civis e benfeitorias	273.485	-	193	(56)	(9.029)	264.593
Máquinas e equipamentos	727.488	13.381	14.644	(679)	(38.009)	716.825
Veículos	2.929	-	-	-	(755)	2.174
Móveis e utensílios	3.082	-	1	(5)	(156)	2.922
Em curso	133.103	49.844	(30.032)	(975)	-	151.940
Imobilizado líquido	2.448.487	63.225	-	(1.715)	(89.572)	2.420.425

- (1) Determinados terrenos vinculados a contratos de concessão sem previsão de indenização são amortizados de acordo com o período da concessão.
 (2) Saldo referente à transferência de bens em curso para em serviço.

Consolidado	Saldo em 31/12/2018	Adição	Transferência (2)	Baixa	Depreciação	Saldo em 30/06/2019
Em serviço	2.540.035	-	28.639	(609)	(96.419)	2.471.646
Terrenos (1)	214.967	-	16.939	-	(1.388)	230.518
Reservatórios, barragens e adutoras	1.150.495	-	8.450	-	(40.479)	1.118.466
Edificações, obras civis e benfeitorias	313.688	-	(16.379)	-	(9.341)	287.968
Máquinas e equipamentos	853.054	-	19.608	(606)	(44.289)	827.767
Veículos	4.525	-	(59)	-	(773)	3.693
Móveis e utensílios	3.306	-	80	(3)	(149)	3.234
Em curso	119.186	34.413	(24.288)	-	-	129.311
Imobilizado líquido	2.659.221	34.413	4.351	(609)	(96.419)	2.600.957

- (1) Determinados terrenos vinculados a contratos de concessão sem previsão de indenização são amortizados de acordo com o período da concessão.
 (2) Saldo referente à transferência de bens em curso para em serviço e transferência para o Ativo Financeiro.

Controladora	Saldo em 31/12/2019	Adição	Transferência (2)	Baixa	Depreciação	Saldo em 30/06/2020
Em serviço	1.749.912	-	23.297	(722)	(66.522)	1.705.965
Terrenos (1)	224.327	-	-	-	(1.882)	222.445
Reservatórios, barragens e adutoras	933.523	-	14.746	-	(35.386)	912.883
Edificações, obras civis e benfeitorias	230.612	-	-	(56)	(7.775)	222.781
Máquinas e equipamentos	355.526	-	8.551	(661)	(20.580)	342.836
Veículos	2.928	-	-	-	(754)	2.174
Móveis e utensílios	2.996	-	-	(5)	(145)	2.846
Em curso	72.279	28.321	(23.297)	-	-	77.303
Imobilizado líquido	1.822.191	28.321	-	(722)	(66.522)	1.783.268

- (1) Determinados terrenos vinculados a contratos de concessão sem previsão de indenização são amortizados de acordo com o período da concessão.
 (2) Saldo referente à transferência de bens em curso para em serviço.

Controladora	Saldo em 31/12/2018	Adição	Transferência (2)	Baixa	Depreciação	Saldo em 30/06/2019
Em serviço	1.939.887	-	18.210	(50)	(69.280)	1.888.767
Terrenos (1)	210.963	-	16.939	-	(1.361)	226.541
Reservatórios, barragens e adutoras	996.451	-	8.327	-	(36.173)	968.605
Edificações, obras civis e benfeitorias	269.263	-	(17.185)	-	(8.102)	243.976
Máquinas e equipamentos	455.563	-	10.045	(50)	(22.738)	442.820
Veículos	4.505	-	(59)	-	(762)	3.684
Móveis e utensílios	3.142	-	143	-	(144)	3.141
Em curso	85.318	18.021	(18.188)	-	-	85.151
Imobilizado líquido	2.025.205	18.021	22	(50)	(69.280)	1.973.918

- (1) Determinados terrenos vinculados a contratos de concessão sem previsão de indenização são amortizados de acordo com o período da concessão.
 (2) Saldo referente à transferência de bens em curso para em serviço e transferência para o Ativo Financeiro.

A taxa de depreciação média anual da Companhia e suas controladas é de 3,08%.

A Companhia e suas controladas não identificaram indicativos de perda do valor recuperável de seus ativos imobilizados. Os contratos de concessão de geração preveem que, ao final do prazo de cada concessão o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado, exceto os contratos de concessão relacionados ao Lote D do Leilão nº 12/2015. A Administração acredita que a indenização desses ativos será superior ao seu custo histórico, depreciado pelas respectivas vidas úteis.

O valor residual dos ativos é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelos ativos ainda não totalmente depreciados. Nos casos em que não há ou existe incerteza relacionada à indenização no final da concessão, como geração térmica e geração hidráulica em regime de produção independente, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de depreciação para que todos os ativos sejam depreciados dentro do período da concessão.

Consórcio

A Companhia participa no consórcio de geração de energia elétrica de Queimado, para o qual não foi constituída entidade com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão. A parcela da Companhia no consórcio é registrada e controlada individualmente nas respectivas rubricas de ativo imobilizado e intangível.

Controladora e Consolidado	Participação na energia gerada (%)	Taxa Média Anual de Depreciação (%)	30/06/2020	31/12/2019
Em serviço				
Usina de Queimado	82,50	3,73	217.210	217.210
Depreciação acumulada			(111.569)	(109.012)
Total em operação			105.641	108.198
Em curso				
Usina de Queimado	82,50	-	1.396	980
Total em construção			1.396	980
Total			107.037	109.178

15. INTANGÍVEIS

Consolidado	30/06/2020			31/12/2019		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Em serviço	297.214	(164.049)	133.165	296.397	(148.179)	148.218
Servidão	11.749	(3.608)	8.141	11.749	(3.292)	8.457
Concessão onerosa	19.169	(12.949)	6.220	19.169	(12.609)	6.560
Ativos da concessão (1)	202.337	(90.323)	112.014	202.337	(75.659)	126.678
Outros	63.959	(57.169)	6.790	63.142	(56.619)	6.523
Em curso	6.748	-	6.748	7.369	-	7.369
Ativos em formação	6.748	-	6.748	7.369	-	7.369
Intangível líquido	303.962	(164.049)	139.913	303.766	(148.179)	155.587

(1) Os direitos de autorização de geração de energia eólica concedidos à Parajuru e Volta do Rio, no montante de R\$112.015 são considerados nas informações contábeis intermediárias da controladora como investimentos e são classificados no balanço consolidado na rubrica intangíveis, conforme interpretação técnica ICPC 09. Esses ativos de concessão são amortizados pelo método linear, durante o prazo da concessão.

Controladora	30/06/2020			31/12/2019		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Em serviço	94.171	(73.621)	20.550	93.366	(72.448)	20.918
Servidão	11.451	(3.608)	7.843	11.451	(3.292)	8.159
Concessão onerosa	19.169	(12.949)	6.220	19.169	(12.609)	6.560
Outros	63.551	(57.064)	6.487	62.746	(56.547)	6.199
Em curso	6.732	-	6.732	7.342	-	7.342
Ativos em formação	6.732	-	6.732	7.342	-	7.342
Intangível líquido	100.903	(73.621)	27.282	100.708	(72.448)	28.260

A movimentação do ativo intangível é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2019	Adição	Impairment (1)	Capitalização/ Transferência	Amortização	Saldo em 30/06/2020
Em serviço	148.218	-	(8.459)	1.693	(8.287)	133.165
Servidão	8.457	-	-	-	(316)	8.141
Concessão onerosa	6.560	-	-	-	(340)	6.220
Ativos da concessão	126.678	-	(8.459)	-	(6.205)	112.014
Outros	6.523	-	-	1.693	(1.426)	6.790
Em curso	7.369	1.072	-	(1.693)	-	6.748
Ativos em formação	7.369	1.072	-	(1.693)	-	6.748
Total	155.587	1.072	(8.459)	-	(8.287)	139.913

(1) Inclui a perda no valor recuperável de R\$8.459, reconhecida “em outras despesas” como resultado do teste de impairment dos ativos de concessão de geração eólica de Volta do Rio, em 30 de junho de 2020. Mais informações no decorrer desta nota explicativa.

Consolidado	Saldo em 31/12/2018	Adição	Capitalização/ Transferência	Baixa	Amortização	Saldo em 30/06/2019
Em serviço	191.135	-	(3.717)	(83)	(9.384)	177.951
Servidão	9.085	-	-	-	(337)	8.748
Concessão onerosa	7.239	-	-	-	(340)	6.899
Direitos de exploração	162.106	-	83	(83)	(7.213)	154.893
Outros	12.705	-	(3.800)	-	(1.494)	7.411
Em Curso	6.448	932	(612)	-	-	6.768
Ativos em formação	6.448	932	(612)	-	-	6.768
Total	197.583	932	(4.329)	(83)	(9.384)	184.719

Controladora	Saldo em 31/12/2019	Adição	Capitalização/ Transferência	Amortização	Saldo em 30/06/2020
Em serviço	20.918	-	1.682	(2.050)	20.550
Servidão	8.159	-	-	(316)	7.843
Concessão onerosa	6.560	-	-	(340)	6.220
Outros	6.199	-	1.682	(1.394)	6.487
Em curso	7.342	1.072	(1.682)	-	6.732
Ativos em formação	7.342	1.072	(1.682)	-	6.732
Total	28.260	1.072	-	(2.050)	27.282

Controladora	Saldo em 31/12/2018	Adição	Capitalização/ Transferência	Amortização	Saldo em 30/06/2019
Em serviço	24.267	-	612	(2.166)	22.713
Servidão	8.787	-	-	(337)	8.450
Concessão onerosa	7.239	-	-	(340)	6.899
Outros	8.241	-	612	(1.489)	7.364
Em curso	6.448	924	(612)	-	6.760
Ativos em formação	6.448	924	(612)	-	6.760
Total	30.715	924	-	(2.166)	29.473

A taxa de amortização média anual da Companhia e de suas controladas é de 19,96%, considerando a vida útil dos ativos relacionados.

Os ativos intangíveis, direitos de exploração, concessão onerosa e outros são amortizáveis pelo método linear considerando o padrão de consumo destes direitos. A Companhia e suas controladas não identificaram indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia e suas controladas não possuem ativos intangíveis com vida útil indefinida.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia reconheceu uma perda no valor recuperável do ativo intangível relativo ao direito de autorização de geração eólica da controlada Volta do Rio, no montante de R\$21.684, registrada em “outras despesas” na demonstração de resultados. O teste de impairment do ativo intangível referente à autorização de geração de energia eólica concedida à Volta do Rio decorre do não atingimento da performance operacional esperada em 2019 para os ativos da controlada.

Em 30 de junho de 2020, em razão da manutenção da performance operacional inferior às expectativas, foi realizado o teste de impairment do ativo intangível relativo ao direito de autorização de geração eólica de Volta do Rio, resultando no reconhecimento de perda em seu valor recuperável no montante de R\$8.459, reconhecido em “outras despesas” na demonstração de resultado.

O valor em uso dos ativos foi calculado com base na projeção dos fluxos de caixa futuros esperados para a operação dos ativos da controlada, descontados a valor presente pelo custo de capital ponderado (wacc) definido para a atividade pela Companhia, utilizando a metodologia do fluxo de caixa da firma (FCFF).

16. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

A Companhia e suas controladas reconheceram um direito de uso e um passivo de arrendamentos para os seguintes contratos que contém arrendamento, nos termos do CPC 06 (R2) / IFRS 16:

- Arrendamento dos edifícios utilizados como sedes administrativas;
- Arrendamentos de veículos comerciais utilizados nas operações.

A Companhia e suas controladas optaram por utilizar as isenções previstas na norma para arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos) sem a opção de compra e para itens de baixo valor. Assim, esses arrendamentos são reconhecidos como uma despesa no resultado, em outras despesas operacionais, pelo método linear, ao longo do prazo do arrendamento, e seus efeitos no resultado do período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 foram imateriais.

As taxas de desconto foram obtidas com referência na taxa de empréstimo incremental da Companhia, baseada nas suas dívidas contratadas e em cotações junto a instituições financeiras.

a) Direito de uso

O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que corresponde à mensuração inicial do passivo de arrendamentos ajustada pelas suas remensurações e é amortizado em bases lineares até o término do prazo do contrato de arrendamento ou da vida útil do ativo identificado, conforme o caso.

A movimentação do ativo de direito de uso é como segue:

Consolidado	Imóveis	Veículos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	-	-
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	44.823	16.379	61.202
Adição	10.348	-	10.348
Amortização	(5.149)	(2.983)	(8.132)
Saldos em 30 de junho de 2019	50.022	13.396	63.418
Saldos em 31 de dezembro de 2019	42.260	10.724	52.984
Baixa (contratos encerrados)	(173)	-	(173)
Amortização (1)	(3.572)	(3.068)	(6.640)
Saldos em 30 de junho de 2020	38.515	7.656	46.171

Controladora	Imóveis	Veículos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	-	-
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	44.735	14.810	59.545
Adição	10.348	-	10.348
Amortização	(5.142)	(2.722)	(7.864)
Saldos em 30 de junho de 2019	49.941	12.088	62.029
Saldos em 31 de dezembro de 2019	41.903	9.678	51.581
Amortização (1)	(3.561)	(2.807)	(6.368)
Saldos em 30 de junho de 2020	38.342	6.871	45.213

(1) A amortização do direito de uso reconhecida no resultado está líquida do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de aluguéis, nos montantes de R\$324 e R\$323, para consolidado e controladora, respectivamente.

b) Passivo de arrendamentos

O passivo de arrendamentos reconhecido é mensurado pelo valor presente dos pagamentos mínimos exigidos nos contratos, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia e de suas controladas. O valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver modificações no contrato qualificáveis para tanto, conforme determinações do CPC 06 (R2)/ IFRS 16.

A movimentação do passivo de arrendamentos é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	-
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019 (1)	61.202	59.545
Adição	10.348	10.348
Juros incorridos	3.740	3.660
Pagamentos efetuados	(11.426)	(11.112)
Saldos em 30 de junho de 2019	63.864	62.441
Saldos em 31 de dezembro de 2019	55.059	53.599
Baixa (contratos encerrados)	(174)	-
Juros incorridos (2)	2.863	2.804
Arrendamentos pagos	(8.806)	(8.491)
Juros sobre arrendamentos pagos	(213)	(208)
Saldos em 30 de junho de 2020	48.729	47.704
Passivo circulante	13.769	13.163
Passivo não circulante	34.960	34.541

- (1) A taxa de empréstimo incremental da Companhia aplicada ao passivo de arrendamento reconhecido no balanço patrimonial na data da adoção inicial foi de 7,96% a.a., 10,64% a.a. e 13,17% a.a., para contratos com prazo de vencimento, respectivamente, de até 2 anos, entre 2 a 5 anos e acima de 5 anos. As taxas aplicadas para os contratos celebrados durante o ano de 2019 foram de 6,87% a.a., 7,33% a.a. e 8,08% a.a., para contratos com prazo de vencimento, respectivamente, de até 3 anos, entre 3 a 4 anos e acima de 4 anos. Para determinação da taxa incremental de empréstimo, a Companhia utilizou como referência cotações obtidas junto a instituições financeiras, sendo essa função do risco de crédito da Companhia e condições de mercado na data da contratação.
- (2) As despesas financeiras reconhecidas no resultado estão líquidas do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de aluguéis, nos montantes de R\$186 e R\$185 para consolidado e controladora, respectivamente.

O direito potencial de PIS/Pasep e Cofins a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento, é apresentado na tabela a seguir:

Fluxo de caixa	Consolidado		Controladora	
	Nominal	Ajustado a valor presente	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	134.646	48.729	133.446	47.704
PIS/Pasep e Cofins potencial à alíquota de 9,25%	11.526	3.671	11.504	3.658

A Companhia, em conformidade com o CPC 06 (R2), na mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2). Essa vedação pode gerar distorções relevantes na informação a ser prestada, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro. A Companhia avaliou esses efeitos, concluindo que são imateriais para suas informações contábeis intermediárias.

Os fluxos de caixa dos contratos de arrendamento são, em sua maioria, atualizados pelo IPCA, anualmente. A análise de maturidade de seus contratos é apresentada a seguir:

Vencimento das prestações	Consolidado (Nominal)	Controladora (Nominal)
2020	8.442	8.121
2021	10.152	9.513
2022	5.039	5.009
2023	5.027	5.000
2024	5.022	4.998
2025 a 2045	100.964	100.805
Valores não descontados	134.646	133.446
Juros embutidos	(85.917)	(85.742)
Passivo de arrendamento	48.729	47.704

17. FORNECEDORES

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Suprimento e transporte de energia elétrica	335.986	354.570	329.785	344.248
Materiais e serviços	41.986	67.742	28.674	52.069
	377.972	422.312	358.459	396.317

18. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Circulante				
ICMS	15.060	15.410	11.705	11.723
Pasep	17.598	4.371	14.092	2.973
Cofins	80.025	18.945	64.988	13.630
INSS	15.400	5.340	14.091	4.378
ISSQN	1.245	1.893	976	1.430
Outros	8.100	5.289	7.679	4.874
	137.428	51.248	113.531	39.008
Não circulante				
Pasep	23	52	10	10
Cofins	121	300	62	62
	144	352	72	72
	137.572	51.600	113.603	39.080

Em função da pandemia do Covid 19 a Companhia aderiu aos programas governamentais de postergação do pagamento de impostos, taxas e contribuições, substancialmente referente ao último trimestre, que será realizado até o término do exercício social.

19. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Moedas	Consolidado 30/06/2020			Consolidado 31/12/2019
				Circulante	Não circulante	Total	
MOEDA ESTRANGEIRA							
Eurobonds	2024	9,25%	USD	62.075	8.214.000	8.276.075	6.091.742
(-) Custos de transação				-	(17.201)	(17.201)	(18.656)
(+/-) Recursos antecipados (1)				-	(27.742)	(27.742)	(30.040)
Dívida em moeda estrangeira				62.075	8.169.057	8.231.132	6.043.046
MOEDA NACIONAL							
Consórcio Pipoca	2020	IPCA	R\$	-	-	-	185
Caixa Econômica Federal (2)	2021	TJLP + 2,50%	R\$	62.785	-	62.785	60.516
Caixa Econômica Federal (3)	2022	TJLP + 2,50%	R\$	122.125	-	122.125	117.710
Dívida em moeda nacional				184.910	-	184.910	178.411
Total de empréstimos e financiamentos				246.985	8.169.057	8.416.042	6.221.457
Debêntures							
Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série	2022	IPCA + 6,20%	R\$	357.560	352.839	710.399	1.087.989
Debêntures - 6ª Emissão - 2ª Série	2020	IPCA + 8,07%	R\$	18.054	-	18.054	17.292
Debêntures - 7ª Emissão - Série Única (4)	2021	140,00% do CDI	R\$	288.947	144.342	433.289	578.067
(-) Custos de transação				(8.988)	(4.508)	(13.496)	(18.022)
Total de debêntures				655.573	492.673	1.148.246	1.665.326
Total geral				902.558	8.661.730	9.564.288	7.886.783

(1) Antecipação de recursos para atingir a taxa de retorno até o vencimento (*Yield to Maturity*) acordado em contrato do Eurobonds.

(2) Central Eólica Praias de Parajuru.

(3) Central Eólica Volta do Rio.

(4) Em 24 de julho de 2019, a Companhia realizou amortização extraordinária de sua 7ª emissão de debêntures simples, no valor de R\$125 milhões, com vencimento final em dezembro de 2021.

Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Moedas	Controladora 30/06/2020			Controladora 31/12/2019
				Circulante	Não circulante	Total	
MOEDA ESTRANGEIRA							
Eurobonds	2024	9,25%	USD	62.075	8.214.000	8.276.075	6.091.742
(-) Custos de transação				-	(17.201)	(17.201)	(18.656)
(+/-) Recursos antecipados (1)				-	(27.742)	(27.742)	(30.040)
Dívida em moeda estrangeira				62.075	8.169.057	8.231.132	6.043.046
MOEDA NACIONAL							
Consórcio Pipoca	2020	IPCA	R\$	-	-	-	185
Dívida em moeda nacional				-	-	-	185
Total de empréstimos e financiamentos				62.075	8.169.057	8.231.132	6.043.231
Debêntures							
Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série	2022	IPCA + 6,20%	R\$	357.560	352.839	710.399	1.087.989
Debêntures - 6ª Emissão - 2ª Série	2020	IPCA + 8,07%	R\$	18.054	-	18.054	17.292
Debêntures - 7ª Emissão - Série Única (2)	2021	140,00% do CDI	R\$	288.947	144.342	433.289	578.067
(-) Custos de transação				(8.988)	(4.508)	(13.496)	(18.022)
Total de debêntures				655.573	492.673	1.148.246	1.665.326
Total geral				717.648	8.661.730	9.379.378	7.708.557

- (1) Antecipação de recursos para atingir a taxa de retorno até o vencimento (*Yield to Maturity*) acordado em contrato do Eurobonds;
 (2) Em 24 de julho de 2019, a Companhia realizou amortização extraordinária de sua 7ª emissão de debêntures simples, no valor de R\$125 milhões, com vencimento final em dezembro de 2021.

As debêntures de emissão da Companhia são do tipo “simples”, não conversíveis em ações, não há cláusulas de repactuação e debêntures em tesouraria.

Há cláusulas de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado, da Companhia ou de sua controladora Cemig, superior a R\$50 milhões (“*cross default*”).

A composição consolidada dos empréstimos, financiamentos e debêntures, por moeda e indexador, com a respectiva amortização é como segue:

Consolidado	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Moedas						
Dólar Norte Americano	62.075	-	-	-	8.214.000	8.276.075
Total por moedas	62.075	-	-	-	8.214.000	8.276.075
Indexadores						
IPCA (1)	33.153	342.461	352.839	-	-	728.453
CDI (2)	144.602	288.687	-	-	-	433.289
TJLP (3)	184.910	-	-	-	-	184.910
Total por indexadores	362.665	631.148	352.839	-	-	1.346.652
(-) Custos de transação	(8.961)	(4.507)	(28)	-	(17.201)	(30.697)
(+/-) Recursos antecipados	-	-	-	-	(27.742)	(27.742)
Total geral	415.779	626.641	352.811	-	8.169.057	9.564.288

- (1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA
 (2) Certificado Depósito Interbancário – CDI
 (3) Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP

Controladora	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Moedas						
Dólar Norte Americano	62.075	-	-	-	8.214.000	8.276.075
Total por moedas	62.075	-	-	-	8.214.000	8.276.075
Indexadores						
IPCA (1)	33.153	342.461	352.839	-	-	728.453
CDI (2)	144.602	288.687	-	-	-	433.289
Total por indexadores	177.755	631.148	352.839	-	-	1.161.742
(-) Custos de transação	(8.961)	(4.507)	(28)	-	(17.201)	(30.697)
(+/-) Recursos antecipados	-	-	-	-	(27.742)	(27.742)
Total geral	230.869	626.641	352.811	-	8.169.057	9.379.378

(1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA

(2) Certificado de Depósito Interbancário – CDI

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram as seguintes variações:

Moeda	Variação acumulada em 30/06/2020 (%)	Variação acumulada em 30/06/2019 (%)	Indexador	Variação acumulada em 30/06/2020 (%)	Variação acumulada em 30/06/2019 (%)
Dólar Norte-Americano	35,86	(1,10)	IPCA	0,10	2,22
			CDI	1,76	3,10
			TJLP	(11,31)	(10,32)

Moeda	Variação acumulada no período de abril a junho de 2020 (%)	Variação acumulada no período de abril a junho de 2019 (%)	Indexador	Variação acumulada no período de abril a junho de 2020 (%)	Variação acumulada no período de abril a junho de 2019 (%)
Dólar Norte-Americano	5,33	(1,66)	IPCA	(0,43)	1,46
			CDI	0,74	1,54
			TJLP	(2,95)	(10,95)

A movimentação dos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2018	8.198.912	8.035.545
Variação monetária	30.353	26.960
Variação cambial	(63.904)	(63.904)
Encargos financeiros provisionados	398.641	394.309
Amortização dos custos de transação	5.784	5.784
Encargos financeiros pagos	(430.614)	(430.614)
Amortização de principal	(319.927)	(319.927)
Saldos em 30 de junho de 2019	7.819.245	7.648.153
Saldos em 31 de dezembro de 2019	7.886.783	7.708.557
Variação monetária	13.000	7.452
Variação cambial	2.167.950	2.167.950
Encargos financeiros provisionados	473.701	472.565
Amortização dos custos de transação	5.982	5.982
Encargos financeiros pagos (1)	(494.208)	(494.208)
Amortização de principal	(488.920)	(488.920)
Saldos em 30 de junho de 2020	9.564.288	9.379.378

(1) O valor do IRRF sobre a remessa de juros ao exterior, no montante de R\$65.668, foi compensado com créditos de PIS/Pasep e Cofins.

Garantias

Em 30 de junho de 2020 o saldo devedor dos empréstimos e financiamentos da Companhia é garantido da seguinte forma:

	30/06/2020
Aval e Fiança	8.959.529
Recebíveis	184.910
Ações	419.849
TOTAL	9.564.288

Cláusulas Contratuais Restritivas – “Covenants”

A Companhia e suas controladas possuem contratos com Cláusulas Restritivas (“Covenants”) atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Título	Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido Cemig GT	Índice Requerido Cemig (garantidora)	Exigibilidade de cumprimento
7ª emissão de debêntures (1)	Dívida Líquida / (Ebitda + Dividendos Recebidos)	Manter índice igual ou inferior a: 3,0 em 2020 2,5 em 2021	Manter índice igual ou inferior a: 3,0 em 2020 2,5 em 2021	Semestral e anual
Eurobonds (2)	Dívida Líquida / EBITDA Ajustado para o Covenant	Manter índice igual ou inferior a: 4,5 em 30/06/2020 3,0 em 31/12/2020 3,0 em 30/06/2021 2,5 em 31/12/2021 em diante	Manter índice igual ou inferior a: 3,5 em 30/06/2020 3,0 em 31/12/2020 3,0 em 30/06/2021 3,0 em 31/12/2021 em diante	Semestral e anual
Financiamento Caixa Econômica Federal	Índice de Cobertura do Serviço da Dívida	Manter índice igual ou superior a 1,20	-	Anual (durante o período de amortização)
	Patrimônio Líquido/Passivo Total	Manter relação mínima de 20,61% (Parajuru) e 20,63% (Volta do Rio)	-	Permanente
Parajuru e Volta do Rio (3)	Capital Social Subscrito e Integralizado da financiada/Total dos investimentos realizados do projeto financiado	Manter relação mínima de 20,61% (Parajuru) e 20,63% (Volta do Rio)	-	Permanente

- (1) 7ª emissão de debêntures da Companhia, em dezembro de 2016, no montante de R\$2.240 milhões.
- (2) Diante de uma eventual ultrapassagem dos covenants financeiros de manutenção, os juros serão automaticamente majorados em 2% a.a. durante o período em que permanecerem ultrapassados. Há também a obrigação de se respeitar um *covenant* “de manutenção” de dívida com garantia real no Consolidado da Cemig em relação ao EBITDA de 2,0x (1,75x em dez/17) e um *covenant* “de incorrência” de dívida com garantia real na Companhia em relação ao EBITDA de 1,5x.
- (3) Os contratos de financiamentos da Caixa Econômica Federal para a Central Eólica Praias de Parajuru e Volta do Rio possuem *Covenants* Financeiros com exigibilidade de cumprimento condicionado ao vencimento antecipado do saldo remanescente da dívida. Somente é considerado exigível o cumprimento do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, anualmente e durante o período de amortização, iniciado em julho de 2020.

As cláusulas restritivas permanecem em conformidade em 30 de junho de 2020, com exceção do descumprimento de “*Covenant*” não financeiro dos contratos de empréstimos junto a CEF das controladas Central Eólica Praias de Parajuru e Central Eólica Volta do Rio. Desta forma, a Companhia reclassificou para o passivo circulante o montante de R\$57.550, referente aos empréstimos dessas controladas, que originalmente estavam classificados no passivo não circulante, exclusivamente, para atendimento ao requerimento do item 69 do CPC 26 (R1). Adicionalmente, a Companhia avaliou os possíveis desdobramentos desse assunto nos seus demais contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures e concluiu que não seriam necessários ajustes adicionais.

As informações relativas aos instrumentos financeiros derivativos (operações de “*swap*”) contratados para proteção do serviço associado à dívida com Eurobonds (principal em moeda estrangeira mais juros), bem como a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, são divulgadas na nota explicativa nº 28.

20. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Passivo				
Reserva global de reversão – RGR	12.055	5.949	9.098	3.100
Compensação financ.pela utiliz. de recursos hídricos – Cfurh	7.394	9.767	3.972	6.951
Conta de desenvolvimento energético – CDE	55.147	58.327	55.147	58.327
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica – TFSEE	998	999	808	809
Prog.de incentivo às fontes altern. de energia elétrica – Proinfa	6.434	8.353	6.434	8.353
Fundo nacional de desenv. científico tecnológico – FNDCT	953	1.503	598	1.106
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	135.648	128.248	124.478	118.283
Pesquisa expansão sistema energético	645	937	438	692
	219.274	214.083	200.973	197.621
Passivo circulante	164.231	168.785	153.895	157.638
Passivo não circulante	55.043	45.298	47.078	39.983

21. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

Consolidado e Controladora	Plano de pensão e suplementação de aposentadoria	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2018	456.211	515.889	10.374	94.372	1.076.846
Despesa reconhecida no resultado	20.697	24.505	499	4.529	50.230
Contribuições pagas	(21.866)	(13.208)	(294)	(1.280)	(36.648)
Passivo líquido em 30 de junho de 2019	455.042	527.186	10.579	97.621	1.090.428
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2019	623.240	672.996	12.850	125.801	1.434.887
Despesa reconhecida no resultado	21.660	25.827	509	4.905	52.901
Contribuições pagas	(13.066)	(14.491)	(311)	(1.167)	(29.035)
Passivo líquido em 30 de junho de 2020	631.834	684.332	13.048	129.539	1.458.753
				30/06/2020	31/12/2019
Passivo circulante				67.850	62.550
Passivo não circulante				1.390.903	1.372.337

Os valores registrados no passivo circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Companhia, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego, no montante de R\$47.979 no período de janeiro a junho de 2020 (R\$42.631 no período de janeiro a junho de 2019), mais os encargos e variação monetária da dívida pactuada com a Forluz, no montante de R\$4.922 no período de janeiro a junho de 2020 (R\$7.599 no período de janeiro a junho de 2019).

Dívida pactuada com o fundo de pensão - Forluz

Em 30 de junho de 2020, a Companhia possui registrada obrigação a pagar referente a *déficits* atuariais passados relacionados ao fundo de pensão no montante de R\$124.867 (R\$128.172 em 31 de dezembro de 2019). Esse valor foi reconhecido como obrigação a pagar e está sendo amortizado até junho de 2024, por meio de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e reajustadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido de 6% ao ano. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de *superávit* da Fundação, a Companhia mantém o registro integral da dívida, de forma específica, estando os impactos referentes à atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

Contrato de equacionamento do déficit do Plano A da Forluz

A Forluz e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D assinaram Instrumentos de Assunção de Dívida para Cobertura do Déficit do Plano A relativos aos anos de 2015, 2016 e 2017. Em 30 de junho de 2020, o montante total a ser pago pela Companhia em decorrência desses déficits é de R\$121.490 (R\$124.499 em 31 de dezembro de 2019, referente aos déficits de 2015, 2016 e 2017). A celebração dos contratos ocorreu em maio de 2017, março de 2018 e abril de 2019 para dos déficits de 2015, 2016 e 2017, respectivamente. As amortizações mensais são calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e serão pagas até 2031 para os déficits de 2015 e 2016, no montante de R\$81.522, e até 2033 para o déficit de 2017, no montante de R\$39.968. Os juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor são de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral dos contratos, a Companhia ficará dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e os contratos serão extintos.

22. PROVISÕES

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Ações em que figura no polo passivo

A Companhia e suas controladas constituíram provisões para as ações judiciais cuja expectativa de perda é considerada provável e seu valor pode ser estimado, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

Consolidado	31/12/2019	Adições	Liquidações	30/06/2020
Trabalhistas	69.043	8.409	(4.783)	72.669
Cíveis	182	6	-	188
Tributárias	285.940	5.053	(40)	290.953
Regulatórias	3.004	167	-	3.171
Ambientais	54	2	-	56
Outras	42.234	2.538	(168)	44.604
Total	400.457	16.175	(4.991)	411.641

Consolidado	31/12/2018	Adições	Reversões	Liquidações	30/06/2019
Trabalhistas	54.901	12.631	(1.450)	(4.536)	61.546
Cíveis	168	81	-	(73)	176
Tributárias	2.874	29	(749)	(30)	2.124
Regulatórias	2.521	1.224	-	(919)	2.826
Ambientais	48	3	-	-	51
Outras	38.196	2.882	(697)	(113)	40.268
Total	98.708	16.850	(2.896)	(5.671)	106.991

Controladora	31/12/2019	Adições	Liquidações	30/06/2020
Trabalhistas	69.044	8.409	(4.784)	72.669
Cíveis	182	6	-	188
Tributárias	285.903	5.053	(28)	290.928
Regulatórias	3.004	167	-	3.171
Outras	42.072	2.537	(167)	44.442
Total	400.205	16.172	(4.979)	411.398

Controladora	31/12/2018	Adições	Reversões	Liquidações	30/06/2019
Trabalhistas	54.035	12.631	(589)	(4.537)	61.540
Cíveis	168	81	-	(73)	176
Tributárias	2.874	29	(749)	(30)	2.124
Regulatórias	2.521	1.224	-	(919)	2.826
Outras	38.195	2.719	(697)	(112)	40.105
Total	97.793	16.684	(2.035)	(5.671)	106.771

A Administração da Companhia e de suas controladas, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas informações contábeis intermediárias a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de quaisquer possibilidades de reembolsos.

A Companhia e suas controladas acreditam que eventuais desembolsos após o desfecho dos respectivos processos, em excesso aos montantes provisionados, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e da sua posição financeira.

Os detalhes sobre as principais provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estas contingências:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível

Trabalhistas

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais e reflexos em plano de aposentadoria complementar. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.

O montante das contingências é de, aproximadamente, R\$163.886 (R\$163.224 em 31 de dezembro de 2019), dos quais R\$71.366 foram provisionados (R\$68.007 em 31 de dezembro de 2019), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Alteração do índice de correção monetária dos processos trabalhistas

O Tribunal Superior do Trabalho (TST), considerando posição adotada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em duas ações diretas de inconstitucionalidade que tratavam do índice de correção monetária de precatórios federais, decidiu, em 04 de agosto de 2015, que os créditos trabalhistas deveriam ser atualizados com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), em substituição à Taxa Referencial (TR), para as ações trabalhistas que discutissem dívidas posteriores a 30 de junho de 2009 nos processos em aberto. Em 16 de outubro de 2015, foi publicada liminar concedida pelo STF que suspendeu os efeitos da decisão do TST, por entender que é competência exclusiva do STF apreciar a existência de repercussão geral da matéria constitucional.

Em acórdão publicado em 1º de novembro de 2018, o TST decidiu que o IPCA-E deverá ser adotado como índice de atualização dos débitos trabalhistas para os processos abertos no período de 25 de março de 2015 a 10 de novembro de 2017, permanecendo a utilização da TR para os demais períodos. O montante estimado da contingência é de R\$7.317 (R\$7.163 em 31 de dezembro de 2019), dos quais R\$1.303 (R\$1.036 em 31 de dezembro de 2019) foram provisionados, mediante avaliação da Companhia dos efeitos da decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (TRT3), em maio de 2019, acerca do acórdão publicado pelo TST, nos processos classificados com probabilidade de perda provável que se encontram em fase de execução. Nenhuma provisão adicional foi constituída, uma vez que a Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, avaliou a probabilidade de perda do mérito como possível, em função da decisão do STF e da inexistência de posicionamento jurisprudencial consolidado ou análise da doutrina acerca do tema, após a liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal.

Tributárias

Contribuições Previdenciárias – Participação nos Lucros e Resultados

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos e judiciais contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) a seus empregados entre os anos de 1999 e 2016, alegando que a Companhia não atendeu aos requisitos da Lei nº 10.101/2000 por não estabelecer previamente regras claras e objetivas para a distribuição desses valores. Em agosto de 2019, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região publicou decisão desfavorável à Companhia sobre o tema. Em decorrência, a Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, reavaliou a probabilidade de perda de possível para provável para determinadas parcelas pagas a título de PLR, mantendo a classificação da probabilidade de perda como possível para as demais parcelas por acreditar ter argumentos de mérito para defesa.

O montante das contingências é de, aproximadamente, R\$348.104 (R\$341.988 em 31 de dezembro de 2019), dos quais R\$288.885 (R\$283.861 em 31 de dezembro de 2019) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos, em 30 de junho de 2020, para liquidar estas discussões.

Demais Ações tributárias

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Programa de Integração Social (PIS), à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e aos embargos à execução fiscal. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$66.608 (R\$61.482 em 31 de dezembro de 2019), dos quais R\$2.068 (R\$2.079 em 31 de dezembro de 2019) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Regulatórias

A Companhia é ré em processos administrativos e judiciais onde são questionadas, principalmente, a redução de contrato de fornecimento de energia elétrica, a limitação de procedimento para operação de barragem de usina, auto de infração decorrente de fiscalização do órgão regulador, dentre outras. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$40.738 (R\$31.302 em 31 de dezembro de 2019), dos quais R\$3.171 (R\$3.004 em 31 de dezembro de 2019) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outros Processos no Curso Normal dos Negócios

A Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$130.264 (R\$148.475 em 31 de dezembro de 2019), dos quais R\$44.848 foram provisionados (R\$42.470 em 31 de dezembro de 2019). A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia. Os principais assuntos relacionados a essas contingências dizem respeito à prestação de serviço de limpeza de faixa de servidão e aceiros e às relações de consumo.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial

Impostos e Demais Contribuições

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Indenização do anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$41.860, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R\$28.716, que atualizado representa o valor de R\$67.029 (R\$66.483 em 31 de dezembro de 2019), registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios. O valor da contingência, atualizado, é de R\$68.982 (R\$68.137 em 31 de dezembro de 2019) e, com base nos argumentos acima, a Administração classificou a probabilidade de perda como possível.

Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxílio-alimentação, adicional aposentadoria especial, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$18.005 (R\$17.747 em 31 de dezembro de 2019). A Administração classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na avaliação dos pedidos e jurisprudência relativa às questões.

Não homologação da Compensação de Créditos Tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ, além de pagamentos a maior, identificados pelos DARF's e/ou DCTF's, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, Pis e Cofins. A Companhia está contestando a não homologação das compensações. O valor da contingência é de R\$78.499 (R\$80.249 em 31 de dezembro de 2019) e a probabilidade de perda foi classificada como possível pela Companhia, em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN).

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida de valores da base de cálculo da CSLL, com destaque para as parcelas relativas a: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R\$84.795 (R\$83.344 em 31 de dezembro de 2019). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em conformidade à análise da jurisprudência relativa à questão.

Questões Regulatórias

Contabilização de operações com venda de energia pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A AES Sul Distribuidora questiona, judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no Mercado Atacadista de Energia (MAE), antecessora da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), durante o período do racionamento, e obteve decisão judicial liminar favorável, em fevereiro de 2006, em que se determinou que a ANEEL atendesse ao pleito da distribuidora e procedesse, com a CCEE, à recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288 de 2002.

Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria em um desembolso adicional para a Companhia, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, com a CCEE, no valor aproximado de R\$357.167 (R\$343.469 em 31 de dezembro de 2019). A Companhia obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido, em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE e classificou a possibilidade de perda como possível em razão de se tratar de Acordo Geral do Setor Elétrico, no qual a Companhia possui documentação hábil para suas alegações.

Questões Ambientais

Impactos Ambientais Decorrentes de Construção de Usinas

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais, determinada associação e particulares distribuíram Ações Cíveis Públicas (ACP's) e Ações Populares requerendo que a Companhia invista, no mínimo, 0,50% da receita operacional bruta anual das usinas Emborcação, Pissarrão, Funil, Volta Grande, Poquim, Paraúna, Miranda, Nova Ponte, Rio de Pedras e Peti, desde 1997, na proteção e na preservação ambiental dos mananciais hídricos existentes nos municípios onde estão localizadas as usinas, e indenização proporcional aos danos ambientais causados, que não possam ser recuperados, decorrentes da omissão no cumprimento da Lei do Estado de Minas Gerais nº 12.503/1997. Em maio de 2020, o Supremo Tribunal Federal decidiu que a norma estadual que impõe à concessionária de energia elétrica o investimento de parcela da receita adquirida em proteção e preservação de recursos hídricos é inconstitucional por caracterizar intervenção indevida do Estado no contrato de concessão da exploração do aproveitamento energético dos cursos de água, atividade de competência da União. Em decorrência desta decisão, a Companhia reavaliou a probabilidade de perda para remota. O montante envolvido na discussão em 30 de junho de 2020 é de R\$173.020 (R\$165.299 em 31 de dezembro de 2019).

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ações civis públicas requerendo a formação de Área de Preservação Permanente (APP) no entorno do reservatório da usina hidrelétrica de Capim Branco, suspensão dos efeitos das licenças ambientais e recuperação de supostos danos ambientais. A Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos acerca das alterações ocorridas no novo código florestal e na jurisprudência relativa ao tema, classificou a probabilidade de perda nesta discussão como possível, e o valor estimado da contingência é de R\$99.027 (R\$95.215 em 31 de dezembro de 2019).

Outras Questões Ambientais

A Companhia está envolvida em assuntos ambientais, os quais se referem a áreas protegidas, licenças ambientais, recuperação de danos ambientais e outros, no montante de R\$46.869 (R\$42.799 em 31 de dezembro de 2019), para os quais não há saldo provisionado, pois, a Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, classificou a probabilidade de perda como possível.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

a) Capital Social

Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o capital social da Companhia é de R\$2.600.000, representado por 2.896.785.358 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig.

b) Lucro por ação

O lucro por ação foi calculado com base na média ponderada do número de ações ordinárias da Companhia em cada um dos períodos mencionados, conforme segue:

	Jan a Jun/2020	Jan a Jun/2019	Abr a Jun/2020	Abr a Jun/2019
Quantidade de ações	2.896.785.358	2.896.785.358	2.896.785.358	2.896.785.358
Lucro líquido do período	364.974	925.713	369.011	342.497
Lucro por ação – básico e diluído (em R\$)	0,13	0,32	0,13	0,12

A opção de venda de investimentos descrita na nota explicativa nº 28 tem potencialmente o poder de diluir os resultados por ação básicos no futuro, entretanto, não provocou diluição no lucro por ação nos períodos apresentados.

Aumento de capital

A Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), realizada em 31 de julho de 2020 aprovou a proposta de destinação de resultados da Administração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, divulgada nas demonstrações financeiras de 2019, incluindo o aumento do capital social da Companhia de R\$2.600.000 para R\$4.000.000, para atendimento ao artigo 199 da Lei das Sociedades Anônimas de 1976 - Lei 6.404/76, tendo em vista que em 31 de dezembro de 2019 as reservas de lucros, exceto as reservas de incentivos fiscais, excederam o capital social em R\$113.360.

24. RECEITAS

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber sendo reconhecida em bases mensais na medida em que ocorre: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho do contrato; (iii) determinação do preço para cada transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho definidas no contrato e (v) cumprimento das obrigações de desempenho.

A composição da receita da Companhia e suas controladas é conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Jun/2020	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2020	Jan a Jun/2019
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos (a)	3.440.383	3.423.710	3.126.255	3.067.168
Receita de concessão da transmissão – com impostos (b)	524.649	336.060	526.952	337.976
Receita de atualização da bonificação pela outorga (c)	146.412	176.151	-	-
Receita de construção (d)	74.044	82.989	74.044	82.989
Transações com energia na CCEE (e)	31.598	404.037	29.362	392.118
Receita de indenização da transmissão (f)	316.218	90.420	316.218	90.420
Ressarcimentos contratuais	-	64.640	-	64.640
Recuperação de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS (nota 8a)	-	424.403	-	408.612
Outras receitas operacionais (g)	70.265	91.748	38.633	41.070
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas (h)	(813.875)	(896.585)	(734.257)	(806.913)
	3.789.694	4.197.573	3.377.207	3.678.080

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/2020	Abr a Jun/2019	Abr a Jun/2020	Abr a Jun/2019
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos (a)	1.548.549	1.693.260	1.395.771	1.514.141
Receita de concessão da transmissão – com impostos (b)	353.035	172.904	354.186	173.861
Receita de atualização da bonificação pela outorga (c)	46.520	95.363	-	-
Receita de construção (d)	26.846	54.902	26.846	54.902
Transações com energia na CCEE (e)	7.074	144.821	20.257	150.229
Receita de indenização da transmissão (f)	259.680	57.921	259.680	57.921
Ressarcimentos contratuais	-	2.064	-	2.064
Recuperação de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS (nota 8a)	-	424.403	-	408.612
Outras receitas operacionais (g)	35.821	44.355	19.394	18.182
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas (h)	(379.497)	(447.296)	(343.227)	(401.431)
	1.898.028	2.242.697	1.732.907	1.978.481

(a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica - geração

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	Consolidado				Controladora			
	Jan a Jun/2020		Jan a Jun/2019		Jan a Jun/2020		Jan a Jun/2019	
	MWh (1)	R\$						
Industrial	5.704.120	1.367.439	6.557.653	1.493.622	5.106.620	1.280.495	5.793.177	1.366.804
Comercial	2.281.528	478.277	2.001.876	425.165	2.272.966	474.007	1.985.884	418.896
Rural	8.238	2.126	1.029	261	8.238	2.126	1.029	261
Subtotal	7.993.886	1.847.842	8.560.558	1.919.048	7.387.824	1.756.628	7.780.090	1.785.961
Fornec. não faturado, líquido		(49.144)	-	30.274		(58.154)	-	25.200
	7.993.886	1.798.698	8.560.558	1.949.322	7.387.824	1.698.474	7.780.090	1.811.161
Suprim. outras concessionárias (2)	6.690.190	1.626.054	5.563.323	1.493.358	6.421.175	1.401.938	5.391.263	1.278.004
Suprimento não faturado líquido	-	15.631	-	(18.970)	-	25.843	-	(21.997)
	14.684.076	3.440.383	14.123.881	3.423.710	13.808.999	3.126.255	13.171.353	3.067.168

	Consolidado				Controladora			
	Abr a Jun/2020		Abr a Jun/2019		Abr a Jun/2020		Abr a Jun/2019	
	MWh (1)	R\$						
Industrial	2.698.768	647.609	3.326.304	768.521	2.407.221	605.899	2.920.604	699.481
Comercial	1.095.954	233.236	1.082.661	221.814	1.093.930	231.573	1.074.733	218.619
Rural	4.590	1.183	525	135	4.590	1.183	525	135
Subtotal	3.799.312	882.028	4.409.490	990.470	3.505.741	838.655	3.995.862	918.235
Fornec. não faturado, líquido	-	(45.190)	-	5.842	-	(43.458)	-	1.500
	3.799.312	836.838	4.409.490	996.312	3.505.741	795.197	3.995.862	919.735
Suprim. outras concessionárias (2)	3.433.905	745.261	2.454.621	659.182	3.265.576	634.442	2.384.281	555.706
Suprimento não faturado líquido	-	(33.550)	-	37.766	-	(33.868)	-	38.700
	7.233.217	1.548.549	6.864.111	1.693.260	6.771.317	1.395.771	6.380.143	1.514.141

(1) Informações, em MWh, não revisadas pelos auditores independentes.

(2) Inclui contrato de vendas no ACR às distribuidoras, vendas no ACL às comercializadoras e geradoras, contratos bilaterais com outros agentes e as receitas de gestão de ativos de geração (GAG) das 18 usinas hidrelétricas do Lote D do Leilão nº 12/2015.

(b) Receita de Concessão da Transmissão

A Receita de Concessão da Transmissão corresponde à parcela recebida dos agentes do setor elétrico referente à operação e manutenção (O&M) da rede de linhas de transmissão, representada pela Receita Anual Permitida – RAP, sendo adicionado ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo de contrato, decorrente da variação do valor justo da base de remuneração de ativos, no montante de (R\$3.153) no primeiro semestre de 2020 (R\$7.834 no primeiro semestre de 2019).

Adicionalmente, como resultado da Revisão Tarifária Periódica (RTP), a base regulatória dos ativos de contrato foi remensurada, ocasionando o ajuste positivo de R\$198.714 no resultado da Companhia. Para mais informações, ver nota explicativa nº 12.

A Companhia está sujeita à penalidade pecuniária denominada Parcela Variável – PV, a qual é aplicada pelo Poder Concedente em função de eventuais indisponibilidades ou restrições operativas das instalações integrantes da Rede Básica. Essa penalidade é reconhecida como redução da receita de operação e manutenção da rede de transmissão no período em que ocorre. Os efeitos da Parcela Variável na receita de transmissão foram de R\$5.537 em 30 de junho de 2020 (R\$5.254 em 30 de junho de 2019).

(c) Receita de Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga

Representa a atualização pelo IPCA e juros remuneratórios da Bonificação pela Outorga relativa à concessão de geração do lote D do Leilão 12/2015, conforme descrito na nota explicativa nº 11.

(d) Receita de Construção

Corresponde à obrigação de desempenho de construir a infraestrutura da concessão durante a fase de construção. Considerando que as construções e melhorias são substancialmente executadas por meio de serviços especializados de terceiros, e que toda receita de construção está relacionada à construção de infraestrutura, a Administração da Companhia registra a receita de contratos de construção com margem de lucro zero.

(e) Receita de transações com energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

Corresponde à apuração mensal do resultado líquido positivo das liquidações das operações de compra e venda de energia elétrica no mercado de curto prazo, no âmbito da CCEE, cuja contraprestação corresponde ao produto da energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.

(f) Receita de Indenização de Transmissão

Correspondente à atualização do saldo de indenização de transmissão a receber, alocada no ativo financeiro e no ativo de contrato, conforme descrito nas notas explicativas nº 11 e 12.

Como resultado da Revisão Tarifária Periódica (RTP) foi realizado o ajuste positivo de R\$231.126 no resultado da Companhia, sendo que, deste valor, R\$10.183 se refere à parcela financeira da indenização, classificada no ativo financeiro, e R\$220.943 corresponde à parcela reincorporada à base de remuneração, alocada no ativo de contrato. Para mais informações, ver nota explicativa nº 12.

(g) Impostos e Encargos Incidentes Sobre a Receita

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Jun/2020	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2020	Jan a Jun/2019
Tributos sobre a Receita				
ICMS	272.317	294.464	244.692	259.078
Cofins	290.880	333.256	263.211	300.686
PIS/Pasep	63.377	73.511	57.144	65.280
ISSQN	2.917	3.409	1.294	1.386
	629.491	704.640	566.341	626.430
Encargos do Consumidor				
Reserva Global de Reversão – RGR	7.651	8.737	6.581	7.670
Conta de desenvolvimento energético – CDE	113.587	116.301	113.587	116.301
Proinfa	17.739	26.329	17.739	26.329
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	6.867	7.603	5.525	6.161
Fundo nacional de desen.científico e tecnológico - FNDCT	6.867	7.603	5.525	6.161
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	3.433	3.801	2.763	3.079
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	5.689	5.059	4.549	3.948
Compensação financ. pela utilização de recursos hídricos – CFURH	22.551	16.512	11.647	10.834
	184.384	191.945	167.916	180.483
	813.875	896.585	734.257	806.913

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/2020	Abr a Jun/2019	Abr a Jun/2020	Abr a Jun/2019
Tributos sobre a Receita				
ICMS	129.389	153.722	115.795	134.225
Cofins	130.741	158.620	119.357	141.803
PIS/Pasep	28.383	34.438	25.913	30.786
ISSQN	1.390	1.631	619	592
	289.903	348.411	261.684	307.406
Encargos do Consumidor				
Reserva Global de Reversão – RGR	3.877	4.185	3.347	3.746
Conta de desenvolvimento energético – CDE	56.016	64.520	56.016	64.520
Proinfa	10.023	13.024	10.023	13.024
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	2.369	3.246	1.733	2.547
Fundo nacional de desen.científico e tecnológico - FNDCT	2.369	3.246	1.733	2.547
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	1.184	1.622	868	1.272
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	2.843	2.529	2.272	1.974
Compensação financ. pela utilização de recursos hídricos – CFURH	10.913	6.513	5.551	4.395
	89.594	98.885	81.543	94.025
	379.497	447.296	343.227	401.431

25. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Jun/2020	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2020	Jan a Jun/2019
Pessoal (a)	155.531	168.274	149.536	157.700
Participação dos empregados no resultado	8.037	42.331	7.990	42.282
Obrigações pós-emprego (nota 21)	47.979	42.631	47.979	42.631
Materiais	6.166	10.155	4.026	7.683
Serviços de terceiros (b)	69.754	78.649	50.048	59.075
Depreciação e amortização (1)	104.175	113.935	74.617	79.310
Provisões (c)	55.272	743.008	42.993	735.079
Encargos de uso da rede básica de transmissão	98.288	92.253	72.320	67.052
Energia elétrica comprada para revenda (d)	1.785.145	1.699.161	1.780.952	1.696.797
Custo de construção de infraestrutura de transmissão (e)	74.044	82.989	74.044	82.989
Outros custos e despesas operacionais líquidos (f)	40.008	18.165	25.652	16.878
	2.444.399	3.091.551	2.330.157	2.987.476

(1) Líquido de PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre a amortização do direito de uso, no montante de R\$324 no consolidado e R\$323 na controladora.

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/2020	Abr a Jun/2019	Abr a Jun/2020	Abr a Jun/2019
Pessoal (a)	80.483	77.669	76.232	71.669
Participação dos empregados no resultado	1.838	27.042	1.815	27.053
Obrigações pós-emprego	25.452	20.963	25.452	20.963
Materiais	3.017	4.646	1.800	2.767
Serviços de terceiros (b)	34.852	44.171	24.569	33.116
Depreciação e amortização	51.736	66.813	37.206	40.434
Provisões (c)	23.992	712.897	11.761	712.047
Encargos de uso da rede básica de transmissão	48.854	46.168	35.775	33.806
Energia elétrica comprada para revenda (d)	871.396	916.241	867.560	920.250
Custo de construção de infraestrutura de transmissão (e)	26.846	54.902	26.846	54.902
Outros custos e despesas operacionais líquidos (f)	31.559	11.020	18.625	9.203
	1.200.025	1.982.532	1.127.641	1.926.210

(1) Líquido de PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre a amortização do direito de uso, no montante de R\$160 para consolidado e controladora.

a) Pessoal

Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP) – 2020

Em abril de 2020, a Companhia aprovou o programa de desligamento voluntário programado (PDVP 2020), com período de adesão de 04 a 22 de maio de 2020, sendo elegíveis os empregados que tiverem tempo de serviço na empresa igual ou superior a 25 anos, a completar até 31 de dezembro de 2020. O programa prevê o pagamento das verbas rescisórias legais, 50% do valor do aviso prévio, depósito da multa correspondente a 20% do valor base do FGTS, prêmio adicional de 50% do aviso prévio e do valor equivalente à multa de 20% do FGTS, e demais encargos previstos na legislação. O custo total para o programa corresponde a R\$11.348, representando a adesão de 61 empregados.

Em março de 2019, o montante apropriado na fase de reabertura do PDVP 2019, incluindo as verbas rescisórias, foi de R\$5.854 representando a adesão de 42 empregados.

b) Serviços de Terceiros

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Jun/2020	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2020	Jan a Jun/2019
Comunicação	1.343	1.745	1.094	1.471
Manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos	19.137	18.900	8.442	10.877
Conservação e limpeza de prédios	12.278	13.606	9.852	10.315
Mão de obra contratada	1.525	2.291	1.512	671
Fretes e passagens	487	1.223	486	1.221
Hospedagem e alimentação	1.051	1.703	1.028	1.692
Vigilância	3.530	3.877	2.270	2.660
Consultoria	2.249	2.463	1.959	2.270
Manutenção e conservação de móveis e utensílios	381	446	288	364
Tecnologia da informação	6.708	4.774	5.577	4.113
Manutenção e conservação de veículos	172	181	149	148
Energia elétrica	2.166	1.893	1.825	1.615
Meio ambiente	3.733	5.980	2.877	4.204
Limpeza de faixas	1.772	2.048	1.772	2.036
Serviços de reprografia	1.270	596	731	498
Serviços advocatícios e custas processuais	1.736	2.473	1.555	2.366
Outros	10.216	14.450	8.631	12.554
	69.754	78.649	50.048	59.075

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/2020	Abr a Jun/2019	Abr a Jun/2020	Abr a Jun/2019
Comunicação	439	801	344	644
Manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos	10.293	12.450	4.440	6.772
Conservação e limpeza de prédios	6.185	6.576	4.994	4.985
Mão de obra contratada	860	535	854	305
Fretes e passagens	83	627	83	625
Hospedagem e alimentação	319	937	307	931
Vigilância	1.733	2.021	1.169	1.381
Consultoria	1.208	1.548	1.047	1.447
Manutenção e conservação de móveis e utensílios	184	201	139	163
Tecnologia da informação	2.785	4.244	2.340	3.661
Manutenção e conservação de veículos	82	118	76	96
Energia elétrica	951	896	791	746
Meio ambiente	1.768	2.695	1.286	1.780
Limpeza de faixas	1.220	949	1.220	938
Serviços de reprografia	964	352	487	297
Serviços advocatícios e custas processuais	1.219	886	1.082	814
Outros	4.559	8.335	3.910	7.531
	34.852	44.171	24.569	33.116

c) Provisões (Reversões) Operacionais

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Jun/2020	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2020	Jan a Jun/2019
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (nota 7)	16.297	19.077	4.021	10.453
Perda estimada com partes relacionadas (nota 27) (1)	-	688.031	-	688.031
Provisão (reversão) para contingências (nota 22)				
Trabalhistas	8.409	11.181	8.409	12.042
Cíveis	6	81	6	81
Tributárias	5.053	(720)	5.053	(720)
Regulatórias	167	1.224	167	1.224
Ambientais	2	3	-	-
Outras	2.538	2.185	2.537	2.022
	16.175	13.954	16.172	14.649
	32.472	721.062	20.193	713.133
Varição de valor justo de derivativos				
Opção de venda SAAG (nota 28)	22.800	21.946	22.800	21.946
	55.272	743.008	42.993	735.079

(1) Perdas estimadas sobre os valores a receber da Renova, como resultado de avaliação do risco de crédito da controlada em conjunto.

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/2020	Abr a Jun/2019	Abr a Jun/2020	Abr a Jun/2019
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (nota 7)	12.754	2.379	478	1.686
Perda estimada com partes relacionadas (nota 27) (1)	-	688.031	-	688.031
Provisão (reversão) para contingências (nota 22)				
Trabalhistas	5.763	10.014	5.808	10.022
Cíveis	1	77	1	77
Tributárias	2.463	(384)	2.464	(384)
Regulatórias	62	213	62	213
Ambientais	-	2	-	-
Outras	961	1.627	960	1.464
	9.250	11.549	9.295	11.392
	22.004	701.959	9.773	701.109
Varição de valor justo de derivativos				
Opção de venda SAAG (nota 28)	1.988	10.938	1.988	10.938
	23.992	712.897	11.761	712.047

(1) Perdas estimadas sobre os valores a receber da Renova, como resultado de avaliação do risco de crédito da controlada em conjunto.

d) Energia Elétrica Comprada para Revenda

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Jun/2020	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2020	Jan a Jun/2019
Energia de curto prazo – CCEE	215.980	26.324	212.995	21.794
Energia adquirida no ambiente livre	1.743.809	1.838.169	1.742.145	1.839.648
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(174.644)	(165.332)	(174.188)	(164.645)
	1.785.145	1.699.161	1.780.952	1.696.797

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/2020	Abr a Jun/2019	Abr a Jun/2020	Abr a Jun/2019
Energia de curto prazo – CCEE	55.732	31.637	52.464	28.404
Energia adquirida no ambiente livre	900.703	1.006.355	899.845	1.007.834
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(85.039)	(121.751)	(84.749)	(115.988)
	871.396	916.241	867.560	920.250

e) Custo de Construção da Infraestrutura de Transmissão

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Jun/2020	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2020	Jan a Jun/2019
Pessoal	3.266	4.058	3.266	4.058
Materiais	51.649	48.076	51.649	48.076
Serviços de terceiros	19.084	30.840	19.084	30.840
Outros	45	15	45	15
	74.044	82.989	74.044	82.989

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/2020	Abr a Jun/2019	Abr a Jun/2020	Abr a Jun/2019
Pessoal	2.063	2.259	2.063	2.259
Materiais	19.081	31.392	19.081	31.392
Serviços de terceiros	5.653	21.248	5.653	21.248
Outros	49	3	49	3
	26.846	54.902	26.846	54.902

f) Outros Custos e Despesas Operacionais

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Jun/2020	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2020	Jan a Jun/2019
Arrendamentos e aluguéis (1)	2.085	1.936	1.177	1.547
Propaganda e publicidade	467	432	467	432
Subvenções e doações	112	966	112	920
Despesa concessão onerosa	1.387	1.287	1.382	1.287
Impostos e taxas (IPTU, IPVA e outros)	941	1.393	790	1.114
Anuidade CCEE	1.371	1.457	1.349	1.456
Seguros	6.071	2.444	5.049	1.728
Resultado líquido na desativação e alienação de bens	79	2.770	79	2.770
Perda por redução ao valor recuperável de ativos de contrato (nota 12)	11.175	-	11.175	-
Forluz – Custeio administrativo	3.285	3.104	3.284	3.104
Ajustes referente à desvalorização em investimentos (nota 13)	8.459	-	-	-
Outros	4.576	2.376	788	2.520
	40.008	18.165	25.652	16.878

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/2020	Abr a Jun/2019	Abr a Jun/2020	Abr a Jun/2019
Arrendamentos e aluguéis (1)	976	87	515	(167)
Propaganda e publicidade	305	107	306	107
Despesa concessão onerosa	707	659	704	659
Impostos e taxas (IPTU, IPVA e outros)	616	870	551	843
Anuidade CCEE	699	686	677	686
Seguros	2.935	1.228	2.430	776
Resultado líquido na desativação e alienação de bens	140	871	140	871
Perda por redução ao valor recuperável de ativos de contrato (nota 12)	11.175	-	11.175	-
Forluz – Custeio administrativo	1.667	1.614	1.666	1.615
Ajustes referente à desvalorização em investimentos (nota 13)	8.459	-	-	-
Outros	3.880	4.898	461	3.813
	31.559	11.020	18.625	9.203

(1) Referem-se aos arrendamentos e aluguéis que não se enquadram nos requisitos de reconhecimento da IFRS 16 /CPC 06 (R2), assim como arrendamentos de baixo valor ou prazo inferior a um ano.

26. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	Jan a Jun/2020	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2020	Jan a Jun/2019
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de aplicação financeira	15.375	21.165	8.991	8.814
Acréscimos moratórios sobre venda de energia	4.840	11.553	1.742	3.016
Variação monetária	4.984	8.680	3.038	8.464
Variação monetária/depósitos vinculados a litígios	2.541	5.761	2.446	5.503
Variações cambiais de empréstimos e financiamentos (nota 19)	-	63.904	-	63.904
Ganhos com inst. financeiros derivativos (swap) (nota 28)	1.800.960	613.394	1.800.960	613.394
Encargos de créditos com partes relacionadas	2.680	45.979	-	45.979
Atualização dos créditos de PIS/Pasep e Cofins (nota 8a)	7.859	241.415	7.549	231.551
Outras	16.334	12.517	15.919	11.806
PIS/Pasep e Cofins sobre receitas financeiras	(430)	(10.171)	(1.845)	(9.629)
	1.855.143	1.014.197	1.838.800	982.802
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 19)	(473.701)	(398.641)	(472.565)	(394.309)
Amortização dos custos de transação (nota 19)	(5.982)	(5.784)	(5.982)	(5.784)
Variação monetária – Forluz	(4.922)	(7.599)	(4.922)	(7.599)
Variação monetária – Empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 19)	(13.000)	(30.353)	(7.452)	(26.960)
Variações monetárias	(4.585)	(5.472)	(3.868)	(5.270)
Variações cambiais de empréstimos e financiamentos (nota 19)	(2.167.950)	-	(2.167.950)	-
Variação monetária de arrendamento (nota 16)	(2.677)	(3.740)	(2.619)	(3.660)
Outras	(5.701)	(3.762)	(845)	(1.725)
	(2.678.518)	(455.351)	(2.666.203)	(445.307)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(823.375)	558.846	(827.403)	537.495

	Consolidado		Controladora	
	Abr a Jun/2020	Abr a Jun/2019	Abr a Jun/2020	Abr a Jun/2019
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de aplicação financeira	8.095	12.393	5.448	4.792
Acréscimos moratórios sobre venda de energia	2.794	5.855	1.012	1.472
Variação monetária	2.860	5.127	914	4.918
Variação monetária – Empréstimos, financiamentos e debêntures	4.018	-	6.779	-
Variação monetária/depósitos vinculados a litígios	1.029	2.740	1.004	2.605
Variações cambiais de empréstimos e financiamentos	-	96.751	-	96.751
Ganhos com inst. financeiros derivativos (swap)	486.720	461.083	486.720	461.083
Encargos de créditos com partes relacionadas	2.680	23.315	-	23.315
Atualização dos créditos de PIS/Pasep e Cofins	3.557	241.415	3.417	231.551
Outras	4.806	9.891	4.800	9.675
PIS/Pasep e Cofins sobre receitas financeiras	733	(8.269)	(771)	(7.918)
	517.292	850.301	509.323	828.244
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 19)	(224.291)	(200.177)	(223.711)	(195.845)
Amortização dos custos de transação	(2.995)	(2.907)	(2.995)	(2.907)
Variação monetária – Forluz	(999)	(4.153)	(999)	(4.153)
Variação monetária – Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	(12.899)	-	(13.612)
Variações monetárias	(2.212)	(2.729)	(2.020)	(2.626)
Variações cambiais de empréstimos e financiamentos	(415.950)	-	(415.950)	-
Variação monetária de arrendamento	(1.313)	(2.023)	(1.286)	(1.984)
Outras	(3.234)	(1.207)	(442)	(577)
	(650.994)	(226.095)	(647.403)	(221.704)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(133.702)	624.206	(138.080)	606.540

27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações consolidados com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019	Jan a Jun/2020	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2020	Jan a Jun/2019
CEMIG								
Circulante								
Prestação de serviços	-	-	-	-	-	936	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos	-	-	781.769	781.769	-	-	-	-
Não circulante								
Mútuo partes relacionadas (1)	-	-	-	-	-	14.847	-	-
Controlada em conjunto								
Madeira Energia								
Circulante								
Operações com energia elétrica (2)	2.174	5.745	90.277	57.860	13.014	33.087	(450.420)	(331.154)
Aliança Geração								
Circulante								
Operações com energia elétrica (2)	-	-	7.270	6.002	266	249	(39.782)	(38.016)
Prestação de serviço	314	626	-	-	2.198	4.728	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos	-	103.033	-	-	-	-	-	-
Contingências (3)	-	-	32.088	32.088	-	-	-	-
Norte Energia								
Circulante								
Operações com energia elétrica (2)	2.445	-	-	-	13.859	9.199	-	-
Adiantamento de entrega futura de energia (4)	20.150	40.081	-	-	-	-	(19.931)	-
Baguari Energia								
Circulante								
Prestação de serviço (5)	211	-	-	-	559	466	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos	10.640	-	-	-	-	-	-	-
Lightger								
Circulante								
Operações com energia elétrica (2)	-	-	2.154	1.541	-	-	(11.599)	(9.178)
Juros sobre capital próprio e dividendos	1.729	-	-	-	-	-	-	-
Retiro Baixo								
Circulante								
Juros sobre capital próprio e dividendos	6.474	6.474	-	-	-	-	-	-
Hidrelétrica Pipoca								
Circulante								
Operações com energia elétrica (2)	-	-	1.816	1.387	-	-	(9.582)	(8.047)
Hidrelétrica Cachoeirão								
Circulante								
Juros sobre capital próprio e dividendos	7.349	2.536	-	-	-	-	-	-
Renova								
Não circulante								
Contas a receber (6)	-	-	-	-	-	93.708	-	688.031
Light								
Circulante								
Operações com energia elétrica (2)	336	312	-	1.206	31.425	30.860	-	(2.394)
TAESA								
Circulante								
Operações com energia elétrica (2)	-	-	1.137	1.255	-	-	(6.238)	(6.781)
Prestação de serviço (5)	174	170	-	-	295	299	-	-
Hidrelétrica Itaocara								
Circulante								
Ajuste para perdas (7)	-	-	22.153	21.809	-	-	-	-
Outras Partes Relacionadas								
Cemig Distribuição								
Circulante								
Convênio de cooperação (8)	791	1.669	-	-	791	4.058	-	-
Operações com energia elétrica (2)	25.941	29.655	931	507	139.475	128.005	(13.357)	(12.683)

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019	Jan a Jun/2020	Jan a Jun/2019	Jan a Jun/2020	Jan a Jun/2019
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e equivalentes	203.855	18.282	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	1.033.203	372.601	-	-	8.680	5.201	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	79.182	916	-	-	-	-	-	-
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações pós-emprego (9)	-	-	37.807	32.775	-	-	(21.660)	(20.697)
Contribuições para suplementação de aposentadoria - plano de contribuição definitiva (10)	-	-	-	-	-	-	(9.524)	(10.240)
Custeio administrativo (11)	-	-	-	-	-	-	(3.284)	(3.104)
Arrendamento operacional (12)	36.853	40.125	6.764	9.479	-	-	(5.674)	(7.686)
Não circulante								
Obrigações pós-emprego (9)	-	-	594.027	590.465	-	-	-	-
Arrendamento operacional (12)	-	-	32.027	32.124	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de saúde e odontológico (13)	-	-	30.969	29.422	-	-	(26.336)	(25.004)
Não circulante								
Plano de saúde e odontológico (13)	-	-	666.411	656.424	-	510.018	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

- Refere-se ao juros de 125,52% do CDI do contrato de mútuo firmado entre a Companhia e sua controladora Cemig no montante de R\$400.000, findo em julho de 2019;
- As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme previsto no art. 28, §3º, I, da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016. Já as operações de transporte de energia elétrica são realizadas pelas transmissoras e decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema (ONS);
- Refere-se ao conjunto de valores de processos realizados e de processos provisionados oriundos do acordo realizado entre Aliança Geração, Vale S.A. e Cemig. A ação está provisionada ao custo de R\$98 milhões, cabendo à Cemig o valor de R\$32 milhões;
- Refere-se à antecipação de pagamentos de Compra e Venda de Energia Elétrica feita em 2019 à Norte Energia S.A., estabelecida por meio de Leilão, sendo o contrato registrado na CCEE. A Norte entregará a energia contratada à Cemig até 31/12/2020, com início em 01/01/2020. Até 30 de junho de 2020, o montante de energia entregue alcança R\$19.931. O saldo remanescente do adiantamento em 30 de junho de 2020 é de R\$20.150. Não há previsão de atualização financeira para o contrato;
- Referem-se a contratos de prestação de serviços de operação e manutenção de usinas e redes de transmissão;
- Conforme mencionado na nota explicativa nº 13 (c), em junho de 2019, face às incertezas relacionadas à continuidade da Renova, a Cemig efetuou uma avaliação do risco de crédito e reconheceu como perda a totalidade das contas a receber com essa controlada em conjunto no montante total de R\$688 milhões;
- Foi reconhecido um passivo correspondente à participação da Companhia no Capital Social da Hidrelétrica Itaocara em função de seu Patrimônio Líquido negativo (vide nota explicativa nº 13);
- Convênio de Cooperação Técnica entre Cemig, Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão instituído pelo Despacho Aneel 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;
- Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, mais juros de 6% ao ano e serão amortizados até o exercício de 2031 (vide nota explicativa nº 21);
- Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
- Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade à legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- Aluguel das sedes administrativas da Companhia com vigência até novembro de 2020 (Edifício Aureliano Chaves, podendo ser prorrogado a cada 5 anos, até 2035) e agosto de 2024 (Edifício Júlio Soares, podendo ser prorrogado a cada 5 anos, até 2034), reajustado anualmente pelo IPCA, tendo seus preços revisados a cada 60 meses. Com objetivo de reduzir os custos com instalações, em novembro de 2019, a Cemig realizou a devolução parcial do edifício Aureliano Chaves para a Forluz. A Cemig reitera que ainda está em processo de negociação com a Forluz para a devolução de mais andares do edifício Aureliano Chaves com o intuito de adequar os gastos com aluguel das sedes administrativas à nova realidade orçamentária da Companhia;
- Obrigações pós-emprego relativas ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide nota explicativa nº 21).

Dividendos a receber

Dividendos a receber	Consolidado		Controladora	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Sá Carvalho S.A.	-	-	17.424	-
Cemig Geração Três Marias S.A.	-	-	2.624	-
Cemig Geração Itutinga S.A.	-	-	7.823	-
Cemig Geração Camargos S.A.	-	-	2.078	-
Cemig Geração Sul S.A.	-	-	7.248	-
Cemig Geração Leste S.A.	-	-	6.927	-
Cemig Geração Oeste S.A.	-	-	903	-
Horizontes Energia S.A.	-	-	1.853	-
Rosal Energia S.A.	-	-	12.035	-
Cemig PCH S.A.	-	-	6.197	-
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.	-	-	138	-
Cemig Geração Poço Fundo S.A. (1)	-	-	294	294
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada S.A.	-	-	791	-
Cemig Trading S.A.	-	-	255	-
Aliança Geração de Energia S.A.	-	103.033	-	103.033
Outras	26.192	9.010	26.192	9.010
	26.192	112.043	92.782	112.337

(1) Foi aprovada, em AGE realizada em 29 de agosto de 2019, reforma do Estatuto Social da controlada, alterando sua denominação e seu objeto sociais. Com a alteração, a Usina Termelétrica Barreiro S.A. passou a se denominar Cemig Geração Poço Fundo S.A..

Aplicações em fundo de investimento – FIC Pampulha

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários”, no ativo circulante e não circulante em 30 de junho de 2020, proporcionalmente à participação da Companhia no fundo.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas, no fundo de investimento, estão descritas abaixo:

Emissor do título	Tipo	Condições contratuais anuais	Vencimento	30/06/2020			31/12/2019		
				Cemig GT 19,81%	Demais controladas 11,79%	Total (consolidado) 31,59%	Cemig GT 5,16%	Demais controladas 9,86% (1)	Total (consolidado) 15,02%
Gasmig	Nota promissória	107,00% do CDI	25/09/2020	2.045	1.217	3.262	523	998	1.521
				2.045	1.217	3.262	523	998	1.521

Remuneração do pessoal chave da administração

Os custos totais com o pessoal chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 30 de junho de 2020 e 30 de junho de 2019 são demonstrados na tabela abaixo:

	Jan a Jun/2020	Jan a Jun/2019
Remuneração	1.373	1.577
Participação nos resultados	351	542
Benefícios assistenciais	96	177
	1.820	2.296

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas, são como segue:

	Nível	30/06/2020		31/12/2019	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado (1)					
Títulos e valores mobiliários	2	244.567	244.567	46.727	46.727
Consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia	2	935.366	935.366	1.135.038	1.135.038
Fundos vinculados	2	14.866	14.866	11.059	11.059
Depósitos vinculados a litígios	2	168.755	168.755	364.277	364.277
Bonificação pela outorga – Concessões de geração	3	2.482.994	2.482.994	2.468.216	2.468.216
Indenizações a receber – Transmissão	3	1.265.445	1.265.445	1.280.652	1.280.652
		5.111.993	5.111.993	5.305.969	5.305.969
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa – Aplicações financeiras		244.434	244.434	202.964	202.964
Títulos e valores mobiliários					
Letras financeiras – Bancos	2	607.890	607.890	279.547	279.547
Letras financeiras do Tesouro	1	260.004	260.004	47.268	47.268
Debêntures	2	-	-	52	52
		1.112.328	1.112.328	529.831	529.831
Instrumentos financeiros derivativos (operações de Swap)	3	3.281.491	3.281.491	1.690.944	1.690.944
Indenizações a receber – Geração	3	816.202	816.202	816.202	816.202
		4.097.693	4.097.693	2.507.146	2.507.146
		10.322.014	10.322.014	8.342.946	8.342.946
Passivos					
Custo amortizado (1)					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2	(9.564.288)	(9.564.288)	(7.886.783)	(7.886.783)
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz)	2	(124.867)	(124.867)	(128.172)	(128.172)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão - Forluz	2	(121.490)	(121.490)	(124.499)	(124.499)
Concessões a pagar	3	(20.205)	(20.205)	(19.692)	(19.692)
Fornecedores	2	(377.972)	(377.972)	(422.312)	(422.312)
Operações de arrendamento mercantil	2	(48.729)	(48.729)	(55.059)	(55.059)
		(10.257.551)	(10.257.551)	(8.636.517)	(8.636.517)
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos (opções de venda)	3	(505.641)	(505.641)	(482.841)	(482.841)
		(10.763.192)	(10.763.192)	(9.119.358)	(9.119.358)

(1) Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, os saldos contábeis refletem os valores justos dos instrumentos financeiros.

No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas mensuram seus ativos e passivos financeiros a valor justo e os classifica conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas que os participantes do mercado utilizariam ao precificar um ativo ou passivo, presumindo-se que ajam no seu melhor interesse econômico. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** – Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação ou apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções, desde que todas as variáveis relevantes deste modelo se baseiem em dados de mercado observáveis. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados e outras técnicas de avaliação, como a mensuração ao valor novo de reposição (VNR).

Para os ativos e passivos reconhecidos ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferência entre os níveis da hierarquia, reavaliando a categorização definida.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Ativos Financeiros da Concessão Transmissão – Ativos remunerados por tarifa: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos pelo poder concedente, com base no valor justo dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão, bem como o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) utilizado pelo poder concedente, que reflete o retorno da concessionária sobre as operações de concessão. As taxas de VNR e WACC são informações públicas divulgadas pelo Poder Concedente e pela Companhia, respectivamente. A movimentação dos ativos financeiros da concessão está demonstrada na nota explicativa nº 11 destas informações contábeis intermediárias.

Indenizações a receber – Geração: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos a serem indenizados em função do término da concessão.

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do investimento, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de investimentos similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Instrumentos Financeiros Derivativos: Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia referem-se a opções de venda e operações de *swap* para proteção de dívidas.

Operações de *swap*: o cálculo do valor justo das operações de *swap* foi elaborado considerando que o valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento, trazido a valor presente pelo fator de desconto, obtido a partir da curva de juros de mercado, em Reais.

Opções de venda: as opções de venda de cotas do Fip Melbourne e Fip Malbec (“PUT SAAG”) foram mensurados pelo valor justo mediante a utilização do método *Black-Scholes-Merton* (BSM). O valor justo dessas opções foi calculado pelo montante do preço de exercício estimado na data de vencimento da opção deduzido do valor justo das ações objeto da opção de venda, também estimado na data do exercício da opção, trazidos a valor presente na data das informações contábeis intermediárias.

A movimentação das opções de venda e outras informações sobre os instrumentos derivativos estão demonstradas no item “b) Instrumentos Financeiros Derivativos”, desta nota explicativa.

Outros passivos financeiros

A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus empréstimos, financiamentos e debêntures utilizando a taxa de 140,97% da variação do CDI, com base nas últimas captações. Para os empréstimos, financiamentos e debêntures e para a dívida pactuada com a Forluz, com taxas anuais entre IPCA + 6,00% a 8,07%, CDI + 0,55% a 1,09%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente equivalente ao contábil.

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

Opção de Venda SAAG

Foram assinados, entre a Companhia e as entidades de previdência complementar, que participam da estrutura de investimentos da SAAG, (estrutura composta por FIP Melbourne, Parma Participações S.A. e FIP Malbec, em conjunto “Estrutura de Investimento”), Contratos de Outorga de Opção de Venda de Cotas dos Fundos que compõe a Estrutura de Investimento (“Opções de Venda”), que poderão ser exercidas, a critério das entidades de previdência complementar, no 84º mês a partir de junho de 2014. O preço de exercício das Opções de Venda será correspondente ao valor investido por cada entidade de previdência complementar na Estrutura de Investimento, atualizado *pro rata temporis*, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido da taxa de 7% ao ano, deduzidos os dividendos e juros sobre capital pagos pela SAAG às entidades de previdência complementar. Esta opção foi considerada instrumento derivativo, contabilizada pelo seu valor justo por meio dos resultados.

A Companhia utiliza para a mensuração do valor justo da opção de venda da SAAG o modelo *Black-Scholes-Merton* (“BSM”). Foi considerado como hipótese de que os dispêndios futuros do FIP Malbec e FIP Melbourne são imateriais, de modo que as opções são avaliadas como participações diretas na MESA. Contudo, nem SAAG e nem MESA são negociadas em bolsa de valores, de forma que algumas adaptações são necessárias para cálculo do preço do ativo objeto e de sua volatilidade para aplicação do modelo BSM. O preço de fechamento da ação da MESA em 30 de junho de 2020 é auferido via *Free Cash Flow to Equity* (FCFE), com sua equivalência em participação indireta detidas pelos FIPs. A volatilidade, por sua vez, é mensurada como uma média da volatilidade histórica (hipótese de que a série da diferença dos retornos capitalizados em tempo contínuo segue uma distribuição normal) de empresas comparáveis do setor de geração de energia elétrica com ações negociadas na Bovespa.

Com base nos estudos realizados, encontra-se registrado nestas informações contábeis intermediárias um passivo no valor de R\$505.641 (R\$482.841 em 31 de dezembro de 2019), referente à diferença entre o valor justo estimado para os ativos em relação ao preço de exercício.

A movimentação do valor das opções é como segue:

	Consolidado e Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2018	419.148
Variação do valor justo	21.946
Saldo em 30 de junho de 2019	441.094
Saldo em 31 de dezembro de 2019	482.841
Variação do valor justo	22.800
Saldo em 30 de junho de 2020	505.641

A Companhia efetuou uma análise de sensibilidade do preço de exercício da opção variando a taxa de juros livre de risco e a volatilidade, mantendo-se todas as demais variáveis do modelo constantes. Nesse contexto, utilizou-se cenários de taxa de juros livre de risco de -0,89% a 3,11% ao ano e volatilidade entre 0,08 e 0,68 ao ano, resultando em estimativas de preço mínimo e máximo da opção de venda de R\$494.765 e R\$516.740, respectivamente.

Essa opção de venda de investimentos tem potencialmente o poder de diluir os resultados por ação básicos no futuro, entretanto, não provocou diluição no lucro por ação nos períodos apresentados.

Operações de Swap

Considerando que parte dos empréstimos e financiamentos da Companhia é denominada em moeda estrangeira, ela se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (operações de “swap”) para proteção do serviço associado a estas dívidas (principal mais juros).

Os instrumentos financeiros derivativos contratados têm o propósito de proteger as operações contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no balanço patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos. Os resultados líquidos nestas operações representam um ajuste positivo, em 30 de junho de 2020, no montante de R\$1.800.960 (ajuste positivo de R\$613.394 em 30 de junho de 2019), registrado no resultado financeiro.

As contrapartes das operações de derivativos são os Bancos Bradesco, Itaú, Goldman Sachs e BTG Pactual. A controladora Cemig é garantidora desses instrumentos derivativos contratados pela Companhia.

O quadro a seguir apresenta os instrumentos derivativos em vigor em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019:

Direito da Companhia (1)	Obrigação da Companhia (1)	Período de vencimento	Mercado de negociação	Valor principal contratado (2)	Ganho/(Perda) não realizado		Ganho/(Perda) não realizado	
					Valor conforme contrato em 30/06/2020	Valor justo em 30/06/2020	Valor conforme contrato em 31/12/2019	Valor justo em 31/12/2019
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.)	R\$ 150,49% do CDI	Juros: Semestrais Principal: dez/2024	Balcão	US\$1.000.000	1.774.001	2.330.216	813.535	1.235.102
US\$ variação cambial + Taxa (9,25% a.a.)	R\$ 125,52% do CDI	Juros: Semestrais Principal: dez/2024	Balcão	US\$500.000	588.717	951.275	108.532	455.842
					2.362.718	3.281.491	922.067	1.690.944
Ativo circulante						589.555		234.766
Ativo não circulante						2.691.936		1.456.178

- (1) Para a emissão original de US\$1 bilhão em Eurobonds, realizada em dezembro de 2017, foi contratada uma combinação de *Call Spread* do principal, com piso em R\$3,25/US\$ e teto em R\$5,00/US\$ e *swap* da totalidade dos juros, com troca do cupom de 9,25% a.a. por taxa média equivalente a 150,49% do CDI. Para a emissão adicional de US\$500 milhões em Eurobonds, realizada em julho de 2018, foi contratada uma combinação de *Call Spread* do principal, com piso em R\$3,85/US\$ e teto em R\$5,00/US\$ e *swap* da totalidade dos juros, com troca do cupom de 9,25% a.a. por taxa média equivalente a 125,52% do CDI.
- (2) Em milhares de dólares americanos (US\$).

A Companhia utiliza uma metodologia de marcação a mercado para mensuração do instrumento financeiro derivativo de proteção dos Eurobonds, em conformidade com as práticas de mercado. Os principais indicadores para mensurar o valor justo do *Swap* são as curvas de mercado de taxas DI e o dólar futuro negociados no mercado futuro da B3. Para precificar a *Call Spread* (opções) é utilizado o modelo *Black & Scholes* que tem como parâmetro, dentre outros, a volatilidade do dólar, mensurada com base no seu histórico de 2 anos.

O valor justo apurado em 30 de junho de 2020 foi de R\$3.281.491 (R\$1.690.944 em 31 de dezembro de 2019), que seria uma referência caso a Companhia efetuasse a liquidação do derivativo em 30 de junho de 2020, porém os contratos de *swap* protegem o fluxo de caixa da empresa até o vencimento dos *bonds* em 2024 e representam o saldo contratual (*accrual*) de R\$2.362.718 em 30 de junho de 2020 (R\$922.067 em 31 de dezembro de 2019).

A Companhia está exposta ao risco de mercado em função da contratação desse instrumento derivativo, sendo o seu resultado impactado pela alteração da taxa de juros e/ou da taxa de câmbio futuros. Com base nas curvas de juros e dólar futuro, a Companhia estima que em um cenário provável o seu resultado seria afetado pelos instrumentos derivativos (*swap* e *call spread*), ao fim do período contábil, em R\$1.736.780 referente à opção (*call spread*) e R\$1.375.980 referentes ao *swap*, totalizando R\$3.112.759.

A Companhia mensurou os efeitos em seu resultado da redução do valor justo estimado partindo do cenário provável, sensibilizando a variação das taxas futuras de juros e dólar, bem como da volatilidade, em 25% e 50%, conforme demonstrado a seguir:

Controladora e Consolidado	Cenário base 30/06/2020	Cenário provável	Cenário possível depreciação cambial e apreciação de juros 25%	Cenário remoto depreciação cambial e apreciação de juros 50%
<i>Swap</i> ponta ativa	7.356.512	6.942.340	6.044.964	5.188.489
<i>Swap</i> ponta passiva	(5.658.748)	(5.566.361)	(5.652.379)	(5.734.539)
Opção/ <i>Call Spread</i>	1.583.727	1.736.780	1.098.137	396.154
Instrumento derivativo de hedge	3.281.491	3.112.759	1.490.722	(149.896)

O valor justo foi estimado aplicando-se os mesmos métodos de mensuração utilizados na marcação a mercado do instrumento derivativo descritos acima.

c) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos Corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de governança corporativa e alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia monitora o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando, quando necessário, estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, as quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia e suas controladas estão relacionados a seguir:

Risco de Taxa de Juros

A Companhia e suas controladas estão expostas aos riscos de redução das taxas de juros nacionais, em função de ter mais ativos que passivos indexados à variação das taxas de juros, conforme segue:

Exposição da Companhia às taxas de juros nacionais	Consolidado		Controladora	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Ativos				
Equivalentes de caixa - CDI (nota 5)	244.434	202.964	159.644	133.705
Títulos e valores mobiliários - CDI/Selic (nota 6)	1.112.461	373.594	697.423	128.490
Fundos vinculados – CDI	14.866	11.059	13.952	11.019
	1.371.761	587.617	871.019	273.214
Passivos				
Empréstimos, financiamentos e debêntures - CDI (nota 19)	(433.289)	(578.067)	433.289	578.067
Empréstimos, financiamentos e debêntures - TJLP (nota 19)	(184.910)	(178.226)	-	-
	(618.199)	(756.293)	433.289	578.067
Ativo (Passivo) líquido exposto	753.562	(168.676)	1.304.308	851.281

Análise de sensibilidade

A Companhia e suas controladas estimam que, em um cenário provável, em 30 de junho de 2021, a taxa Selic será de 2,00% e a taxa TJLP será de 4,61%. A Companhia e suas controladas fizeram uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma redução nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável. A taxa CDI acompanha a taxa Selic.

Risco – Redução nas taxas de juros nacionais Consolidado	30/06/2020	30/06/2021		
	Valor Contábil	Cenário Provável Selic 2,00% TJLP 4,61%	Cenário Possível - 25% Selic 1,50% TJLP 3,46%	Cenário Remoto - 50% Selic 1,00% TJLP 2,31%
Ativos				
Equivalentes de caixa - Aplicações (nota 5)	244.434	249.323	248.101	246.878
Títulos e valores mobiliários (nota 6)	1.112.461	1.134.710	1.129.148	1.123.586
Fundos vinculados	14.866	15.163	15.089	15.015
	1.371.761	1.399.196	1.392.338	1.385.479
Passivos				
Empréstimos, financiamentos e debêntures - CDI (nota 19)	(433.289)	(441.955)	(439.788)	(437.622)
Empréstimos, financiamentos e debêntures - TJLP (nota 19)	(184.910)	(193.434)	(191.308)	(189.181)
	(618.199)	(635.389)	(631.096)	(626.803)
Ativo líquido exposto	753.562	763.807	761.242	758.676
Efeito líquido da variação das taxas de juros		10.245	7.680	5.114

Risco de Inflação

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de redução da inflação em função de ter mais ativos que passivos indexados à variação dos indicadores de inflação, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da companhia à inflação	Consolidado		Controladora	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Ativos				
Geração – Bonificação de outorga - IPCA (nota 11)	2.482.994	2.468.216	-	-
Transmissão - Indenização a receber - IPCA (nota 11)	1.265.445	1.280.652	1.265.445	1.280.652
	3.748.439	3.748.868	1.265.445	1.280.652
Passivos				
Empréstimos, financiamentos e debêntures - IPCA (nota 19)	(728.453)	(1.105.466)	(728.453)	(1.105.466)
Dívida pactuada com fundo de pensão - Forluz (nota 21)	(124.867)	(128.172)	(124.867)	(128.172)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão - Forluz (nota 21)	(121.490)	(124.499)	(121.490)	(124.499)
	(974.810)	(1.358.137)	(974.810)	(1.358.137)
Ativo (Passivo) líquido exposto	2.773.629	2.390.731	290.635	(77.485)

Análise de sensibilidade

A Companhia e suas controladas estimam que, em um cenário provável, em 30 de junho de 2021, a taxa IPCA será de 3,00%. No que se refere ao risco de redução da inflação, a Companhia e suas controladas fizeram uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma redução nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável.

Risco - Redução da inflação Consolidado	30/06/2020	30/06/2021		
	Valor Contábil	Cenário Provável IPCA 3,00%	Cenário Possível - 25% IPCA 2,25%	Cenário Remoto - 50% IPCA 1,50%
Ativos				
Geração - Bonificação de outorga - IPCA (nota 11)	2.482.994	2.557.484	2.538.861	2.520.239
Transmissão - Indenização a receber - IPCA (nota 11)	1.265.445	1.303.408	1.293.918	1.284.427
	3.748.439	3.860.892	3.832.779	3.804.666
Passivos				
Empréstimos, financiamentos e debêntures - IPCA (nota 19)	(728.453)	(750.307)	(744.843)	(739.380)
Dívida pactuada c/fundo de pensão - Forluz (nota 21)	(124.867)	(128.613)	(127.677)	(126.740)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão - Forluz (nota 21)	(121.490)	(125.135)	(124.224)	(123.312)
	(974.810)	(1.004.055)	(996.744)	(989.432)
Ativo líquido exposto	2.773.629	2.856.837	2.836.035	2.815.234
Efeito líquido da variação da inflação		83.208	62.406	41.605

Risco de taxas de câmbio

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, com impacto em empréstimos e financiamentos e no fluxo de caixa, cuja exposição líquida é como segue:

Exposição às taxas de câmbio	Consolidado e Controladora			
	30/06/2020		31/12/2019	
	Moeda Estrangeira	R\$	Moeda Estrangeira	R\$
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e financiamentos (nota 19)	(1.511.336)	(8.276.075)	(1.511.336)	(6.091.742)
(Passivo) líquido exposto		(8.276.075)		(6.091.742)

Análise de sensibilidade

A Companhia, com base em seus consultores financeiros, estima que, em um cenário provável, a variação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real, em 30 de junho de 2021, será uma redução de 8,69% para o dólar (R\$5,00). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de depreciação cambial do Real de 25% e 50% em relação ao cenário provável.

Risco - Exposições cambiais	30/06/2020	30/06/2021		
	Valor Contábil	Cenário Provável Dólar 5,00	Cenário Possível + 25% Dólar 6,25	Cenário Remoto + 50% Dólar 7,50
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e financiamentos (nota 19)	(8.276.075)	(7.556.679)	(9.445.849)	(11.335.019)
(Passivo) líquido exposto	(8.276.075)	(7.556.679)	(9.445.849)	(11.335.019)
Efeito líquido da variação cambial		719.396	(1.169.774)	(3.058.944)

Ressalta-se que a Companhia contratou operação de *swap* para substituição da exposição ao dólar norte-americano pela variação do CDI, conforme descrito em mais detalhes no tópico “Operações de *Swap*” desta nota explicativa.

Risco de Liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez por meio de um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem a princípios rígidos para controle dos riscos operacionais, de crédito e liquidez, estabelecidos em Política de Aplicações, aderente às necessidades de fluxo de caixa das empresas. Essas aplicações financeiras são realizadas em fundos de investimentos exclusivos do grupo econômico Cemig ou diretamente em CDBs e operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, grau de alavancagem, exposições e patrimônio líquido. Busca, também, retorno por meio do alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

Qualquer redução nos *ratings* da Companhia pode ter como consequência uma redução na habilidade de obter novos financiamentos e também dificultar ou tornar mais oneroso o refinanciamento das dívidas vincendas. Nessas condições, qualquer financiamento ou refinanciamento da dívida da Companhia poderia ter taxas de juros mais altas e requereria o atendimento de cláusulas restritivas mais onerosas, o que poderia, adicionalmente, causar restrições nas operações dos negócios.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia com fornecedores, dívidas pactuadas com fundo de pensão, empréstimos, financiamentos e debêntures, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, podem ser observados na tabela a seguir:

Consolidado	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos financeiros à taxa de juros:						
Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	53.926	70.908	1.543.222	8.784.832	-	10.452.888
Concessões a pagar	234	462	2.021	9.060	12.515	24.292
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz)	2.718	5.445	24.897	105.835	-	138.895
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz)	1.212	2.431	28.180	47.523	130.853	210.199
	58.090	79.246	1.598.320	8.947.250	143.368	10.826.274
Pré-fixadas						
Fornecedores	374.298	3.621	53	-	-	377.972
	432.388	82.867	1.598.373	8.947.250	143.368	11.204.246

Controladora	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à taxa de juros:						
Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	43.425	49.820	1.447.632	8.721.963	-	10.262.840
Concessões a pagar	234	462	2.021	9.060	12.515	24.292
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz)	2.718	5.445	24.897	105.835	-	138.895
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz)	1.212	2.431	28.180	47.523	130.853	210.199
	47.589	58.158	1.502.730	8.884.381	143.368	10.636.226
Pré-fixadas						
Fornecedores	357.708	743	8	-	-	358.459
	405.297	58.901	1.502.738	8.884.381	143.368	10.994.685

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizam o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

O saldo das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa em 30 de junho de 2020, avaliado como adequado em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia e suas controladas, foi de R\$63.484.

A Companhia administra o risco de perdas advindas de insolvência de instituições financeiras com base em uma política interna, que vigora desde 2004.

Essa política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco sistêmico relacionados às condições macroeconômicas e regulamentares, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza aplicações financeiras que incorporem risco de volatilidade em suas demonstrações contábeis intermediárias.

Como instrumento de gestão, a Companhia divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. *Rating* de três agências de riscos;
2. Patrimônio líquido mínimo igual ou superior a R\$400 milhões;
3. Índice de Basileia um ponto percentual acima do mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, de acordo com o valor do seu patrimônio líquido, segregando-se em categoria específica aqueles cujo risco de crédito é o próprio governo federal. A partir desta classificação, são estabelecidos os limites de crédito, conforme tabela abaixo:

Grupo	Patrimônio Líquido	Limite por Banco (% do PL) (1)
Risco federal (RF)	-	10%
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Entre 6% e 9%
A2	Entre R\$1,0 bilhão e R\$3,5 bilhões	Entre 5% e 8%
A3	Entre R\$400 milhões e R\$1,0 bilhão	Entre 0% e 7%

(1) O percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

A Companhia estabelece também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo Cemig;
2. Os bancos dos grupos “Risco federal” e “A1” deverão concentrar no mínimo 50% do total dos recursos disponíveis.

Pandemia Covid-19 – Riscos e incertezas relacionados aos negócios da Cemig

A avaliação da Companhia sobre os riscos e potenciais impactos do COVID 19 encontram-se apresentados na nota 1.1..

Risco Hidrológico

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios dessas usinas, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou a redução de receitas devido à queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica.

Risco de Antecipação do Vencimento de Dívidas

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas (“*covenants*”) normalmente aplicáveis a esse tipo de operação, relacionadas ao atendimento de índice financeiro. O não atendimento destas cláusulas pode implicar na aceleração do vencimento da dívida.

Em 30 de junho de 2020, a Companhia encontra-se adimplente com a totalidade de suas obrigações restritivas atreladas a índices financeiros com exigibilidade de cumprimento semestral, anual e permanente, exceto pelo descumprimento de “Covenant” não financeiro dos contratos de empréstimos junto a CEF das controladas Central Eólica Praias de Parajuru e Central Eólica Volta do Rio. Mais detalhes na nota explicativa nº 19.

d) Administração de capital

As comparações do passivo líquido consolidado da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido são apresentadas a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Total do passivo	14.342.395	12.526.851	13.939.311	12.103.086
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	(248.567)	(211.608)	(160.665)	(136.208)
(-) Títulos e valores mobiliários (nota 6)	(1.033.279)	(372.678)	(647.784)	(128.175)
Passivo líquido	13.060.549	11.942.565	13.130.862	11.838.703
Total do patrimônio líquido	5.501.175	5.136.201	5.501.175	5.136.201
Relação passivo líquido sobre patrimônio líquido	2,37	2,40	2,39	2,33

29. SEGMENTOS OPERACIONAIS

Os segmentos operacionais da Companhia e suas controladas refletem sua gestão e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados, e estão alinhados com o marco regulatório do setor elétrico brasileiro.

A Companhia atua no segmento de geração e transmissão enquanto que suas controladas atuam apenas no segmento de geração e comercialização.

As informações por segmento referentes aos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2020 e 30 de junho 2019 estão apresentadas a seguir:

DESCRIÇÃO	30/06/2020			
	Geração	Transmissão	Comercialização	Total
ATIVO	16.393.583	3.341.214	108.773	19.843.570
INVESTIMENTOS EM COLIGADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO	4.020.667	-	-	4.020.667
ADIÇÕES AO SEGMENTO	64.372	74.044	-	138.416
RECEITA LÍQUIDA	2.994.897	747.481	47.316	3.789.694
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA				
Energia de uso da rede básica de transmissão	(98.288)	-	-	(98.288)
Energia elétrica comprada para revenda	(1.785.145)	-	-	(1.785.145)
	(1.883.433)	-	-	(1.883.433)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS				
Pessoal	(96.634)	(58.803)	(94)	(155.531)
Participação dos empregados no resultado	(5.048)	(2.989)	-	(8.037)
Obrigações pós emprego	(25.746)	(22.233)	-	(47.979)
Materiais	(4.296)	(1.870)	-	(6.166)
Serviços de terceiros	(50.225)	(19.408)	(121)	(69.754)
Depreciação e amortização	(101.627)	(2.548)	-	(104.175)
Provisões	(37.305)	(17.967)	-	(55.272)
Custo de construção de infraestrutura de transmissão	-	(74.044)	-	(74.044)
Outros custos e despesas operacionais líquidos	(33.877)	(6.122)	(9)	(40.008)
	(354.758)	(205.984)	(224)	(560.966)
CUSTOS E DESPESAS TOTAIS	(2.238.191)	(205.984)	(224)	(2.444.399)
Resultado de equivalência patrimonial	(2.395)	-	-	(2.395)
Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos	754.311	541.497	47.092	1.342.900
Receitas financeiras	1.676.616	176.178	2.349	1.855.143
Despesas financeiras	(2.418.034)	(260.481)	(3)	(2.678.518)
Resultado antes dos impostos	12.893	457.194	49.438	519.525
Imposto de renda e contribuição social	(4.803)	(143.632)	(6.116)	(154.551)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	8.090	313.562	43.322	364.974

DESCRIÇÃO	30/06/2019			
	Geração	Transmissão	Comercialização	Total
ATIVO (1)	14.721.374	2.875.681	65.997	17.663.052
INVESTIMENTOS EM COLIGADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO (1)	4.041.565	-	-	4.041.565
ADIÇÕES AO SEGMENTO	56.139	82.989	-	139.128
RECEITA LÍQUIDA	3.804.656	329.457	63.460	4.197.573
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA				
Energia de uso da rede básica de transmissão	(92.253)	-	-	(92.253)
Energia elétrica comprada para revenda	(1.699.161)	-	-	(1.699.161)
	(1.791.414)	-	-	(1.791.414)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS				
Pessoal	(108.064)	(60.092)	(118)	(168.274)
Participação dos empregados no resultado	(24.743)	(17.588)	-	(42.331)
Obrigações pós emprego	(24.447)	(18.184)	-	(42.631)
Materiais	(8.020)	(2.135)	-	(10.155)
Serviços de terceiros	(58.087)	(20.422)	(140)	(78.649)
Depreciação e amortização	(111.236)	(2.699)	-	(113.935)
Provisões	(733.227)	(9.781)	-	(743.008)
Custo de construção de infraestrutura de transmissão	-	(82.989)	-	(82.989)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	(10.605)	(7.550)	(10)	(18.165)
	(1.078.429)	(221.440)	(268)	(1.300.137)
CUSTOS E DESPESAS TOTAIS	(2.869.843)	(221.440)	(268)	(3.091.551)
Resultado de equivalência patrimonial	8.753	-	-	8.753
Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos	943.566	108.017	63.192	1.114.775
Receitas financeiras	946.388	65.550	2.259	1.014.197
Despesas financeiras	(409.415)	(45.928)	(8)	(455.351)
Resultado antes dos impostos	1.480.539	127.639	65.443	1.673.621
Imposto de renda e contribuição social	(680.745)	(59.037)	(8.126)	(747.908)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	799.794	68.602	57.317	925.713

(1) Saldos em 31 de dezembro de 2019.

A composição da receita da Companhia e suas controladas, segregada por segmento, para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2020 e 30 de junho de 2019, é conforme segue:

	Janeiro a Junho de 2020			
	Geração	Transmissão	Comercialização	Total
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos	3.440.383	-	-	3.440.383
Receita de transmissão – com impostos	-	524.649	-	524.649
Receita de atualização da bonificação pela outorga	146.412	-	-	146.412
Receita de construção	-	74.044	-	74.044
Transações com energia na CCEE	31.598	-	-	31.598
Receita de indenização da transmissão	-	316.218	-	316.218
Outras receitas operacionais	3.471	16.001	50.793	70.265
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas	(626.967)	(183.431)	(3.477)	(813.875)
Receita operacional líquida	2.994.897	747.481	47.316	3.789.694

	Janeiro a Junho de 2019			
	Geração	Transmissão	Comercialização	Total
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos	3.423.710	-	-	3.423.710
Receita de transmissão – com impostos	-	336.060	-	336.060
Receita de atualização da bonificação pela outorga	176.151	-	-	176.151
Receita de construção	-	82.989	-	82.989
Transações com energia na CCEE	404.037	-	-	404.037
Receita de indenização da transmissão	-	90.420	-	90.420
Ressarcimentos contratuais	64.640	-	-	64.640
PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS	424.403	-	-	424.403
Outras receitas operacionais	10.795	12.998	67.955	91.748
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas	(699.080)	(193.010)	(4.495)	(896.585)
Receita operacional líquida	3.804.656	329.457	63.460	4.197.573

Para detalhes sobre as receitas operacionais, vide nota explicativa nº 24.

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

(Valores expressos em Milhares de Reais, exceto se indicados de outra forma)

Lucro líquido do período

A Cemig Geração e Transmissão apresentou, no primeiro semestre de 2020, um lucro líquido de R\$364.974 em comparação ao lucro líquido de R\$925.713 no mesmo período de 2019.

Essa variação é devida, principalmente, ao reconhecimento, no primeiro semestre de 2019, dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS no montante de R\$424.403 (vide nota explicativa nº 8), além do resultado positivo da dívida em moeda estrangeira (Eurobonds) e instrumento de hedge correspondente, que atingiu o montante de R\$447.017 (líquido de tributos), parcialmente compensados pelo registro das perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa da investida Renova, no montante de R\$688.031 (vide nota explicativa nº 27).

No primeiro semestre de 2020, destaca-se o reconhecimento dos ajustes positivos da Revisão Tarifária Periódica da Receita Anual Permitida no montante de R\$283.694 (líquido de tributos), parcialmente compensado pelo resultado negativo da dívida em moeda estrangeira (Eurobonds) e instrumento de hedge correspondente, que atingiu o montante de R\$242.213 (líquido de tributos).

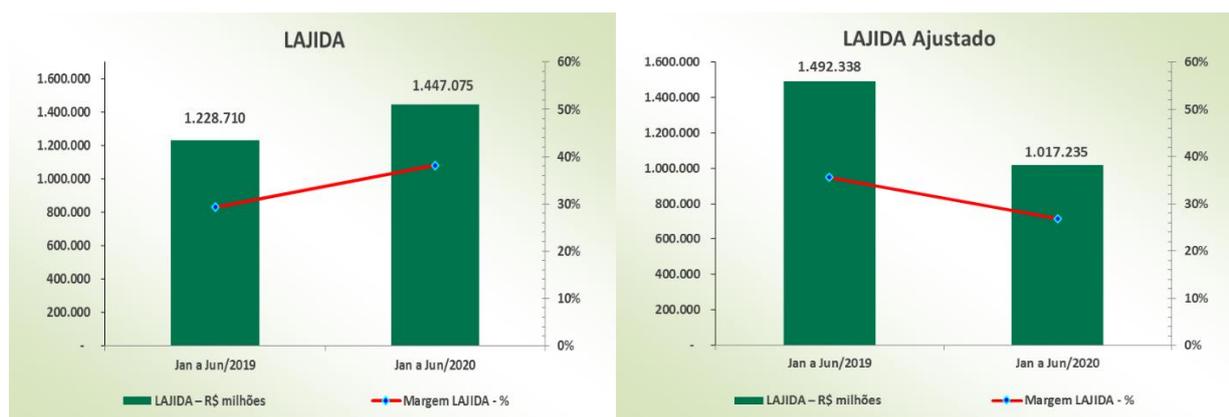
As principais variações na receita, custos, despesas e resultado financeiro estão apresentadas na sequência deste relatório.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização – Lajida

O Lajida da Cemig Geração e Transmissão, ajustado pela exclusão dos itens não correntes, apresentou uma redução de 31,84% no primeiro semestre de 2020 em comparação ao mesmo período de 2019. Em linha com essa variação, a margem do Lajida ajustado da Companhia passou de 35,55% no primeiro semestre de 2019 para 26,84% no mesmo período em 2020.

O Lajida calculado de acordo com a Instrução CVM 527/2012, apresentou um aumento de 17,77% no primeiro semestre de 2020, em comparação ao mesmo período de 2019. Em linha com essa variação, a margem do Lajida da Companhia passou de 29,27% no primeiro semestre de 2019 para 38,18% no mesmo período em 2020.

Lajida – R\$ milhões	Jan a Jun/2020	Jan a Jun/2019	Var %
Lucro líquido do período	364.974	925.713	(60,57)
+ Despesa de IR e Contribuição Social correntes e diferidos	154.551	747.908	(79,34)
+/- Resultado financeiro líquido	823.375	(558.846)	-
+ Depreciação e amortização	104.175	113.935	(8,57)
= Lajida conforme “Instrução CVM 527” (1)	1.447.075	1.228.710	17,77
Efeitos não recorrentes e não caixa			
- PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS (nota 8)	-	(424.403)	-
+ Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Renova (nota 27)	-	688.031	-
- Ajustes decorrentes da Revisão Tarifária Periódica da RAP	(429.840)	-	-
= Lajida ajustado (2)	1.017.235	1.492.338	(31,84)



- (1) Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas informações contábeis intermediárias consolidadas, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga Lajida porque o utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.
- (2) A Companhia ajusta o LAJIDA calculado em conformidade à Instrução CVM 527/2012 excluindo os itens que, pela sua natureza, não contribuem para a informação sobre o potencial de geração bruta de caixa uma vez que são extraordinárias.

A redução no Lajida ajustado pelo itens não correntes no primeiro semestre de 2020, em comparação ao mesmo período de 2019, decorre, principalmente, da redução de 92,18% na receita com transações na CCEE, R\$31.598 no primeiro semestre de 2020 em comparação a R\$404.037 no mesmo período de 2019.

O aumento do Lajida no primeiro semestre de 2020, em comparação ao mesmo período de 2019, decorre, principalmente, do reconhecimento dos ajustes positivos da Revisão Tarifária Periódica (RTP) da Receita Anual Permitida (RAP), no montante de R\$429.840, além de uma redução de 20,93% nos custos e despesas operacionais parcialmente compensada por uma redução de 9,72% nas receitas da Companhia.

As principais justificativas para essas variações estão descritas no decorrer deste Comentário.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

	Jan a Jun/2020			Jan a Jun/2019		
	MWh ²	R\$ (milhões)	Preço médio MWh faturado (R\$/MWh) ¹	MWh ²	R\$ (milhões)	Preço médio MWh faturado (R\$/MWh) ¹
Industrial	5.704.120	1.367.439	239,73	6.557.653	1.493.622	227,77
Comercial	2.281.528	478.277	209,63	2.001.876	425.165	212,38
Rural	8.238	2.126	258,06	1.029	261	253,64
Subtotal	7.993.886	1.847.842	231,16	8.560.558	1.919.048	224,17
Fornec. não faturado, líquido	-	(49.144)	-	-	30.274	-
	7.993.886	1.798.698	225,01	8.560.558	1.949.322	227,71
Suprim. Outras Concessionárias	6.690.190	1.626.054	243,05	5.563.323	1.493.358	268,43
Suprim. não faturado líquido	-	15.631	-	-	(18.970)	-
	14.684.076	3.440.383	234,29	14.123.881	3.423.710	242,41

- (1) O preço médio não inclui a receita de fornecimento não faturado.
- (2) Informações, em MWh, não revisadas pelos auditores independentes.

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$3.440.383 no primeiro semestre de 2020 em comparação a R\$3.423.710 no mesmo período de 2019, representando uma redução de 0,49%.

Receita de concessão da transmissão

A receita de transmissão da Companhia é constituída pela soma das receitas de todos os ativos da transmissão. Assim, os contratos de concessão estabeleceram as Receitas Anuais Permitidas (RAP's) dos ativos do sistema existentes, sendo atualizadas nos processos de revisão tarifária periódica, revisão tarifária extraordinária e reajuste tarifário anual. A Companhia atua junto ao regulador para o reconhecimento de seus custos nos processos de revisões, reajustes e de homologação das Receitas Anuais Permitidas (RAP's) para novos ativos.

Em 30 junho de 2020 o resultado da Revisão Tarifária Periódica – RTP foi homologado por meio da Resolução Homologatória nº 2.712/2020, fixando o reposicionamento da Receita Anual Permitida – RAP da Companhia.

Essa receita foi de R\$524.649 no primeiro semestre de 2020 em comparação a R\$336.060 no mesmo período de 2019, representando um crescimento de 56,12%. Essa variação decorre, principalmente, da remensuração da base regulatória dos ativos de contrato por meio da RTP da RAP, que ocasionou o ajuste positivo de R\$198.714 na receita de transmissão da Companhia. Mais informações na nota explicativa nº 12 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Essas receitas também foram impactadas pelo reajuste da RAP anual, ocorrido em julho de 2019, que contempla os efeitos da inflação e das novas receitas relacionadas aos investimentos autorizados. Inclui, adicionalmente, o ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro decorrente da variação do valor justo da base de remuneração de ativos.

Receita de indenização da transmissão

A Companhia registra a atualização do saldo a receber da indenização com base na variação mensal do IPCA, com defasagem de dois meses, e no custo médio de capital regulatório (WACC), conforme previsto na regulação do setor.

A receita de indenização da transmissão foi de R\$316.218 no primeiro semestre de 2020, em comparação a R\$90.420 no mesmo período de 2019, representando um aumento de 249,72%. Esse aumento é resultado, principalmente, do reajuste da parcela econômica da base de indenização, como resultado da Revisão Tarifária Periódica da RAP, que foi recalculada de acordo com as regras regulatórias aplicáveis, ocasionando o ajuste positivo de R\$231.126 no resultado da Companhia em 30 de junho de 2020.

Adicionalmente, essas receitas foram impactadas pela variação do IPCA nos períodos analisados. No início do ciclo tarifário, que ocorre em julho de cada ano, os recebimentos do reajuste previsto para o ciclo, correspondentes à amortização do saldo devedor até o final do período, são excluídos da base de atualização, reduzindo a remuneração. A indenização está sendo recebida por meio da RAP, desde julho de 2017, pelo período de 8 anos, no caso da parcela financeira, e pelo prazo remanescente da vida útil dos ativos, no caso da parcela econômica.

Mais informações nas notas explicativas nº 11 e 12 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Receita com transações com energia na CCEE

A receita com transações com energia na CCEE foi de R\$31.598 no primeiro semestre de 2020 em comparação a R\$404.037 no mesmo período de 2019, representando uma redução de 92,18%. Essa redução se deve, principalmente, à posição deficitária assumida pela Companhia na CCEE em alguns meses do primeiro semestre de 2020, em comparação ao mesmo período de 2019, em razão da menor alocação de energia própria e GSF's menores, além do aumento das vendas bilaterais de curto prazo. Por outro lado, no primeiro semestre de 2019, a Companhia possuía elevada sobra de energia a ser vendida na CCEE, decorrente da maior alocação de energia própria, associada a GSF's maiores e menor volume de vendas bilaterais.

Adicionalmente, ocorreu uma redução de 37,51% no valor médio do preço de liquidação de diferenças (PLD), apresentando valor médio de R\$131,68/MWh no período de janeiro a junho de 2020 comparado a R\$210,73/MWh para o mesmo período de 2019

Receita de construção

A receita de construção foi de R\$74.044 no primeiro semestre de 2020 comparada a R\$82.989 no mesmo período em 2019, representando uma redução de 10,78%. Esta receita é integralmente compensada pelos custos de construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia, no período, em ativos da concessão de transmissão.

Créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS

No primeiro semestre de 2019, foram reconhecidos os créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS, no montante de R\$424.403, resultantes do reconhecimento do direito da Companhia e suas controladas de excluir este imposto da base de cálculo dessas contribuições, com efeitos desde julho de 2003. Mais informações na nota explicativa nº 8 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$813.875 no primeiro semestre de 2020 comparados a R\$896.585 no mesmo período de 2019, apresentando uma redução de 9,23%.

Conta de desenvolvimento energético (CDE)

A conta de desenvolvimento energético (CDE) tem seus pagamentos definidos por meio de Resolução da Aneel e tem como finalidade cobrir os custos com indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e conta de consumo de combustíveis.

Os encargos referentes à CDE foram de R\$113.587 no primeiro semestre de 2020 comparados a R\$116.301 no mesmo período de 2019, uma redução de 2,33%.

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, das variações ocorridas na receita.

Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais foram de R\$2.444.399 no primeiro semestre de 2020 em comparação a R\$3.091.551 no mesmo período de 2019, representando uma redução de 20,93%.

As principais variações nos custos e despesas operacionais estão descritas a seguir:

Energia elétrica comprada para revenda

O custo com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$1.785.145 no primeiro semestre de 2020, comparado a R\$1.699.161 no mesmo período de 2019, representando um aumento de 5,06%.

Essa variação decorre, principalmente, do aumento das despesas com compra de energia de curto prazo, sendo de R\$215.980 no primeiro semestre de 2020, comparado a R\$26.324 no mesmo período de 2019. Esse aumento deve-se, principalmente, à posição deficitária na CCEE assumida pela Companhia em alguns meses do primeiro semestre de 2020, em razão da menor alocação de energia própria associada a GSF's menores, e aumento das vendas bilaterais de curto prazo. Por outro lado, no primeiro semestre de 2019, a maior parte das despesas da Companhia na CCEE limitaram-se à compensação da geração no mecanismo de realocação de energia.

Despesa com pessoal

A despesa com pessoal foi de R\$155.531 no primeiro semestre de 2020 comparada a R\$168.274 no mesmo período de 2019, representando uma redução de 7,57%. A variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- redução de 5,31% no número médio de empregados, sendo 1.301 no primeiro semestre de 2020 em comparação a 1.374 no primeiro semestre de 2019;
- reconhecimento, no primeiro semestre de 2020, de custos com programa de desligamento voluntário, no montante de R\$11.348, comparado a R\$5.854 no mesmo período de 2019.
- reajuste salarial de 2,55% a partir de novembro de 2019, em função de Acordo Coletivo.

Obrigações pós-emprego

O impacto das obrigações pós-emprego da Companhia no resultado operacional representou uma despesa no montante de R\$47.979 no primeiro semestre de 2020 em comparação a uma despesa de R\$42.631 no mesmo período de 2019, representando um aumento de 12,54%. O aumento deve-se, principalmente, à redução da taxa de desconto utilizada na avaliação atuarial, que gerou o incremento do passivo, e conseqüentemente, da despesa.

Custo de construção

O custo de construção foi de R\$74.044 no primeiro semestre de 2020 em comparação a R\$82.989 no mesmo período de 2019, uma redução de 10,78%. Este custo é integralmente compensado pela receita de construção, não tendo efeito sobre o resultado apurado. Essa variação decorre, principalmente, da suspensão de três contratos de implantação que foram paralisados financeiramente e serão relicitados, além do contingenciamento em função da pandemia Covid-19.

Provisões operacionais

As provisões operacionais resultaram em uma despesa de R\$55.272 no primeiro semestre de 2020 comparadas a 743.008 no mesmo período de 2019, uma redução de 92,56%. Essa variação é decorrente, principalmente, dos seguintes fatores:

- O principal efeito decorre do reconhecimento, em junho de 2019, de uma provisão para perda decorrente de valores a receber da Renova no montante de R\$688.031, resultado de uma avaliação de risco de crédito desta investida feita pela Companhia. Maiores detalhes na nota explicativa nº 13 destas Informações Contábeis Intermediárias.
- Aumento de 3,89% das provisões para opção de venda da SAAG, que representaram uma constituição de R\$22.800 no primeiro semestre de 2020, em comparação à constituição de R\$21.946 no mesmo período de 2019. Mais informações sobre a metodologia de cálculo das opções na nota explicativa nº 28 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Vide mais informações sobre a composição dos custos e despesas operacionais na nota explicativa nº 25 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Resultado de equivalência patrimonial

Foram reconhecidas perdas líquidas com equivalência patrimonial de R\$2.395 no primeiro semestre de 2020 em comparação ao reconhecimento de ganhos líquidos no montante de R\$8.753 no mesmo período de 2019. Esta variação se deve, principalmente, aos seguintes fatores:

- Maiores perdas com as investidas Amazônia Energia e Aliança Norte (acionistas da Norte Energia S.A. – “NESA”), que apresentaram resultado negativo com equivalência patrimonial no montante de R\$40.286 no primeiro semestre de 2020, em comparação a R\$7.385 no mesmo período de 2019.

- Menores ganhos com a investida Aliança Geração, que apresentou resultado positivo com equivalência patrimonial no montante de R\$52.516 no primeiro semestre de 2020, em comparação a R\$60.904 no mesmo período de 2019, uma redução de 13,77%.
- Menores perdas com a investida Santo Antônio Energia, que apresentou resultado negativo com equivalência patrimonial no montante de R\$45.156 no primeiro semestre de 2020, em comparação a R\$70.882 no mesmo período em 2019, uma redução de 36,29%.

Vide a composição dos resultados de equivalência patrimonial por investida na nota explicativa nº 13 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro correspondeu a uma despesa financeira líquida de R\$823.375 no primeiro semestre de 2020 em comparação a uma receita financeira líquida de R\$558.846 no mesmo período de 2019. Essa variação decorre, principalmente, do efeito líquido negativo do Eurobonds e instrumento de hedge correspondente, que correspondeu a uma despesa líquida de R\$366.990 no primeiro semestre de 2020, em comparação a um efeito líquido positivo de R\$677.298 no mesmo período de 2019, associada aos seguintes fatores:

- Valorização do dólar no final do primeiro semestre de 2020, gerando uma variação cambial acumulada de 35,86%, em comparação a (1,10%) no mesmo período de 2019, com efeito negativo sobre o principal da dívida em Eurobonds no montante R\$2.167.950 no primeiro semestre de 2020, e positivo de R\$63.904, no mesmo período de 2019.
- Variação do valor justo do instrumento financeiro contratado para proteção dos riscos vinculados ao Eurobonds inferior à variação cambial do principal da dívida em Eurobonds em 30 de junho de 2020, contrapondo o efeito positivo observado em 2019. No primeiro semestre de 2020, a variação do valor justo do instrumento de hedge alcançou o montante de R\$1.800.960, compensando parcialmente a variação cambial passiva de R\$2.167.950, com resultado negativo de R\$366.990. A variação positiva no valor justo do instrumento de hedge no primeiro semestre de 2020 decorre da valorização do dólar futuro, que resultou na valorização das opções (call spread) e do ativo, bem como da redução da curva DI (ponta passiva).
- Adicionalmente, o resultado financeiro líquido do primeiro semestre de 2019 foi afetado positivamente pelo reconhecimento da atualização dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS, no montante de R\$241.415.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 26 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apurou no primeiro semestre de 2020, despesas com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$154.551 em relação ao lucro de R\$519.525 antes dos efeitos fiscais, representando 29,75% de alíquota efetiva. No mesmo período de 2019, a Companhia apurou despesas com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$747.908 em relação ao lucro de R\$1.673.621 antes dos efeitos fiscais, representando 44,69% de alíquota efetiva.

Estas alíquotas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 9(d) destas Informações Contábeis Intermediárias.

Resultado do trimestre

A Cemig Geração e Transmissão apresentou, no segundo trimestre de 2020, um lucro líquido de R\$369.011 em comparação ao lucro líquido de R\$342.497 no mesmo período de 2019.

Essa variação é devida, principalmente, ao reconhecimento, no segundo trimestre de 2019, dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS no montante de R\$424.403 (vide nota explicativa nº 8), além do resultado positivo da dívida em moeda estrangeira (Eurobonds) e instrumento de hedge correspondente, que atingiu o montante de R\$368.170 (líquido de tributos), parcialmente compensados pelo registro das perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa da investida Renova, no montante de R\$688.031 (vide nota explicativa nº 27).

No segundo trimestre de 2020, destaca-se o reconhecimento dos ajustes positivos da Revisão Tarifária Periódica da Receita Anual Permitida no montante de R\$283.694 (líquido de tributos). Adicionalmente, o resultado financeiro líquido foi impactado pelo efeito líquido positivo da variação cambial do Eurobonds ajustada pelo instrumento de hedge correspondente, que atingiu o montante de R\$46.708 (líquido de tributos).

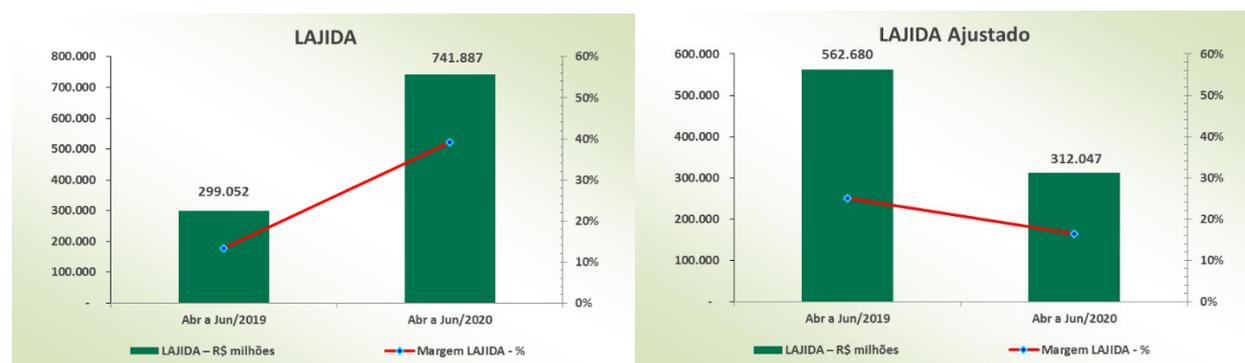
As principais variações na receita, custos, despesas e resultado financeiro estão apresentadas na sequência deste relatório.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - Lajida

O Lajida da Cemig Geração e Transmissão, ajustado pela exclusão dos itens não correntes, apresentou uma redução de 44,54% no segundo trimestre de 2020 em comparação ao mesmo período de 2018. Em linha com essa variação, a margem do Lajida ajustado da Companhia passou de 25,09% no segundo trimestre de 2019 para 16,44% no mesmo período em 2020.

O Lajida calculado de acordo com a Instrução CVM 527/2012, apresentou um aumento de 148,08% no segundo trimestre de 2020 em comparação ao mesmo período de 2019. Em linha com essa variação, a margem do Lajida da Companhia apresentou aumento, passando de 13,33% no segundo trimestre de 2019 para 39,09% no mesmo período em 2020.

Lajida – R\$ milhões	Abr a Jun/2020	Abr a Jun/2019	Var %
Lucro líquido do período	369.011	342.497	7,74
+ Despesa de IR e Contribuição Social correntes e diferidos	187.438	513.948	(63,53)
+/- Resultado financeiro líquido	133.702	(624.206)	-
+ Depreciação e amortização	51.736	66.813	(22,57)
= Lajida conforme “Instrução CVM 527” (1)	741.887	299.052	148,08
Efeitos não recorrentes e não caixa			
- PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS (nota 8)	-	(424.403)	-
+ Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Renova (nota 27)	-	688.031	-
- Ajustes decorrentes da Revisão Tarifária Periódica da RAP	(429.840)	-	-
= Lajida ajustado (2)	312.047	562.680	(44,54)



- (1) Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas informações contábeis intermediárias consolidadas, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga Lajida porque a utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.
- (2) A Companhia ajusta o LAJIDA calculado em conformidade à Instrução CVM 527/2012 excluindo os itens que, pela sua natureza, não contribuem para a informação sobre o potencial de geração bruta de caixa uma vez que são extraordinárias.

A redução no Lajida ajustado pelo itens não correntes no segundo trimestre de 2020, em comparação ao mesmo período de 2019, decorre, principalmente, da redução de 95,12% na receita com transações na CCEE, que foi de R\$7.074 no segundo trimestre de 2020, em comparação a R\$144.821 no mesmo período de 2019.

O aumento do Lajida no segundo trimestre de 2020, em comparação ao mesmo período de 2019, deve-se, principalmente, ao reconhecimento dos ajustes positivos da Revisão Tarifária Periódica (RTP) da Receita Anual Permitida (RAP), no montante de R\$429.840, além de uma redução de 39,47% nos custos e despesas operacionais parcialmente compensada por uma redução de 15,37% nas receitas da Companhia.

As principais justificativas para essa variação estão descritas no decorrer deste Comentário.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

	Abr a Jun/2020			Abr a Jun/2019		
	MWh ²	R\$ (milhões)	Preço médio MWh faturado (R\$/MWh) ¹	MWh ²	R\$ (milhões)	Preço médio MWh faturado (R\$/MWh) ¹
Industrial	2.698.768	647.609	239,96	3.326.304	768.521	231,04
Comercial	1.095.954	233.236	212,82	1.082.661	221.814	204,88
Rural	4.590	1.183	257,72	525	135	257,14
Subtotal	3.799.312	882.028	232,15	4.409.490	990.470	224,62
Fornec. não faturado, líquido	-	(45.190)	-	-	5.842	-
	3.799.312	836.838	220,26	4.409.490	996.312	225,95
Suprim. Outras Concessionárias	3.433.905	745.261	217,03	2.454.621	659.182	268,55
Suprim. não faturado líquido	-	(33.550)	-	-	37.766	-
	7.233.217	1.548.549	214,09	6.864.111	1.693.260	246,68

(1) O preço médio não inclui a receita de fornecimento não faturado.

(2) Informações, em MWh, não revisadas pelos auditores independentes.

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$1.548.549 no segundo trimestre de 2020 em comparação a R\$1.693.260 no mesmo período de 2019, uma redução de 8,55%, em função, essencialmente, de uma redução de 13,21% no preço médio.

Receita de transmissão

A receita de transmissão da Companhia é constituída pela soma das receitas de todos os ativos da transmissão. Assim, os contratos de concessão estabeleceram as Receitas Anuais Permitidas (RAP's) dos ativos do sistema existentes, sendo atualizadas nos processos de revisão tarifária periódica, revisão tarifária extraordinária e reajuste tarifário anual. A Companhia atua junto ao regulador para o reconhecimento de seus custos nos processos de revisões, reajustes e de homologação das Receitas Anuais Permitidas (RAP's) para novos ativos.

Em 30 junho de 2020 o resultado da Revisão Tarifária Periódica – RTP foi homologado por meio da Resolução Homologatória nº 2.712/2020, fixando o reposicionamento da Receita Anual Permitida – RAP da Companhia.

Essa receita foi de R\$353.035 no segundo trimestre de 2020 em comparação a R\$172.904 no mesmo período de 2019, representando um crescimento de 104,18%. Essa variação decorre, principalmente, da remensuração da base regulatória dos ativos de contrato por meio da RTP da RAP, que ocasionou o ajuste positivo de R\$198.714 na receita de transmissão da Companhia. Mais informações na nota explicativa nº 12 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Essas receitas também foram impactadas pelo reajuste pela inflação da RAP anual ocorrida em julho de 2019, acrescida das novas receitas relacionadas aos investimentos autorizados. Inclui, adicionalmente, o ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro decorrente da variação do valor justo da base de remuneração de ativos.

Receita de indenização da transmissão

A Companhia registra a atualização do saldo a receber da indenização com base na variação mensal do IPCA, com defasagem de dois meses, e no custo médio de capital regulatório (WACC), conforme previsto na regulação do setor.

A receita de indenização da transmissão foi de R\$259.680 no segundo trimestre de 2020, em comparação a R\$57.921 no mesmo período de 2019, um aumento de 348,33%. Esse aumento é resultado, principalmente, do reajuste da parcela econômica da base de indenização, como resultado da Revisão Tarifária Periódica da RAP, que foi recalculada de acordo com as regras regulatórias aplicáveis, ocasionando o ajuste positivo de R\$231.126 no resultado da Companhia em 30 de junho de 2020.

Adicionalmente, essas receitas foram impactadas pela variação do IPCA nos períodos analisados. No início do ciclo tarifário, que ocorre em julho de cada ano, os recebimentos do reajuste previsto para o ciclo, correspondentes à amortização do saldo devedor até o final do período, são excluídos da base de atualização, reduzindo a remuneração. A indenização está sendo recebida por meio da RAP, desde julho de 2017, pelo período de 8 anos, no caso da parcela financeira, e pelo prazo remanescente da vida útil dos ativos, no caso da parcela econômica.

Mais informações nas notas explicativas nº 11 e 12 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Receita com transações com energia na CCEE

A receita com transações com energia na CCEE foi de R\$7.074 no segundo trimestre de 2020 comparada a R\$144.821 no mesmo período de 2019, representando uma redução de 95,12%. Essa redução se deve, principalmente, à posição deficitária assumida pela Companhia na CCEE em alguns meses do segundo trimestre de 2020, em razão da menor alocação de energia própria e GSF's menores, além do aumento das vendas bilaterais de curto prazo. Por outro lado, no mesmo período de 2019, a Companhia possuía elevada sobra de energia a ser vendida na CCEE, decorrente da maior alocação de energia própria, associada a GSF's e PLD's maiores.

Adicionalmente, ocorreu uma redução de 42,55% no valor médio do preço de liquidação de diferenças (PLD), apresentando valor médio de R\$75,47/MWh no segundo trimestre de 2020, comparado a R\$131,37/MWh para o mesmo período de 2019.

Receita de construção

A receita de construção foi de R\$26.846 no segundo trimestre de 2020 comparada a R\$54.902 no mesmo período em 2019, apresentando uma redução de 51,10%. Esta receita é integralmente compensada pelos custos de construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia em ativos da concessão de transmissão.

Créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS

No segundo trimestre de 2019, foram reconhecidos os créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS, no montante de R\$424.403, resultantes do reconhecimento do direito da Companhia e suas controladas de excluir este imposto da base de cálculo dessas contribuições, com efeitos desde julho de 2003. Mais informações na nota explicativa nº 8 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$379.497 no segundo trimestre de 2020 comparados a R\$447.296 no mesmo período de 2019, apresentando uma redução de 15,16%.

Conta de desenvolvimento energético (CDE)

A conta de desenvolvimento energético (CDE) tem seus pagamentos definidos por meio de Resolução da Aneel e tem como finalidade cobrir os custos com indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e conta de consumo de combustíveis.

Os encargos referentes à CDE foram de R\$56.016 no segundo trimestre de 2020 comparados a R\$64.520 no mesmo período de 2019, uma redução de 13,18%.

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, das variações ocorridas na receita.

Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais foram de R\$1.200.025 no segundo trimestre de 2020 em comparação a R\$1.982.532 no mesmo período de 2019, representando uma redução de 39,47%.

As principais variações nos custos e despesas operacionais estão descritas a seguir:

Energia elétrica comprada para revenda

O custo com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$871.396 no segundo trimestre de 2020, comparado a R\$916.241 no mesmo período de 2019, representando uma redução de 4,89%. Essa variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- Redução de 10,50% das despesas com energia adquirida no ambiente livre e contratos bilaterais, R\$900.703 no segundo trimestre de 2020 comparado a R\$1.006.355 no mesmo período de 2019. Essa variação é decorrente do menor volume de energia comprada no primeiro semestre de 2020 em relação ao mesmo período de 2019.
- Aumento de 76,16% das despesas com compra de energia de curto prazo, R\$55.732 no segundo trimestre de 2020, comparado a R\$31.637 no mesmo período de 2019. Esse aumento se deve, principalmente, à posição deficitária assumida pela Companhia na CCEE em alguns meses do segundo trimestre de 2020. Por outro lado, no segundo trimestre de 2019, a maior parte das despesas da Companhia na CCEE limitaram-se à compensação da geração no mecanismo de realocação de energia.

Despesa com pessoal

A despesa com pessoal foi de R\$80.483 no segundo trimestre de 2020 comparada a R\$77.669 no mesmo período de 2019, representando um aumento de 3,62%. A variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- reconhecimento, no segundo trimestre de 2020, de custos com programa de desligamento voluntário, no montante de R\$11.348, comparado a R\$5.854 no mesmo período de 2019, um aumento de 93,85%.
- reajuste salarial de 2,55% a partir de novembro de 2019, em função de Acordo Coletivo.
- redução de 5,14% no número médio de empregados, sendo 1.297 no segundo trimestre de 2020 em comparação a 1.368 no mesmo período de 2019;

Obrigações pós-emprego

O impacto das obrigações pós-emprego da Companhia no resultado operacional representou uma despesa no montante de R\$25.452 no segundo trimestre de 2020 em comparação a uma despesa de R\$20.963 no mesmo período de 2019, representando um aumento de 21,41%. O aumento deve-se, principalmente, à redução da taxa de desconto utilizada na avaliação atuarial, que gerou o incremento do passivo, e conseqüentemente, da despesa.

Custo de construção

O custo de construção foi de R\$26.846 no segundo trimestre de 2020 em comparação a R\$54.902 no mesmo período de 2019, uma redução de 51,10%. Este custo é integralmente compensado pela receita de construção, não tendo efeito sobre o resultado apurado. Essa variação decorre, principalmente, da suspensão de três contratos de implantação que foram paralisados financeiramente e serão relicitados, além do contingenciamento em função da pandemia Covid-19.

Provisões operacionais

As provisões operacionais resultaram em uma despesa de R\$23.992 no segundo trimestre de 2020 comparadas a R\$712.897 no mesmo período de 2019, uma redução de 96,63%. Essa variação é decorrente, principalmente, dos seguintes fatores:

- Redução de 81,82% das provisões para opção de venda da SAAG, que representaram uma constituição de R\$1.988 no segundo trimestre de 2020, em comparação à constituição de R\$10.938 no mesmo período de 2019. Mais informações sobre a metodologia de cálculo das opções na nota explicativa nº 28 destas Informações Contábeis Intermediárias.
- Reconhecimento, em junho de 2019, de uma provisão para perda decorrente de valores a receber da Renova no montante de R\$688.031, resultado de uma avaliação de risco de crédito desta investida feita pela Companhia. Maiores detalhes na nota explicativa nº 13 destas Informações Contábeis Intermediárias.

- Maior constituição de perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) no segundo trimestre de 2020 no valor de R\$12.754 em comparação à constituição de R\$2.379 no mesmo período 2019, em função dos impactos da pandemia sobre a condição de crédito dos clientes da Companhia.

Vide mais informações sobre a composição dos custos e despesas operacionais na nota explicativa nº 25 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Resultado de equivalência patrimonial

Foram reconhecidas perdas líquidas com equivalência patrimonial de R\$7.852 no segundo trimestre de 2020 em comparação ao reconhecimento de perdas líquidas no montante de R\$27.926 no mesmo período de 2019. Esta variação se deve, principalmente, a menores perdas com a investida Santo Antônio Energia, que apresentou resultado negativo com equivalência patrimonial no montante de R\$18.528 no segundo trimestre de 2020, em comparação de R\$58.154 no mesmo período em 2019, representando uma redução de 68,14%.

Vide a composição dos resultados de equivalência patrimonial por investida na nota explicativa nº 13 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro correspondeu a uma despesa financeira líquida de R\$133.702 no segundo trimestre de 2020 em comparação a uma receita financeira líquida de R\$624.206 no mesmo período de 2019. Essa variação decorre, principalmente, do ganho líquido do Eurobonds ajustado pelo instrumento de hedge correspondente, no valor de R\$70.770 no segundo trimestre de 2020, em comparação a um ganho líquido de R\$557.834 no mesmo período de 2019, associada aos seguintes fatores:

- Valorização do dólar no final do segundo trimestre de 2020, gerando uma variação cambial acumulada de 5,33%, em comparação a (1,66%) no mesmo período de 2019, resultando no reconhecimento de despesas com variação cambial sobre o principal da dívida em Eurobonds em 2020 no montante R\$415.950, e de receitas no mesmo período de 2019 no montante de R\$96.751.
- No segundo trimestre de 2020, a variação do valor justo do instrumento de hedge alcançou o montante de R\$486.720, compensando a variação cambial passiva de R\$415.950, gerou um ganho de R\$70.770. No segundo trimestre de 2019, a variação do valor justo do instrumento de hedge, de R\$461.083 somada à variação cambial passiva positiva de R\$96.751, gerou um ganho total de R\$557.834. A variação positiva no valor justo do instrumento de hedge no segundo trimestre decorre da valorização do dólar futuro, que resultou na valorização das opções (call spread) e do ativo, bem como da redução da curva DI (ponta passiva).

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 26 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apurou no segundo trimestre de 2020, despesas com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$187.438 em relação ao lucro de R\$556.449 antes dos efeitos fiscais, representando 33,68% de alíquota efetiva. No mesmo período de 2019, a Companhia apurou despesas com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$513.948 em relação ao lucro de R\$856.445 antes dos efeitos fiscais, representando 60,01% de alíquota efetiva.

Estas alíquotas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 9(d) destas Informações Contábeis Intermediárias.

(Original assinado pelos signatários abaixo)

Reynaldo Passanezi Filho
Diretor Presidente

Dimas Costa
Diretor Cemig Comercialização

Leonardo George de Magalhães
Diretor de Finanças e Relações com
Investidores cumulativamente com o
cargo de Superintendente de
Controladoria
CRC-MG 53.140

Paulo Mota Henriques
Diretor Cemig Geração e Transmissão

Rafael Falcão Noda
Diretor Cemigpar

Ronaldo Gomes de Abreu
Diretor Cemig Distribuição

Eduardo Soares
Diretor de Regulação e Jurídico

Carolina Luiza F. A. C. de Senna
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contadora – CRC-MG 77.839

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais – ITR

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Cemig Geração e Transmissão S.A.
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com a NBC TG 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfases

Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado na nota explicativa 13 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas por autoridades públicas na Companhia, na sua controladora e em certas investidas sobre determinados gastos e suas destinações, que envolvem e incluem também outros acionistas e determinados executivos da Companhia, da sua controladora e desses outros acionistas dessas investidas. Os órgãos de governança da controladora da Companhia autorizaram a contratação de empresa especializada para analisar os procedimentos internos relacionados a esses determinados investimentos e apurar tais alegações. A investigação interna e independente foi concluída e o seu relatório foi entregue em 08 de maio de 2020, com a conclusão de que não foram identificadas evidências que corroborem as alegações preliminarmente investigadas. Neste momento, não é possível prever os desdobramentos futuros decorrentes das investigações conduzidas pelas autoridades públicas, nem seus eventuais efeitos sobre as informações contábeis intermediárias da Companhia e suas controladas. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse assunto.

Risco de continuidade operacional da controlada em conjunto Renova Energia S.A.

Conforme divulgado na nota explicativa 13 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, em 17 de dezembro de 2019, foi protocolado nos termos da Lei nº11.101/05 o primeiro Plano de Recuperação Judicial da controlada em conjunto Renova Energia S.A. e de algumas de suas controladas e em 07 de julho de 2020, foram protocolados dois novos Planos de Recuperação Judicial. A Recuperação Judicial da controlada em conjunto tramita na 2º Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca do Estado de São Paulo. A controlada em conjunto deverá submeter o Plano de Recuperação Judicial para aprovação da assembleia geral de credores conforme termos e prazos estabelecidos na referida Lei. A controlada em conjunto está em fase de discussão do referido plano e não mensurou, até a presente data, os possíveis efeitos sobre os seus saldos contábeis. Além disso, a controlada em conjunto vem incorrendo em prejuízos recorrentes e, em 30 de junho de 2020, apresenta capital circulante líquido negativo, patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) e margem bruta negativa. Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à sua capacidade de continuidade operacional. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse assunto.



Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Belo Horizonte (MG), 14 de agosto de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Shirley Nara S. Silva
Contadora CRC-1BA022650/O-0